

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

Adriana Gomes Zimmermann

**“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério”
Oportunidades e Direitos para jovens do território da Restinga - Porto
Alegre/RS**

Porto Alegre
2021

Adriana Gomes Zimmermann

**“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério”
Oportunidades e Direitos para jovens do território da Restinga - Porto
Alegre/RS**

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Dr. Mauro Myskiw

Porto Alegre
2021

CIP - Catalogação na Publicação

Zimmermann, Adriana Gomes
"Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério" Oportunidades e Direitos para jovens do território da Restinga - Porto Alegre/RS / Adriana Gomes Zimmermann. -- 2021.
115 f.
Orientador: Mauro Myskiw.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. juventude. 2. políticas públicas. 3. assistência social. 4. lazer. I. Myskiw, Mauro, orient. II. Título.

Adriana Gomes Zimmermann

**“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério”
Oportunidades e Direitos para jovens do território da Restinga - Porto
Alegre/RS**

Conceito final:_____

Porto Alegre, 26 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Avaliador

Prof. Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Avaliadora

Profa. Dra. Laura Souza Fonseca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Avaliador

Prof. Dr. Luiz Fernando Silva Bilibio
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Orientador

Prof. Dr. Mauro Myskiw
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas e todos que tem por direito o acesso à educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada. E à classe trabalhadora que alicerça nossa sociedade. Se ela tudo produz, a ela tudo pertence (Marx).

AGRADECIMENTO

Início este agradecendo às duas pessoas que tornaram tudo isso possível, minha mãe Ione e minha irmã Janaina por nunca desistirem de mim, por todo apoio e amor de sempre, eu amo vocês com todas as forças da minha alma e do meu coração.

Agradeço as e os jovens do Centro da Juventude Restinga Amurt-Amurtel por cada aprendizado diário, por cada troca, por cada abraço, por cada “sora”. Esse trabalho é de vocês e para vocês, que me ensinam diariamente a sobreviver nesse mundo tão injusto e desigual e que transformam a luta em poesia, em arte, em vida! Eu acredito é na rapaziada e eu sei que o que falam sobre os jovens não é sério, vocês são fôlego, são vida pulsante no meio desse sistema opressor. Que venham novas jornadas de junho, e que vocês tomem o que é de vocês por direito!

Obrigada Sandra, minha coordenadora e amiga, é por tua causa que sigo aqui firme e forte nessa jornada, obrigada por ser uma mulher que ergue outras mulheres, teu apoio foi e é fundamental.

Agradeço a professora Laura Fonseca por me fazer acreditar na luta, eu aprendi e aprendo tanto contigo, é tua garra que me ancora na luta diária por um mundo melhor. És inspiração.

Agradeço ao professor e orientador Mauro Myskiw, por entender meu processo, por me ouvir e não passar por cima dos meus ideais. Pela compreensão e pelo apoio durante toda essa jornada cheia de pedras, mas com muitos sonhos, obrigada.

Que um dia a academia possa comportar mais sonhos e menos artigos escritos com sofrimento. Que a pós-graduação possa ser acessível para todas e todos trabalhadoras e trabalhadores, pois não é. Que a classe trabalhadora que constrói esse país tenha o direito digno de se especializar sem sofrimento mental, sem crises de ansiedade, sem depressão, e que não desistam de seus sonhos por não se acharem capazes. Eu não sei quantas vezes iniciei a escrita de uma mensagem desistindo do mestrado, por acreditar que não tinha capacidade intelectual de seguir em frente, e até mesmo forças pra me encaixar nesse espaço.

E por fim, mas mais importante, obrigada Janaina, minha companheira de vida e de luta, por não ter me deixado desistir. Por ter me apoiado

incondicionalmente em tudo. Teu amor me fortalece e me faz seguir em frente, obrigada meu amor.

E obrigada Nicole, minha filha, que acabou de chegar, mas já enche minha vida de alegria e amor. Meu coração é teu.

EPÍGRAFE

Pedras e sonhos (El Efecto)

“A luta da humanidade contra a o poder, é a luta da memória contra o esquecimento”

*Bota a cara lá fora
Conta o que o teu olho escolhe ver
Olha pra dentro agora
Lembra do que convém esquecer
Corre porque aí vem ela
Quem, quem tem medo dela? (A verdade)
Vem pra te lembrar
Tranca a porta e a janela
Quem, quem se esconde dela? (A verdade)
No meio do caminho uma pedra apareceu
No meio do caminho uma pedra
Pareceu ser o caminho
Sai da tua gaiola
Me diz agora o que você vê
Sente na pele e chora
Tarde demais pra esquecer
Corre porque aí vem ela
Quem, quem tem medo dela? (Liberdade)
Vem pra te lembrar
Arromba a porta e a janela
Quem, quem se esconde dela?
Pedras são sonhos na mão
Voam na imensidão
Ideias que ganham vida e criam asas
Voam na imensidão
Teus sonhos, minha canção
Pedras e sonhos são nossas únicas armas
Pedras são sonhos na mão
Voam na imensidão
Ideias que ganham vida e criam asas
Voam na imensidão
Teus sonhos, minha canção
Pedras e sonhos são nossas únicas armas
Pedras são sonhos na mão
Flores que brotam, brotam do chão
Se as pedras não voam os sonhos são em vão
E em tempos de escuridão
O sol se põe, põe, se põe, põe
Mas se um dia as pedras cantam
Se um dia as pedras cantam
Se cantam as pedras os sonhos dançarão
E eu quero ver quem vai dançar*

“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério”
Oportunidades e Direitos para jovens do território da Restinga - Porto Alegre/RS

Adriana Gomes Zimmermann

RESUMO

Este trabalho faz uma análise do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) inserido no bairro Restinga em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O objetivo é apresentar a relação estabelecida entre as e os jovens residentes no bairro Restinga com o POD, buscando identificar o sentido dessas políticas para a juventude, e se os mesmos identificam esse local como um espaço de lazer ou se são voltadas para outro objetivo. Como objetivos específicos aponto: (1) Quais os objetivos desse programa para uma juventude periférica e majoritariamente negra? (2) As e os jovens identificam esse espaço como um espaço de lazer? Busco no método Materialista Histórico Dialético, através de sucessivas aproximações com a empiria, mediada pela metodologia da Observação Participante, o campo de pesquisa é o meu próprio campo de trabalho, assim conseguirei aproveitar muito do espaço disponível para me aproximar na prática, analisar, questionar e desenvolver questões, tendo acesso a documentos, debates, discussões e o principal, aos jovens que fazem parte desse projeto. Além de vivenciar na prática os espaços de lazer, luta e resistência promovidos pelas juventudes da cidade, como frequentadora e, também, militante das causas culturais em prol da ocupação dos espaços públicos.

Palavras-chave: juventude; políticas públicas; assistência social; lazer.

"I see on TV what they say about the young man is not serious"
Opportunities and Rights for young people from Restinga - Porto Alegre / RS

Adriana Gomes Zimmermann

ABSTRACT

This work has a analyzes of the Opportunities and Rights Program (POD) in the Restinga neighborhood in Porto Alegre, Rio Grande do Sul. The objective is to present the relationship established between the young people living in the Restinga neighborhood and the POD, searching to identify the meaning of these policies for youth, and whether they identify this place as a leisure space or if they are glimpse at another objective. As specific objectives I highlight: (1) What are the objectives of this program for a peripheral and mostly black youth? (2) Do young people identify this space as a leisure space? I search in the Dialectical Historical Materialist method, through successive approximations with the empiricism, which will take place through the Participant Observation methodology. The research field is my own field of work, so I will be avail the available space to get closer in practice, while question and developing issues, having access to documents, debates, discussions and the main thing, to the young people participants of this project. In addition to experiencing in practice the spaces of leisure, struggle and resistance promoted by the youths of the city, as a frequenter and also activist of cultural causes in favor of the occupation of public spaces.

Key-words: youngh people; public policies; social assistance; leisure.

LISTA DE ABREVIações

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
CECORES - Centro de Comunidade da Vila Restinga
CF – Constituição Federal
COI – Comitê Olímpico Internacional
CONGEMAS - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude
CONUNE – Congresso da União Nacional dos Estudantes
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEM HAB - Departamento Municipal de Habitação
ECA–Estatuto da Criança e do Adolescente
ESEFID – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
EJ – Estatuto da Juventude
EUA – Estados Unidos da América
FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FIFA – Federação Internacional de Futebol
FONSEAS - Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA – Liberdade Assistida
LGBT+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e demais possibilidades de expressão de orientação sexual e identidade de gênero
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDH – Materialismo Histórico Dialético

OCA – Organização da Cidadania Ativa
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OS – Organização Social
OSC – Organização da Sociedade Civil
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família
PcD – Pessoas com Deficiência
PEMSE - Programa Especializado em Medidas Socioeducativas
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS – Políticas Nacionais da Assistência Social
POD – Programa de Oportunidades e Direitos
PPP – Parceria público privada
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
PT – Partido dos Trabalhadores
RG – Registro Geral
SAFI – Sistema de Acompanhamento da Família e Indivíduo
SASE - Serviço de Apoio Socioeducativo
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SJCDH – Secretaria da Juventude, Cidadania e Direitos Humanos
SNJ – Secretaria Nacional da Juventude
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TRI – Transporte Integrado de Porto Alegre
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICEF –Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Políticas Públicas para a Juventude em países da América Latina

61

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Estudo e ocupação dos jovens 33 **Figura 2** - Faixa do Coletivo Alicerce levantada nos atos contra a Reforma da Previdência em Porto Alegre e no Congresso da União Nacional dos Estudantes em Brasília (CONUNE 2019) 40 **Figura 3** – Manifestação em Porto Alegre (20/06/2013) 42 **Figura 4** – Assembleia de cursos ocupados na UFRGS em 2016 43 **Figura 5** – Assembleia das e dos jovens, suas famílias e REDE de serviços e lideranças do território 46 **Figura 6** – Cartazes afixados nas paredes e fachadas do CJ durante as mobilizações do #SomosTodosCJ 46 **Figura 7** – Carta-convite para a assembleia, confeccionado em oficina junto com as e os jovens 48 **Figura 8** – Lambes afixados em muros do território da Restinga 49 **Figura 9** – Infográfico IPEA | Especificação de dados da violência de pessoas negras 56 **Figura 10** – Apresentação do Projovem Adolescente dentro da cartilha do SUAS 68 **Figura 11** – A lógica da Seguridade social 70 **Figura 12** – Pilares do Programa 77 **Figura 13** – Eixos de trabalho dos Centros da Juventude 77 **Figura 14** – Resultados 78 **Figura 15** – Identidade visual dos Centros da Juventude 79 **Figura 16** – Mensagem enviada às entidades informando a suspensão dos serviços da assistência em Porto Alegre. 81 **Figura 17** – Territórios Negros/Ilhota 90 **Figura 18** – Mapa e localização da Restinga em relação ao centro 91 **Figura 19** – Apresentação teatral dos jovens do CJ Restinga no evento Social do POD 98 **Figura 20** – Oficina de Fotografia “O que é o CJ?” 103

SUMÁRIO

1	ESCRITAS INICIAIS	161.1
	Experiência interrompida	16
1.2	Inquietações	18
1.3	Delimitação, objetivos, interlocutores e justificativa	20
2	MÉTODO E METODOLOGIA	232.1
	O método Materialismo Histórico Dialético	22
2.2	A observação participante	24
2.3	As análises	26
3	ANÁLISE DE CONJUNTURA	293.1
	Juventudes	28
3.2	Os ataques aos direitos e as lutas da juventude	36
3.3	Juventude negra e periférica	48
3.4	Políticas Públicas para a Juventude	57
4	PARA ENTENDER DE ONDE FALO: DA ASSISTÊNCIA SOCIAL AO NÃO LUGAR	
	674.1 Experiência no Projovem Adolescente	
	64	
4.2	A Assistência Social Como Política Pública de Garantia de Direitos	66
4.3	O Não lugar: Programa de Oportunidades e Direitos	73
4.4	Uma nova experiência	78
5	A ILHOTA VIVE: A RESTINGA E A INSERÇÃO DO POD	895.1
	Conhecendo a Restinga	86
5.2	Os Programas e suas contradições e as/os jovens da Restinga	90
6	O LAZER NO CJ RESTINGA: QUANDO A DIVERSÃO É AÇÃO POLÍTICA	
	1006.10 POD, as/os jovens e o lazer	
	98	
6.2	A diversão como uma ação política	101
6.3	O lazer como direito social	103
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	1088
	REFERÊNCIAS	111

1 ESCRITAS INICIAIS

Em toda a ciência o difícil é o começo

Karl Marx (2014, p. 15)

Início com essa citação de Marx na epígrafe, pois ela representa bem o começo dessa jornada, seja no contexto de me ver como uma pesquisadora, seja no processo de escolha do tema a ser pesquisado e escrito.

Após a formação como professora de Educação Física, chegar ao campo de trabalho me proporcionou vivenciar novas experiências, mesmo residindo em um bairro periférico e tendo participado de inúmeros projetos sociais como usuária e também ter trabalhado em projetos de extensão durante a graduação, foi no campo da Assistência Social que me deparei com realidades muito distintas.

Inicialmente pensei em trazer neste trabalho a perspectiva das e dos adolescentes com relação ao esporte e como o enxergam (ou não) como um direito social fundamental, garantido pela Constituição Federal de 1988¹, pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul² e pela Lei Orgânica do Município de Porto Alegre³. Seria um olhar de dentro do meu campo de atuação, através do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Adolescente).

Iniciei como trabalhadora da Assistência Social em 2018, atuando como Educadora Cultural, ofertando oficinas de cultura nos bairros da região do Partenon (Morro da Cruz, Alameda – Campo da Tuca, São José e Jardim Bento Gonçalves) e da região da Lomba do Pinheiro (Vila Mapa e Vila Bonsucesso), todos bairros periféricos da cidade de Porto Alegre. Durante a escrita deste projeto passei por inúmeras mudanças, inicialmente recebi a oportunidade de ser Orientadora Social, ficando responsável pelos coletivos⁴ da região do Partenon, especificamente dos coletivos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Só essa mudança já

¹http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

²http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

³<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-porto-alegre-rs>

⁴Forma em que nos referimos ao conjunto de educandos por região no Projovem Adolescente, semelhante a uma ‘turma’ em um ambiente escolar.

restringiria meu campo de pesquisa, mas seguiria na mesma linha, com a perspectiva das e dos adolescentes como prioridade.

Os questionamentos iniciais foram se modificando à medida que meu campo de trabalho foi se transformando, primeiro na mudança dentro do próprio programa Projovem Adolescente e, por último, em outra mudança profissional mais significativa.

1.1 Experiência interrompida

Desde o início da escrita deste trabalho muita insegurança pairou sobre o campo de pesquisa, principalmente no início do ano de 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu o Governo Federal. Desde o ano de 2018 várias mudanças na Assistência Social previam um futuro não promissor, com um corte de 50% previsto no orçamento⁵ para 2019, e, além disso, no início de 2019, ocorreram mais cortes⁶ orçamentários, os quais colocaram em alerta vários serviços de atenção básica e especial. A própria anulação dos Conselhos impactou diretamente a Assistência Social⁷.

No mês de junho de 2019, recebemos a informação que mais mudanças de recursos financeiros ocorreram e que isso incidiria diretamente no Programa Projovem Adolescente; os recursos compartilhados entre governo federal (40%) e governo municipal (60%) sofreriam mais um ataque em âmbito federal. A partir disso diversas negociações foram feitas entre entidades da sociedade civil⁸ e a direção da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), ficando como indicação que haveria 40% de diminuição nos coletivos do Projovem em Porto Alegre, ou seja, cerca de 6 coletivos por região. Para dar um exemplo concreto, em Porto Alegre, existiam cerca de 50 coletivos e, com essa redução, diminuiu para 30 coletivos; na região em que eu trabalhava (Partenon) havia cinco (05) coletivos e permaneceram três (03).

⁵<https://maissuas.org/2018/09/19/corte-de-50-no-orcamento-do-suas-para-2019/>

⁶<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/sem-recomposicao-no-orcamento-da-assistencia-social-outras-politicas-publicas-podem-ficar-sobrecarregadas>

⁷<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/04/decreto-de-bolsonaro-extingue-orgaos-de-participacao-popular/>

⁸Hoje em Porto Alegre três entidades ofertam o Programa Projovem Adolescente, em parceria com a prefeitura, são elas o CEJAK - Centro de Educação Ambiental Vila Pinto (Centro Cultural James Kulisz), a Instituição Esperança Cordeiro e a Associação Beneficente AMURT- AMURTEL.

A insegurança com relação ao trabalho, o acúmulo de função e a pressão por ter um coletivo lotado, levando em consideração a quantidade e não a qualidade do trabalho prestado, deixava a situação pior. E, não bastasse isso, o ingresso de novas matrículas também foi suspenso, indicando um fim próximo ao programa.

Essas mudanças além de impactar meu futuro profissional, também impactaram em meu campo de pesquisa, pois não havia perspectiva de futuro do Programa Projovem Adolescente. Os indícios de mudanças estavam visíveis nos coletivos, sendo notado pelos próprios adolescentes, que conseguiam identificar, por exemplo, alterações no cardápio do lanche (drasticamente reduzido), bloqueio de novas matrículas, não disponibilização de Transporte Integrado de Porto Alegre (TRI's) assistenciais⁹ e corte das atividades externas.

A partir dessa realidade concreta, aproveitei para fomentar um debate com as e os adolescentes a partir da relação entre as mudanças governamentais e o impacto direto na sua condição objetiva de vida daqueles que, por muitas vezes dependem daquele espaço, seja para socializar, seja para fugir de uma condição precária de vida. E aqui trago socializar não como um conceito econômico, mas sim em uma perspectiva antropológica e educacional, onde a pessoa aprende algo novo, possibilitado pela interação em comunidade, conforme Bottomore (2013, p. 536)

socializar uma pessoa significa criar um ambiente no qual ela possa aprender uma língua, regras de pensamento conceitual, algo da história da comunidade a que pertence hábitos práticos necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento [...]

Mas é importante salientar que socializar também pode representar:

[...] um papel restritivo, e por vezes até mesmo mutilador. Ao transferir uma cultura específica para um indivíduo, a comunidade (família, escola, vizinhança, Estado) impõe certas ideias e normas tradicionais ao jovem, e é mais comum que o faça rigidamente, de maneira heteronômica. (BOTTOMORE, 2013, p.536)

Ao afirmar isso não pretendo colocar o Projovem como um universo de salvação, mas como um facilitador na garantia de direitos e articulador com outros serviços da Assistência Social, como o Serviço de Acompanhamento da Família e Indivíduo (SAFI), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas e Meio Aberto (PEMSE), o

⁹Transporte Integrado de Porto Alegre (TRI), ofertado a jovens participantes de programas da Assistência Social.

Serviço Ação-Rua, abrigos, os Conselhos Tutelares, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, etc.

Desde a primeira semana do mês de junho de 2019 diversas reuniões ocorreram com as coordenações do Projovem, da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e dos serviços que recebem os coletivos (CRAS e CREAS), com a finalidade de reorganizar a dinâmica e o novo desenho dos coletivos. O resultado foi o corte de coletivos, algo já esperado, permanecendo apenas três (03) coletivos na região do Partenon. Essa mudança foi concretizada no mês de agosto de 2019.

Durante esse processo recebi outra oportunidade dentro da instituição na qual sou trabalhadora, que impactou na minha carga horária de trabalho, na região, no programa de trabalho e conseqüentemente nesta dissertação. Na ânsia de não perder meu trabalho remunerado, aceitei a nova oportunidade e tomei novas decisões com relação a este projeto. Não foi uma decisão fácil, pois acabei abrindo mão de determinada trajetória de leitura e escrita. Iniciar novamente foi um grande esforço emocional e psicológico, mas me propus a recomeçar, aproveitando algumas inquietações que me acompanharam diariamente, no contato com as juventudes e no campo de militância política, agora no território da Restinga, no Programa de Oportunidades e Direitos (POD), atuando no Centro da Juventude (CJ) Restinga, enquanto Educadora Referência.

1.2 Inquietações

A primeira inquietação surge a partir do meu campo de trabalho. Apesar de ter formação em Educação Física, atuo como Educadora Social, promovendo debates com temas transversais das juventudes, com um assunto por mês ao longo do ano (cultura, cidadania, gênero e sexualidade, meio ambiente, esporte, lazer e saúde, cultura afro-brasileira, economia solidária e inserção no mundo do trabalho). Além das oficinas de cultura, os adolescentes participam de oficinas de esporte, essas focadas principalmente em jogos cooperativos; tanto as oficinas de cultura, quanto as de esporte ocorrem, cada uma, uma vez por semana.

E aqui recorro a Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco para ajudar com a nomenclatura de educador social:

A nomenclatura usada para designar estes profissionais também é a mais diversa possível: educador social, educador de rua, monitor, agente social, agente cultural, agente de lazer, arte-educador, agente de esporte e outros,

que passam a oferecer um amplo leque de atividades, desde as chamadas “profissionalizantes” - em que fica bastante patente o sentido utilitário do uso do tempo de lazer, da criança, jovem ou adulto - até as assim chamadas atividades lúdicas, artísticas, esportivas e culturais. (PACHECO, 2006, p. 188).

Procurava e procuro trabalhar numa perspectiva de educação popular com práticas pedagógicas emancipatórias, pautadas por Paulo Freire (1982), que propõe uma educação libertadora e conscientizadora. Minhas intervenções consideram que a construção do conhecimento ocorre quando o saber se torna ação, um processo de mudança na consciência dos indivíduos pela luta – quando a leitura de mundo se torna consciente – para a própria transformação do meio social onde vivem, produzindo e transformando todo o processo enraizado nos contextos.

Desse modo trabalhei no Projovem com cerca de 70 adolescentes entre 15 e 17 anos, todos residentes de bairros periféricos da cidade de Porto Alegre, a grande maioria beneficiários de programas sociais, entre eles o Bolsa Família, todos estudantes de escolas públicas, muitos considerados com defasagem escolar e com situações de adoecimento mental. Diversos sofreram abusos físicos, sexuais e psicológicos, alguns em situação de rua e de trabalho infantil. Agora, no Centro da Juventude, trabalho com jovens entre 15 e 24 anos, todos residentes do bairro Restinga e com uma realidade de vida muito similar ao descrito acima.

Conviver com esses jovens, que passam pelos mais diversos sofrimentos e violências, me fez pensar qual a perspectiva de futuro para essa juventude específica? Quais as oportunidades ofertadas para esses jovens? Quais as políticas públicas voltadas para a juventude? O que esses jovens estão acessando, com relação aos serviços públicos? Existem políticas voltadas para a juventude? Se existem, quais? Esses jovens conseguem acessar? Qual o perfil atingido por essas políticas? Quem está ofertando? Que espaços públicos esses jovens ocupam? As políticas públicas existentes são voltadas para o lazer dos jovens? Quem acessa espaços de lazer na cidade de Porto Alegre? Onde estão esses espaços de lazer? E quais são eles?

Pensando no âmbito federal, estadual e municipal e partindo da própria experiência do Projovem Adolescente, que vem tendo seu investimento orçamentário diminuído ano a ano (com a divisão do orçamento inicialmente dividido em 2005, data de sua criação, com 50% para o Governo Federal e 50% para o Governo Municipal - tendo mudado significativamente essa proporção) e também do

POD que não é uma política pública e e sim um programa com tempo limite de duração, como se dá a efetivação desses programas? Qual a parcela de participação dos governos? Enfim, muitas perguntas permeiam esse caminho, a maioria voltada para as políticas públicas para as juventudes e como são executadas.

A partir disso busco explicar de que juventude estou falando e então apresentar as políticas públicas (se existem) que assistem esses jovens, e também na perspectiva dos jovens, o que eles estão buscando e conquistando como cultura e lazer, como esses espaços são produzidos e por quem são produzidos e ofertados.

1.3 Delimitação, objetivos, interlocutores e justificativa

Optei neste momento, para esta escrita, por um recorte específico de pesquisa, mesmo identificando lutas para além do campo institucional, irei focar na busca de programas governamentais, com o propósito de identificar qual a proposta para a juventude neste momento de tantas incertezas sociais, econômicas e políticas.

Com isso e a partir de tantas inquietações e perguntas, o objetivo deste trabalho é (1) analisar as relações das e dos jovens residentes no bairro Restinga com o Programa de Oportunidades e Direitos (POD), buscando (2) compreender o sentido dessas políticas para a juventude, e se os mesmos (3) ocupam esse local como um espaços de lazer ou se são voltadas para outros propósitos e trajetórias.

Na forma de questões operacionais para desdobrar ações férteis para o atendimento desse objetivo geral, orientei as minhas decisões de pesquisa por duas interrogações que me acompanharam ao longo da investigação: 1) Quais os objetivos desse programa – o POD – para uma juventude periférica e majoritariamente negra? 2) As e os jovens identificam e ocupam esse espaço do programa, como um espaço de lazer?

As respostas para esses questionamentos foram produzidas na interlocução com as/os jovens inseridos no POD, principalmente aquelas ocorridas nos processos de intervenção pedagógica ou de convivência com elas e eles. Inicialmente tinha como proposta realizar entrevistas com as e os jovens e utilizar esse material juntamente com diário de campo, no entanto, com o advento da Pandemia do

Coronavírus (Sars-CoV-2), as dinâmicas de distanciamento social, me deparei com dificuldades de comunicação com as e os jovens e com a interrupção momentânea dos atendimentos. Frente a isso, não foi possível dar este encaminhamento inicialmente previsto para o trabalho, o que me levou a propor uma nova trajetória de investigação em termos de metodologia, a qual discorrerei no próximo capítulo. Escolhi por não identificar a entidade gestora do local, mas identifico o território e o programa por entender a importância das colocações e reflexões acerca dos mesmos.

A construção do objetivo geral e das questões operacionais, assim como dos próprios interlocutores, como procurei contextualizar até aqui, tem relação estreita com meu campo de trabalho, como educadora social não atuante diretamente na área da Educação Física. Entendo que minha formação foi e é de grande relevância para as decisões e caminhos que traço diariamente em minhas aulas; a didática foi construída durante toda minha formação e sem ela não seria possível adquirir a experiência tão valiosa para o andamento do meu trabalho. Então, mesmo traçando um caminho, talvez, o não esperado para Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, entendo como relevante a escolha em pesquisar e escrever sobre um projeto social para a juventude periférica de Porto Alegre e suas movimentações culturais e artísticas no campo da educação popular. Pois entendo que dentro de uma universidade pública a pesquisa deva ser socialmente útil, com um retorno direto para a sociedade. E quem mais necessita de ecoar sua voz neste momento são os jovens, negros e periféricos.

2 MÉTODO E METODOLOGIA

A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.

Paulo Freire (1989, p. 67)

Iniciar esse projeto não foi uma tarefa fácil, por todas as questões que trouxe nos tópicos iniciais. Da mesma forma, a escolha do método também foi desafiadora, pois essa decisão é política e, como pesquisadora e militante, acredito que não exista pesquisa neutra. Certamente isso é rapidamente percebido na minha escrita.

Como apresentado na epígrafe deste capítulo, não acredito na teoria deslocada da prática, como disse Marx:

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não-realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente escolástica (MARX, 2007, p. 533).

2.1 O método Materialismo Histórico Dialético

O Materialismo Histórico Dialético (MDH) tem duas importantes características. Uma é o seu caráter de classe, pois afirma explicitamente que seu método está a serviço do proletariado¹⁰. A outra é o seu caráter prático, onde a prática é a base da teoria, e a teoria está à serviço da prática. Assim, entendo que o critério da verdade não pode ser outro senão o da prática social. “A prática é superior ao conhecimento (teórico), porque possui não apenas a dignidade da universalidade, mas também a da realidade imediata” (LENIN, 2011).

Em um momento histórico em que o MHD, ou o marxismo, método que emerge do trabalho desenvolvido por Karl Marx, sofre tantos ataques, fazer essa escolha é desafiador. Mas ser marxista, comunista, mulher, feminista, LGBT+¹¹ e militante política já coloca o desafio como parte do meu cotidiano.

¹⁰“O proletariado é a classe dos operários assalariados modernos que, não possuindo meios próprios de produção, reduzem-se a vender a força de trabalho para poderem viver”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 23)

¹¹Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e demais possibilidades de expressão de orientação sexual e identidade de gênero.

[...] a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, a análise e a crítica da sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando. Durante o século XX, nas chamadas "sociedades democráticas", ninguém teve seus direitos civis ou políticos limitados por ser durkheimiano ou weberiano - mas milhares de homens e mulheres, cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e até mesmo assassinados por serem marxistas. (NETTO, 2011, p. 10)

O método MHD é o que possibilita fazer a análise concreta da realidade. Entendo nesse método que a teoria e a prática devem estar sempre associadas, e a teoria não é necessariamente a do campo acadêmico formal, como o próprio Marx (1982, p. 15) nos trouxe “[...] a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras como, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso”.

É através do método que se tem a possibilidade de fazer a análise do real. Buscar o concreto, a essência por trás da aparência. Para compreender a essência de um objeto de pesquisa é preciso compreendê-lo como resultado da relação dialética entre múltiplas determinações. Nesse sentido, o MHD é uma resposta da ciência “à fermentação proletária da sociedade burguesa e à gestação, dentro dela, de uma nova época histórica revolucionária, alicerçada no pólo operário da luta de classes”. (FERNANDES, 2012, p. 178). Dessa forma, o método se coloca ao lado, e como instrumento, da classe trabalhadora.

O método de Marx não é pura e simplesmente uma teoria científica. Tem como objetivo produzir conhecimento que possibilite entender o movimento histórico real da sociedade, servindo assim de base para a política e os movimentos da classe trabalhadora (FERNANDES, 2012, p.179).

Para Marx o seu objeto é a sociedade burguesa, que institui um sistema de relações construída pelos próprios homens. Não posso deixar de corroborar esse pensamento, por crer que a relações entre as políticas públicas e os sujeitos de direitos se dão no marco das relações sociais e políticas da sociedade, que é determinada pelo sistema capitalista burguês.

A concepção material do método MHD não se dá somente na negação do campo das ideias, mas sim que essas ideias só podem ser elaboradas com base na realidade concreta e não na ideia pela ideia. É somente com fundamentação teórica e prática que a análise pode acontecer.

A questão da totalidade histórica e da contradição são princípios centrais para a compreensão do método escolhido. Pois, a concepção dialética da história aponta que os fatos sociais são interdependentes, articulados entre si através de várias conexões, não havendo totalidade sem vinculação com a base real da história, ou seja, não temos como analisar situações isoladas sem contextualizar os fatores sociais e históricos envolvidos.

2.2 A observação participante

Nessa perspectiva da prática produzo a empiria através de sucessivas aproximações como o campo de pesquisa. Ele é o meu próprio campo de trabalho, o que me possibilitou me aproximar na prática, analisar, questionar e desenvolver questões. Essa parte com certeza é a mais difícil, pois me equilibrar entre educadora social e a pesquisadora não foi uma tarefa fácil; muitas vezes me percebo, durante o trabalho, pensando em intervenções que vinculem a minha pesquisa e acabo por vezes direcionando minha pesquisa no meu planejamento de trabalho. Essa sobreposição é um desafio, mas ao mesmo tempo uma dimensão que fortalece o estudo, posto que somente por causa dessa aproximação de pesquisa-trabalho é que tenho condições de desenvolver o mestrado acadêmico, as análises e as reflexões aqui apresentadas.

Com a anuência dos responsáveis pelo CJ Restinga - sempre procurei deixar claro meus interesses e investimentos de pesquisa relacionados ao mestrado – aproveitarei da minha posição como trabalhadora-educadora para me aproximar do projeto institucional (POD), tendo acesso a documentos, debates, discussões e o principal, aos jovens que fazem parte desse projeto como interlocutores-chave. Além disso, pude vivenciar, na prática, os espaços de lazer, as lutas e resistências promovidos pelas juventudes da/na cidade, como frequentadora e também militante das causas culturais em prol da ocupação dos espaços públicos.

Tendo como objetivo me apropriar do método para dialogar com a realidade deste projeto e, através da metodologia, analisar as relações das e dos jovens residentes no bairro Restinga com o POD, buscando compreender o sentido dessas políticas para a juventude, e se os mesmos ocupam esse local como um espaço de

lazer ou se são voltadas para outros propósitos e trajetórias, optei como estratégia investigativa central a observação participante.

Ao longo do processo investigativo realizei registros e notas de campo sobre questões e eventos que interessavam à pesquisa, a partir do que foi possível realizar uma sistematização da realidade observada/vivenciada. Cabe destacar a importância dos registros de campo, como instrumento de registro do pesquisador, onde constam suas impressões a respeito do cotidiano observado, não como dados objetivos, mas como registros de sua ação-transformação coletiva. A partir da análise teórica desses registros, a partir de categorias de análise, têm-se os dados científicos da pesquisa (FERNANDES; MOREIRA, 2013)

A observação participante apresentou-se como uma possibilidade de aproximação e convivência com os interlocutores. Isso significa que o material produzido a partir desta observação não é somente relato dos acontecimentos, mas também registro de vivências, sentimentos e reflexões por parte do pesquisador (FONSECA *et al.*, 2016). Aliás, cabe salientar que bebi da fonte da Pesquisa-Ação, pois a empiria se dá através de intervenções com o coletivo de jovens periféricos nos Coletivos do Projovem e no Centro da Juventude Restinga, e essas produções são marcadas pelas transformações da realidade, que se amarram às mudanças das consciências coletivas. A realização de pesquisas baseadas na metodologia da pesquisa-ação é capaz de proporcionar um diálogo entre o saber científico e popular e a mudança na relação entre sujeito e objeto presente nas pesquisas científicas, resultando na construção coletiva do conhecimento. Assim a Pesquisa-Ação, conforme Tripp (2005):

um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação. (TRIPP, 2005 p. 445-446)

Como metodologia de pesquisa, a observação participante não prescinde da participação do pesquisador no contexto de análise/pesquisa e de um encontro entre os sujeitos e o pesquisador (MALFITANO, 2011). Fernandes e Moreira (2013), em um exercício de conceituar esta metodologia trazem que:

[...] a observação participante se caracteriza pela promoção de interatividade entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto no qual eles vivem. A pesquisa dita qualitativa – e dentre todas as suas técnicas, em particular, a observação participante – obriga o pesquisador a

lidar com o “outro”, num verdadeiro exercício constante de respeito à alteridade. Pressupõe convívio e intercâmbio de experiências primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar, experimentar. (FERNANDES; MOREIRA, 2013, p. 518)

Quando se faz uma pesquisa utilizando como metodologia a observação participante torna-se imprescindível “saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos” (VALLADARES, 2007, p. 154). As informações e dados obtidos dependem muito da relação da pesquisadora com as/os interlocutoras/es e, em face disso, muitas vezes, as entrevistas formais podem ser desnecessárias, uma vez que os dados vêm da própria observação participante e da interação pesquisador-sujeitos (VALLADARES, 2007).

Apostei nessa lógica, sobretudo porque vivenciei – como muitas/os outras/os pesquisadoras/es – uma importante modificação nas andanças dessa escrita. Assim como o método MHD inside na conversa entre a realidade e a pesquisa, também inside nos caminhos percorridos durante o processo de escrita. Inicialmente planejava realizar entrevistas com as e os jovens dialogando com o diário de campo que estava sendo criado. No entanto, como já mencionei anteriormente, os desafios relacionados ao enfrentamento da pandemia modificaram essas possibilidades. Com o atendimento do Programa sendo interrompido por diversos meses, não foi possível dar continuidade ao planejamento inicial. Em trabalho remoto tentei de inúmeras formas manter contato com as e os jovens através das redes sociais (entre elas *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*), mas não consegui sucesso nos contatos. A maioria das e dos jovens não tinha acesso à internet, o que tornou inviável as entrevistas dessa forma. A partir disso foi preciso modificar a metodologia, chegando então à observação participante, onde pude resgatar notas e escritos anteriores a esta interrupção. Por isso os registros aqui utilizados não são de um diário de campo estruturado, mas de anotações, notas e registro realizados ao longo desta pesquisa em situações não organizadas de forma sistêmica.

2.3 As análises

As análises, na perspectiva do método MHD, foram desenvolvidas em 04 capítulos seguintes: o primeiro descreve e analisa as condições postas às/aos jovens, sublinhando a questão dos direitos sociais; o segundo descreve percursos de políticas públicas para jovens no contexto da assistência social, demarcando o

seu não lugar em tempos atuais; o terceiro tem seu enfoque no território da Restinga, bairro de periferia de Porto Alegre, onde se implanta o Centro da Juventude, espaço de formação e de problematização acerca das violências de direitos; e, por fim, está uma análise sobre as permeabilidades conquistadas pelos jovens no CJ para vivências de lazer e suas implicações políticas.

Em todos esses capítulos, as análises colocadas são marcadas pela crítica, sendo esta pesquisa uma daquelas que pode ser definida como politicamente engajada. Partindo do entendimento de que não é possível separar a pesquisa e a produção de conhecimentos da política e, principalmente, do enfrentamento das desigualdades e das discriminações, desenvolvo descrições e análises que não estão preocupadas em trazer categorias, mas em evidenciar a existência das distintas condições e dominações de classes (históricas e concretas), suas pedagogias, suas ressonâncias sobre as visões de mundo, mas sem, contudo, deixar de destacar e de fomentar os coletivos de lutas que procuram enfrentar e transformar a realidade.

Pude produzir esse caminho analítico e crítico como pesquisadora-educadora, significando que aquilo que está registrado nas próximas páginas demonstra um processo de aprendizagens-ações-transformações com as/os jovens daquela periferia, tendo em vista as relações entre as condições objetivas de nossas-suas vidas e o universo das políticas públicas da assistência social.

3 ANÁLISE DE CONJUNTURA

Este capítulo tem o propósito de contextualizar a situação social e política em que este trabalho foi escrito, partindo do entendimento de que para uma análise da realidade conforme o método MHD, faz-se necessário uma análise de conjuntura para melhor situar sobre as condições postas aos jovens, território e projeto aqui expostos. Assim sendo, descrevo de que juventude estou falando, caracterizada como um dos grupos sociais mais atacados no que se refere aos direitos sociais, e, também, na criminalização; na violência de Estado; são de jovens, negros/negras periféricos os corpos achados por balas supostamente perdidas. Mas que também produz resistência e luta, e quais as políticas públicas que historicamente foram reservadas a este setor.

3.1 Juventudes

*Eles querem que alguém
Que vem de onde nós vem
Seja mais humilde, baixe a cabeça
Nunca revide, finje que esqueceu a coisa toda
Eu quero é que eles se fod*
Mandume, Emicida (2015)*

Se formos registrar uma fotografia do momento histórico atual, podemos perceber um público que vem sofrendo duros ataques aos seus direitos. Me refiro aqui à juventude, especificamente a periférica.

Existem diversos debates sobre o conceito de juventude, definições orientadas em distintos campos de conhecimento, como da psicologia, antropologia, biologia, sociologia, etc. Contudo, de acordo com a legislação brasileira, duas leis se agregam com relação à juventude, e ambas somente remetem ao fator etário. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) identifica que até os 12 anos de idade a pessoa é considerada criança, até os 18 anos a pessoa é adolescente, e a partir disso já é considerada adulta. Já o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/13) dispõe que os jovens são aqueles entre os 15 e os 29 anos de idade.

[...] a juventude também foi tradicionalmente tematizada como fase transitória para a vida adulta, o que exigiria esforço coletivo – principalmente da família e da escola – no sentido de “preparar o jovem” para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo. Tendo como referência central o conceito de socialização, esta abordagem sugere que a transição é demarcada por

etapas sucessivamente organizadas que garantem a incorporação pelo jovem dos elementos socioculturais que caracterizam os papéis típicos do mundo adulto – trabalhador, chefe de família, pai e mãe, entre outros: à frequência escolar somar-se-ia, em primeiro lugar, a experimentação afetivo- sexual, que seria sucedida progressivamente pela entrada no mercado de trabalho, pela saída da casa dos pais, pela constituição de domicílio próprio, pelo casamento e pela parentalidade. Ao fim deste processo, o jovem-adulto adentraria uma nova fase do ciclo da vida, cuja marca distintiva seria a estabilidade. (AQUINO, 2009, p.25)

Apesar dessa delimitação etária presente na lei, o conceito de juventude é muito mais complexo, pois se trata de um conceito construído historicamente e que possui uma relação direta com as condições econômicas e sociais. Não por acaso, o próprio Estatuto da Juventude não conceitua o que é a juventude, apenas pontua os direitos dos jovens. E aqui escolho trazer questões apontadas no Estatuto da Juventude (EJ) e não no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pelo recorte da faixa etária do EJ se encaixar melhor no campo de trabalho/pesquisa aqui apresentados.

O senso comum tem uma ideia de juventude que é vista como perigosa e impulsiva e essa visão é fruto de estigmas que foram historicamente construídos. Por isso é muito importante levar em conta o local que ocupa este grupo tão heterogêneo dentro do sistema capitalista, onde os problemas enfrentados são produto da luta de classes.

A juventude não é uma só, ela é plural, e o tempo histórico e os marcadores sociais necessitam ser analisados com atenção, seja de classe social raça, gênero, orientação sexual ou deficientes. Usa-se a palavra “juventudes” no plural para expressar essa polifonia, mas aqui, neste trabalho, escolho utilizar a palavra juventude, sem o plural, pois mesmo entendendo essa pluralidade, faço um recorte bem específico com quais jovens estou dialogando. São jovens periféricos, filhos da classe trabalhadora precarizada, que vivem em um tempo de não políticas públicas, sobretudo as e os jovens negros, grande maioria dos que serão retratados neste trabalho.

As juventudes são múltiplas, mas no senso comum é um grupo social que tem como característica a rebeldia, pelo fato de sentirem, no campo psicológico, sufocados em um mundo dos adultos. De forma mais específica, os jovens periféricos ainda são uns dos mais afetados pelas crises do capitalismo.

Os estudantes, especificamente, também são encaixados nessa rebeldia, quando não concordam com imposições sobre suas vidas.

Em todos os países a juventude é radical. O jovem sempre se sente insatisfeito com a sociedade em que vive, sempre pensa que pode fazer as coisas melhores que seus adultos. Assim a juventude sempre se sente progressiva, entretanto o que entendem por progressivo varia bastante. [...] Esta é a verdadeira força motriz no plano psicológico. Os velhos ocupam todos os lugares; o jovem se sente encurralado, sem saída para aplicar suas demandas. (TROTSKY, 2018)¹²

A caracterização da juventude como uma fase preparatória exerce diferentes expectativas em jovens de diferentes classes sociais, pois cada um tem uma preparação diferente. Enquanto jovens de classes altas vislumbram viagens, intercâmbios, cursos e universidades, a juventude de juventude pertencente às frações mais precarizadas da classe trabalhadora enfrenta um grande entrave em apenas frequentar a escola. Inúmeras vezes ouvi relatos de jovens que não estavam conseguindo ir à escola por dificuldades de transporte, por questões de segurança (tráfico, toque de recolher, etc.), por dificuldades em se alimentar ou por que necessitavam trabalhar (e aqui especificamente o trabalho remunerado para ‘ajudar’ a família com as despesas da casa).

Isso significa que reduzir a juventude a uma abordagem preparatória para a vida adulta, abstraindo as condições materiais para essa preparação, ignora a relação da juventude com os múltiplos fatores econômicos e sociais que os determinam, sendo o mais relevante a classe social a que pertence.¹³

Outras importantes diferenciações a destacar entre a juventude é a questão de gênero, de raça, de etnia, orientação sexual, pessoas com deficiência, etc. Diversas relações que nos ajudam a entender a necessidade de olhar para esse grupo com maior atenção. E, a respeito disso, trago uma reflexão acerca da interseccionalidade, conceito apresentado pela afroamericana Kimberley Crenshaw (2002)¹⁴. Essa terminologia propicia a verificação do entrelace e interlocução dos marcadores sociais de raça, gênero, classe, orientação sexual, geração, identidade religiosa, dinamizados juntos, por vezes, ao mesmo tempo, em direção à determinada realidade social. Segundo Carla Akotirene (2018, p.14) “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação

¹²<http://www.ceip.org.ar/Sobre-los-estudiantes-y-los-intelectuales>

¹³Utilizo o conceito de classes sociais na perspectiva de Marx e Engels a partir do Manifesto do Partido Comunista.

¹⁴https://www.geledes.org.br/interseccionalidade-uso-e-comando-nas-lutas-politicas/?gclid=CjwKCAiAr6-ABhAfEiwADO4sfb_Ps_cmEmh8az4KzrWjv6rrVPdSqfTrUwoEQ2B2gXXsSWUZjdyR0hoClp4QAvD_BwE

simultânea das avenidas identitárias [...]” e, além disso, essa autora argumenta que “[...] juntos, racismo, capitalismo e heteropatriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica [...]” (AKOTIRENE, 2018, p. 34).

Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (2001, p.23) já afirmavam que “A história de toda a sociedade até nossos dias é a história de lutas de classes”, e, a partir disso, podemos entender o quão fundamental essa definição é para a compreensão da realidade. A juventude, por ter um alto grau de heterogeneidade, com seus conflitos e contradições, experimenta e incorpora as diferenças históricas e concretas, que são atravessadas pelos conflitos de classe. Para ajudar, podemos pensar em dois jovens, um estudante de ensino médio de uma escola particular, que reside em um bairro nobre de Porto Alegre, e um jovem de mesma idade, com defasagem escolar de 2 (dois) anos, cursando ensino fundamental, em uma escola pública e que reside em um bairro periférico de Porto Alegre e que precisa trabalhar para ajudar no sustento da família. Isso torna bem concretas as questões que levam às diferenciações dentro da juventude e a preparação destes dois jovens para a vida adulta. Exemplo esse que muitas vezes usei para debater com meus educandos o conceito de meritocracia, o merecimento contra o favorecimento a partir de suas condições de vida.

Muitas questões, portanto, atravessam a definição de juventude e, levando em conta o recorte de classe, tento entender, a partir deste trabalho, aquela na qual jovens do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) se constituem como sujeitos de classe.

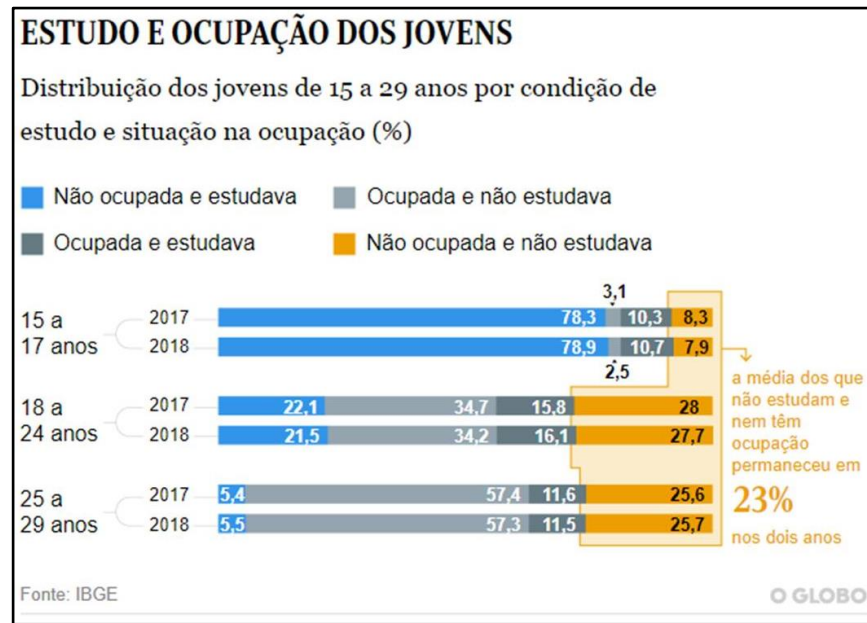
A definição de juventude passa por condições nas quais jovens que apenas estudam, que estudam e trabalham, ou só trabalham e aqueles que nem estudam nem trabalham. Essa última categoria conhecida como geração nem-nem, isto é, aquela que nem estuda e nem trabalha, onde 23% dos jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos se encaixam. Alguns dados publicados e ilustrados (ver imagem 1) pelo Jornal O Globo mostram isso¹⁵:

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada nesta quarta-feira, revelou um dado preocupante sobre a juventude do país. Entre os 47,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos, 23% não estudam e nem trabalham. Os dados são referentes a 2018.

¹⁵<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ibge-23-dos-jovens-de-15-29-anos-nao-estudam-nem-trabalham-23748808>

Conhecidos como geração "nem-nem", o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca, porém, que essa população que não está trabalhando e nem estudando pode estar desenvolvendo outras atividades, como cuidando dos afazeres da casa ou defamiliares

Figura 1 – Estudo e ocupação dos jovens



Fonte: Site O Globo

Diante dos inúmeros ataques à classe trabalhadora, a juventude a nível mundial, é um dos setores mais atingidos pela crise, em 2018 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁶, entre os trabalhadores entre 18 e 24 anos, a taxa de desemprego é mais que o dobro da taxa da população em geral. Enquanto a taxa geral ficou em 12,4% no segundo trimestre, entre os jovens esse percentual salta para 26,6%. Dois em cada cinco jovens encontrava-se em situação de desemprego. Em países como o Brasil, 19 de 20 jovens trabalhavam em condições de informalidade, 39,9% dos 160,8 milhões de jovens trabalhadores no mundo viviam em condições de extrema pobreza, sobrevivendo com pouco mais de 3 dólares por dia¹⁷. A crise do capitalismo tendo como consequência a destruição das forças produtivas aprisiona e destrói cotidianamente as capacidades criativas da juventude.

¹⁶Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

¹⁷<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-11/oit-diz-que-ha-mais-de-70-milhoes-de-jovensdesempregados-no-mundo>

Além dessa questão concreta representada pelos estudos e ocupação, é importante ressaltar também a diferença entre os setores mais oprimidos da juventude (negras e negros, LGBTQs+ e mulheres), sob a ótica de recorte de classe.

A lógica destrutiva tem se manifestado em doenças como depressão e ansiedade. Aproximadamente 4,4% da população mundial enfrentam a doença. O Brasil é o país com maior prevalência de depressão na América Latina¹⁸ e, de acordo com a sociedade brasileira de psicanálise¹⁹, cerca de 10% dos jovens apresentam seus sintomas. E, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), um em cada cinco adolescentes enfrenta desafios de saúde mental²⁰.

Das e dos adolescentes que tive como educandos no Programa Projovem Adolescentes, praticamente 90% relatavam ter problemas de saúde mental, que variavam entre depressão e ansiedade, com abuso de remédios, drogas, álcool e automutilação, chegando à tentativa de suicídio – sendo esta a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, também segundo a OMS (2014) – principalmente as meninas e LGBTQs+. Devido a isso e também a partir de outros relatos de colegas educadores, debatemos com a coordenação do projeto e incluímos nos planejamentos, atividades que abordassem questões de saúde mental. Construimos esse encaminhamento pedagógico, mesmo que no projeto haja uma equipe técnica (psicólogas e assistente social) para atendimentos e encaminhamentos a serviços especializados (CRAS, CREAS, CAPS, etc.).

A juventude vem sendo educada pela ideologia do fim da história²¹, pela superioridade do capitalismo como última sociedade existente e tem visto suas condições de trabalho e de vida se deteriorarem. Mas muitas promessas são feitas à juventude, à melhora de vida, à ascensão social, tudo dentro da lógica do capital. Adaptando-se conforme as regras objetivamente impostas, educação para o mercado de trabalho e o trabalho flexível, este com uma face perversa, literalmente vendida como solução, precariza cada vez mais as condições de trabalho. Isso é preocupante em relação às e aos jovens que estão entrando no mundo do trabalho e são atraídos por promessas de empreendedorismo, com o ‘seja seu próprio chefe’,

¹⁸<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/depressao-crece-no-mundo-segundo-oms-brasil-tem-maior-prevalencia-da-america-latina.ghtml>

¹⁹<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quantos-adolescentes-sofrem-de-depressao-no-brasil/>

²⁰<https://nacoesunidas.org/oms-1-em-cada-5-adolescentes-enfrenta-problemas-de-saude-mental/>

²¹Teoria iniciada no século XIX por Georg Wilhelm Friedrich Hegel e posteriormente retomada em 1989 por Francis Fukuyama.

‘faça seu próprio horário’, ‘tenha suas próprias regras’. Abordarei essa questão mais a fundo nos próximos capítulos.

A flexibilidade ou flexibilização constitui hoje uma espécie de síntese ordenadora de múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço de vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural. (ANTUNES, 2018, p.141)

Junta-se a essas condições as políticas de austeridade, retirada de direitos, sucateamento e privatização da máquina pública. Foi nos prometida uma vida melhor que a de nossos pais, não é essa a realidade imposta. Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) pautaram ações de desenvolvimento para a juventude. “O Estado brasileiro tem uma dívida com a nossa juventude, que precisa ser motivada com esperanças e oportunidades”. Essa afirmação foi feita pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas da Juventude que ocorreu na cidade de Brasília em 2008²², e segue: “[...] criar oportunidades para os jovens tanto no campo educacional quanto no mercado de trabalho, quando não há escola, formação profissional ou emprego a juventude fica à mercê do narcotráfico e do crime organizado.”

O que na realidade nos foi imposto foram trabalhos precários²³, desemprego²⁴ e endividamento educacional²⁵. Trabalhando no universo da Assistência Social em Porto Alegre, pude perceber que a realidade de muitos jovens que buscam estágios para se qualificar para um futuro trabalho, é acabar trabalhando de forma explorada em mercados, feiras e sinaleiras. Diversos educandos do Projovem e Centro da Juventude com os quais tive contato, relataram que entram nos programas vislumbrando uma oportunidade no Jovem Aprendiz²⁶, e muitas vezes acabam em trabalhos informais e explorados, para ajudar no sustento da família.

²²<http://revistaprincipios.com.br/96/car/712/1%C2%AA-conferência-nacional-de-polírucas-públicas-de-juventude-e-as-entrelinhas-de-um-processo-paricipativo-.html>

²³<https://esquerdaonline.com.br/2018/04/02/banco-mundial-recomenda-salario-minimo-menor-para-juventude/>

²⁴<https://www.esquerdadiario.com.br/A-juventude-ocupa-os-piores-postos-de-trabalho-no-Brasil>

²⁵<http://www.esquerdadiario.com.br/40-dos-jovens-brasileiros-estao-endividados>

²⁶<https://jovemaprendizbr.com.br/>

Também é importante ressaltar aqui a lógica que sustenta o Programa Jovem Aprendiz, este promulgado através da Lei 10.097/2000²⁷, que garante o trabalho para jovens de 14 a 24 anos como aprendizes em empresas, mas acaba por ser um trabalho mal remunerado, onde muitas vezes o jovem não tem supervisão adequada e se deparam com a vivência de um trabalho explorado e sofrendo com o assédio²⁸.

O trabalho expõe uma face perversa do capitalismo, é produto da acumulação do capital que se apresenta de modos diversos em cada sociedade.

[...] a lei geral da acumulação capitalista, segundo a qual, no modo de produção capitalista, a produção da riqueza social implica, necessariamente, a reprodução contínua da pobreza (relativa e/ou absoluta); nos últimos 150 anos, o desenvolvimento das formações sociais capitalistas somente tem comprovado a correção de sua análise, com a “questão social” pondo-se e repondo-se, ainda que sob expressões diferenciadas, sem solução de continuidade. (NETTO, 2011, p.23-24)

É uma categoria importante de análise, porque compreende a centralidade da vida e também impacta a juventude. Portanto, é fundamental analisar como a juventude está inserida no mundo do trabalho, quais as atividades laborais são reservadas para este coletivo e os impactos que tem na vida, na escola e no seu lazer.

O lugar da escola e dos ambientes da assistência se mistura na hora de preparar os jovens para seu futuro profissional. Na escola a formação ocorre em nome do futuro profissional, na assistência a possibilidade de se preparar melhor para as oportunidades.

A histórica dualidade teórico-prática na relação trabalho-educação, materializada na dicotomia entre escolarização e formação profissional acirra a marginalização desses sujeitos sociais – crianças adolescentes e jovens, filhos e filhas da classe trabalhadora. Sem considerar essas questões estruturais, Estado e sociedade civil vêm propondo, de forma predominantemente subordinada ao capital, uma infinidade de projetos e programas com vistas a atender essa população por meio de políticas sociais. (FONSECA, 2009, p.3)

Fora os fatores de exploração e escravização moderna, há uma ânsia desesperada dos jovens por uma saída de sua condição objetiva de vida precária, que os joga ao mundo do trabalho muito cedo (o que não foge do fator exploração). Isso se dá de diversas formas, seja pelo trabalho informal, seja pelo formal, através de programas como o Jovem Aprendiz/Aprendiz Legal ou estágios remunerados.

²⁷http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm

²⁸<http://www.usp.br/aun/antigo/exibir.php?id=4774>

Não é por acaso que muitos educandos do Projovem chegavam até o programa com o objetivo de conseguir um estágio. Um dos objetivos principais do programa é justamente o de preparar o jovem para o mercado de trabalho, esta que pode ser feita de diversas formas, como ensinar a fazer um currículo, se portar e como se vestir em uma entrevista de emprego, como providenciar os documentos legais exigidos (RG, CPF, Carteira de Trabalho), onde procurar um estágio, quais os requisitos para preencher uma boa vaga. Por acreditar que a preparação para o mercado de trabalho vai muito além do que esses tópicos; como educadora trabalhava outros aspectos, mais críticos, como as leis trabalhistas, os direitos de um trabalhador, situações de assédios, formas de trabalho, exploração, opressões, direitos humanos e seguridade social.

Retomando um dado já exposto. Em 2018 segundo o IBGE mostrou que entre os trabalhadores entre as e os trabalhadores entre 18 e 24 anos, a taxa de desemprego é mais que o dobro da taxa da população em geral. Enquanto a taxa geral ficou em 12,4% no segundo trimestre, entre os jovens esse percentual salta para 26,6%. Dois em cada cinco jovens encontrava-se em situação de desemprego.

São dados como esses que me levaram a inserir no título do presente trabalho com um trecho da música “Não é sério” da banda Charlie Brown Jr. com a cantora Negra Li. Faço isso com o propósito de dialogar com uma perspectiva dada aos jovens, onde normalmente nas mídias aparecem envoltos em problemas e incertezas, principalmente os jovens negros e moradores de periferias, como se todos fossem iguais, passassem pelos mesmos problemas e enfrentassem as mesmas condições de vida. Isso não é sério, a realidade da vida desses jovens não aparece na televisão, as saídas coletivas, as lutas, os ‘corres’²⁹ como eles mesmos falam.

E trago aqui mais alguns trechos da referida música, os quais dialogam diretamente com a escrita desta seção.

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério O jovem no Brasil
nunca é levado a sério
Eu sempre quis falar nunca tive chance
E tudo que eu queria estava fora do meu alcance Sim, já, Já faz um tempo
mas eu gosto de lembrar Cada um, cada um, cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil, eu sei como é difícil acreditar
Mas essa porra um dia vai mudar Se não mudar, pra onde vou
Não cansado de tentar de novo Eu passo a bola, eu jogo o jogo

²⁹1. [Gíria] Uma tarefa, trabalho que deve ser realizado no dia. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/corres/>

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério O jovem no Brasil
nunca é levado a sério
A polícia diz que já causei muito distúrbio
O repórter quer saber por que eu me drogo o que é que eu uso Eu também
senti a dor e disso tudo eu fiz a rima
Agora tô por conta, pode crer que eu tô no clima Revolução na sua vida
você pode você faz Quem sabe mesmo é quem sabe mais
O que eu consigo ver é só um terço do problema É o sistema que tem que
mudar
Não se pode parar de lutar senão não muda
A juventude tem que estar a fim, tem que se unir
O abuso do trabalho infantil, a ignorância, faz diminuir a esperança Na TV o
que eles falam sobre o jovem não é sério, não é sério Então deixa ele viver
É o que liga
(Música “Não é Sério”; Charlie Brown Jr. e Negra Li; BROW JÚNIOR, 2000)

3.2 Os ataques aos direitos e as lutas da juventude

Sou juventude não abro mão, quero emprego, saúde, previdência e educação³⁰

Direitos sociais como saúde, educação, previdência e lazer estão sendo colocados à margem a partir dos constantes discursos de crises desenvolvidos em prol da lógica da privatização e mercantilização dos direitos, que serve para alimentar a lucratividade insana do capital. Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor de economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) aponta que “[...] a crise é utilizada para atacar os direitos dos trabalhadores, investir sobre as políticas sociais e disciplinar as economias nacionais, reduzindo ainda mais a soberania dos Estados [...]”

As regressões nos direitos sociais, inclusive trabalhistas, visam à manutenção da reprodução ampliada do capital, que se intensifica com a destruição da natureza e da humanidade e se expressam mais radicalmente por meio do desemprego, da precarização do trabalho, das migrações forçadas em busca de emprego ou fugindo das regiões em guerra. (LARA; SILVA, 2018p.41)

O direito social depende de uma democracia política, onde as pessoas que não vivenciam esse sistema ou sofrem com a exploração, possam se organizar e, somente assim, possam ter criticidade para com a realidade, podendo fazer isso abertamente e podendo reivindicar publicamente as soluções. A mercantilização tem se sobreposto à democracia política ou se impregnado nela.

Nos dias de hoje, transtornados por uma duradoura crise estrutural, o capital opera no sentido de retomar os anéis cedidos nos “anos gloriosos” e, para isso, precisa aperfeiçoar mecanismos de governo de

³⁰Canção entoada nas manifestações na Greve Geral, contra a Reforma da Previdência em Porto Alegre no dia 14 de junho de 2019.

feição bonapartista para que a voz dos que vivem do próprio trabalho seja silenciada. De fato, não é simples impor uma reversão de direitos que pareciam já consolidados como direitos fundamentais. A mercantilização de dimensões como a saúde, a educação, a água, entre outros, objetivamente retira do povo direitos sociais arduamente conquistados. (LEHER, 2005, p.134)

As políticas neoliberais (neoliberalismo) que se fundamentam numa doutrina voltada para adaptar os princípios liberais clássicos às demandas e exigências do mercado, enxugando o Estado, aprofundando o assistencialismo, descontrola o funcionamento do mercado, e assegura a nova ordem produtiva. Segundo Antunes (2011, p. 40) é essa doutrina se manifesta na “[...] privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional”. Tal política, para o autor, passa a operar no Brasil de forma mais acelerada na década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, se acentuando, a partir daí, a mercantilização dos direitos sociais.

Esta liberalização chegou a todos os poros da vida social a ponto de a Organização Mundial do Comércio (OMC) concluir que educação, saúde, seguridade social são serviços que devem ser mediados pelo mercado. São serviços e não mais direitos sociais! (LEHER, 2010, p.6)

Sofrendo fortes ataques aos nossos direitos sociais, como a Reforma Trabalhista³¹, a Emenda Constitucional 95³² e a Reforma da Previdência³³, mas em meio às investidas do capital, percebo que a classe trabalhadora e a juventude, especificamente setores estudantis (secundarista e universitário) de regiões periféricas e de grupos organizados politicamente, não deixaram de lutar. Na última década vivenciamos grandes demonstrações do ímpeto revolucionário da juventude, que demonstrou força e resistência, questionando a ordem imposta. Essa juventude vem mostrando que é um coletivo dinâmico, parte da classe trabalhadora e que apesar de sofrer mais duramente com as consequências da crise econômica, social e política, apresentam a urgência de construção de alternativas. Os jovens, filhos da classe trabalhadora, querem viver e expressar seus anseios e extrapolar sua criatividade. Não querem o mundo recebido das gerações anteriores e nem mesmo querem o mundo proposto pelos novos gestores do capital.

³¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

³² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm

³³ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>

A juventude que compõe as lutas do movimento estudantil, como a juventude do Coletivo Alicerce³⁴ da qual faço parte, se coloca em defesa dos direitos sociais. No mês de julho de 2019 esteve em diálogo com os estudantes universitários no Congresso da União Nacional dos Estudantes³⁵, o CONUNE, que é o principal fórum deliberativo do movimento estudantil brasileiro, realizado a cada dois anos, onde estudantes de todas as regiões do país, eleitos delegados em suas universidades, elegem a nova diretoria e presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os debates giraram em torno de pautas como educação, emprego, saúde, economia, mulheres, negros e negras, LGBT's+ e temas gerais da sociedade. A juventude é disputada no campo das ideias, apresentam-lhe saídas fáceis, individuais e imediatas. O empreendedorismo, a flexibilidade, o imediatismo, para que assim não vejam a necessidade de organização coletiva.

Figura 2 - Faixa do Coletivo Alicerce levantada nos atos contra a Reforma da Previdência em Porto Alegre e no Congresso da União Nacional dos Estudantes em Brasília (CONUNE 2019)



Fonte: Arquivo pessoal

Essa figura expressa que o movimento estudantil vem sendo protagonista de muitas lutas ao longo da história do país, o que ocorre pelo menos desde os tempos da Ditadura civil-militar, quando a União Nacional dos Estudantes se mostrava combativa e estava nas lutas resistindo ao lado das e dos trabalhadores. Mas quero

³⁴Coletivo político que visa atuar de modo a fortalecer as lutas da classe trabalhadora, movimentos sociais e da juventude. Mais informações disponíveis em:

<https://www.facebook.com/juventudealicerce/>

³⁵Tese do Coletivo Alicerce ao CONUNE

trazer aqui um fenômeno importante de explosão da força da juventude, uma parte importante da história da revolução brasileira.

A revolução não está na esquina. A revolução está nas gigantescas contradições contidas nas placas tectônicas da sociedade. Em Junho de 2013, ela mostrou sua cara. A transformação de uma possibilidade histórica em realidade concreta depende da construção dos instrumentos políticos que permitam transformar a energia difusa da revolução brasileira em vontade política capaz de modificar as relações sociais. (SAMPAIO JÚNIOR, 2017³⁶)

Foram as jornadas de junho de 2013, que ocorreram em todo o Brasil. Revoltas que paralisaram o país questionando os gastos com os megaeventos esportivos enquanto enfrentavam a precarização e privatização de serviços como saúde, educação e transporte. ‘Nossos direitos já!’ diziam as ruas. Desencadeadas por uma série de problemas estruturais não sanados e prometidos pelos governos Lula e Dilma, um dos motores dessa revolta foi a própria Copa das Confederações e a vinda da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, onde as prioridades do governo em favor das megacorporações, como a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI), se sobressaíram às prioridades da população e causaram verdadeiros cenários de superexploração dos trabalhadores. As principais palavras entoadas nas manifestações de junho em Porto Alegre eram ‘dos megaeventos eu abro mão’, ‘não vai ter copa’, ‘eu quero o fim da polícia militar’ e ‘educação e saúde padrões FIFA’.

O choque decisivo entre as ilusões da luta por dentro das instituições e as possibilidades concretas do capitalismo realmente existente ficou escancarado nas Jornadas de Junho de 2013, quando a juventude foi às ruas para exigir políticas públicas, responsabilidade no uso dos recursos do Estado e respeito à coisa pública e os poderes instituídos, liderados pela Dilma Rousseff, responderam com a agenda do ajuste neoliberal, desperdício de dinheiro público e carta branca para a corrupção (em nome do progresso e da governabilidade). (SAMPAIO JÚNIOR, 2017³⁷)

Em Porto Alegre as lutas começaram a partir da organização do Bloco de Lutas pelo Transporte Público, que organizou protestos semanais no centro da cidade, panfletagens em ônibus e reuniões regulares de organização, que contavam com a presença de diversos setores dos movimentos sociais.

³⁶<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/572789-na-era-do-salvem-se-todos-a-solucao-exige-uma-refundacao-do-estado-brasileiro-entrevista-com-plinio-de-arruda-sampaio-jr>

³⁷<https://www.esquerdadiario.com.br/Plinio-Sampaio-A-criese-politica-brasileira-expressa-o-colapso-do-pacto-politico-cristalizado-na>

Figura 3 – Manifestação em Porto Alegre (20/06/2013)



Fonte: Gazeta Press³⁸

Aqui acredito ser importante ressaltar o caráter classista das manifestações protagonizadas por uma juventude trabalhadora. Conforme Braga (2015)³⁹:

Em Junho de 2013, na contracorrente de uma intensa campanha midiática, uma massa formada por jovens trabalhadores periféricos usuários do transporte público e vivendo em famílias com renda de até 3 salários mínimos tomou as ruas de várias capitais em reação à brutal repressão da PM ao protesto organizado pelo MPL⁴⁰ no dia 13 em São Paulo.

As jornadas de junho de 2013 possuíram um sentido de classe, apesar de uma tendência reacionária em certo momento, dado pela diversidade dos manifestantes e conjunto de pautas, mas a centralidade foi o chamado à mobilização da classe trabalhadora. Houve uma grande pressão da mídia corporativa de ordem burguesa, puxando a pauta para o combate à corrupção, pela operação lava-jato e pela renovação/negação da política. Mas, apesar disso, foram travadas lutas por transporte público barato e digno; verbas para saúde e educação; repúdio à violência policial (contra as manifestações, mas também contra os moradores de favelas e periferias, negros e jovens em particular), como no caso Rafael Braga⁴¹, única pessoa presa nas manifestações por portar um alvejante, jovem, negro e morador de favela.

³⁸https://www.gazetapress.com/pauta/36966/manifestacao_em_porto_alegre_rs_

³⁹<http://blogjunho.com.br/os-sentidos-de-junho/>

⁴⁰Movimento Passe Livre

⁴¹<https://www.liberdadepararafael.meurio.org.br/#block-11176>

A população diante da mercantilização dos direitos, ofertados de forma profundamente desigual, defendeu nas ruas, ainda que sem maior organicidade, uma concepção de direitos sociais.

No final de 2015 e início de 2016, outro levante da juventude, foi o fenômeno das ocupações. Os estudantes secundaristas ocuparam suas escolas contra a reorganização escolar em São Paulo e que acabou se expandindo para estados como Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Foram cerca de 1.000 (mil) escolas ocupadas em todo o Brasil e cerca de 200 (duzentas) escolas ocupadas no Rio Grande do Sul. Isso se expressou também nas lutas contra o Golpe no ano de 2016. Enquanto alguns setores buscavam emplacar o Fica Dilma, a juventude se descolava de tal alternativa, questionando o processo do impeachment e já adiantando a palavra de ordem do “Fora Temer!” que animou a luta contra a primeira rodada de contrarreformas no ano de 2016.

Tal dinâmica reafirmada nas ocupações das Universidades no final de 2016 que, diferente das ocupações protagonizadas pelo movimento estudantil durante os governos petistas puxados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), se ampliou para as bases dos cursos, assumindo características massivas e independentes, se colocando contra a contrarreforma do Ensino Médio, Contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto de gastos e a Escola Sem Partido. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foram cerca de 70 (setenta) cursos ocupados (Figura 3).

Figura 4 – Assembleia de cursos ocupados na UFRGS em 2016



Fonte: Arquivo pessoal

Em 2017 foi a Greve Internacional de Mulheres que iniciou as lutas para a greve geral de 28 de abril de 2017, com forte protagonismo juvenil, a qual paralisou 1/3 da capacidade produtiva no país. No mundo inteiro diversos levantes ocorreram, como nas lutas do *Occupy Wall Street*, dos Indignados na Espanha, da geração a Rasca em Portugal, nas rebeliões da Praça Tahir, do questionamento à violência policial e ao racismo institucional em Ferguson, Oakland e outras cidades nos EUA.

Em todo o mundo processos de luta como a Primavera Árabe, Ocupe Wall Street, o movimento dos indignados na Espanha demonstram que a luta de classes continua sendo o motor da história e que a classe trabalhadora vem se colocando novamente como sujeito de transformações. As manifestações massivas que tomaram as ruas em Junho de 2013 são desdobramentos dessa crise. (MORAIS; ALEXANDRE, 2017)

E conforme o filósofo Michael Löwy⁴²

Penso que é isso que temos assistido nos últimos anos em escala internacional, desde a praça Tahir, no Egito, à praça Syntagma, na Grécia, até as jornadas de junho, no Brasil. São processos muito diferentes, mas que têm em comum essa juventude indignada. É um fenômeno muito interessante. É muito importante sair do desespero e passar a indignação.

O ano de 2019 já demarcou diversas revoltas, como a Greve Internacional pelo Clima, organizada por estudantes de mais de 100 países⁴³, que exigiram

⁴²<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/32319/protesto-da-juventude-e-desespero-transformado-em-indignacao-diz-michael-lowy>

⁴³<http://climainfo.org.br/2019/05/24/hoje-e-o-dia-da-segunda-greve-mundial-de-jovens-pelo-clima/>

medidas para combater as mudanças climáticas, provocadas pela forma destrutiva com a qual o capitalismo tem explorado a natureza. E também a luta em defesa da educação pública em 15 e 30 de Maio e a Greve Geral do dia 14 de Junho de 2019.

A maioria dos movimentos que se caracteriza por serem desvinculados das organizações tradicionais da classe trabalhadora, questionam a ineficiência da institucionalidade burguesa, não pelo fato de serem burguesas, mas por não funcionarem. Demonstrações que se não canalizadas para uma alternativa política desgastam-se, perdem dinâmica e tendem a direcionar milhares de novos ativistas novamente para o individualismo, para a “militância de Facebook”, para ONGs, para o voluntariado ou na pior das hipóteses, para o ressentimento, terreno fértil para políticas de ódio.

Aqui optei por fazer um recorte estratégico das lutas políticas, tentando trazer de forma mais concreta os levantes da juventude aos quais participei ativamente e pude trazer elementos mais concretos para enriquecer a escrita. Também escolhi não adentrar nas lutas e manifestações ocorridas em 2020, pois não daria conta de atualizar o texto.

Trago um exemplo vivo da efervescência da luta juvenil, ocorrida no Centro da Juventude (CJ). Passamos por um episódio importante no final de 2019, onde o contrato de prestação de serviço da entidade mantenedora do espaço seria finalizado, sem perspectiva de renovação, com isso o CJ ficaria fechado, sem atendimentos até que uma nova entidade passasse a gerir o local. Todos fomos pegos de forma inesperada, pois tínhamos a convicção de um bom trabalho realizado, com metas batidas, qualitativamente e quantitativamente, e que seria automática a renovação contratual, porém, recebemos um aviso formal faltando 1 (um) mês para o término do contrato, toda a equipe foi posta em aviso prévio e com muito cuidado e responsabilidade iniciamos um processo de comunicar as e os jovens e suas famílias. Esse processo se deu através de 2 (duas) assembleias realizadas no CJ, uma pela manhã e outra pela tarde, com participação das e dos jovens do CJ, suas famílias, lideranças do território e serviços (Escola, CRAS, CREAS, SAFI, Projovem, Ação Rua, Conselheiros Tutelares, vereadores e deputados, etc).

A partir desse movimento, as e os jovens se auto-organizaram em uma grupo intitulado CJ Resistência, organizaram uma oficina de cartazes com frases de apoio à continuidade do CJ e explicitando o quanto esse espaço era importante para elas e

eles (figura 5 e 6). Também organizaram um abaixo assinado, percorrendo as escolas e serviços do território, fizeram ações nas redes sociais e organizaram um protesto. A partir dessa movimentação as ações começaram a ganhar grandes proporções e apoios e, em aproximadamente duas semanas, nosso contrato foi renovado e seguimos dando continuidade ao trabalho no CJ. Compreendo e reconheço que muitos são os fatores que podem ter colaborado para o processo de continuidade do serviço, mas com certeza a mobilização das e dos jovens foi um fator fundamental para essa conquista e, sobretudo, para a formação política delas e deles.

Figura 5 – Assembleia das e dos jovens, suas famílias e REDE de serviços e lideranças do território



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 6 – Cartazes afixados nas paredes e fachado do CJ durante as mobilizações do #SomosTodosCJ



Fonte: Arquivo pessoal

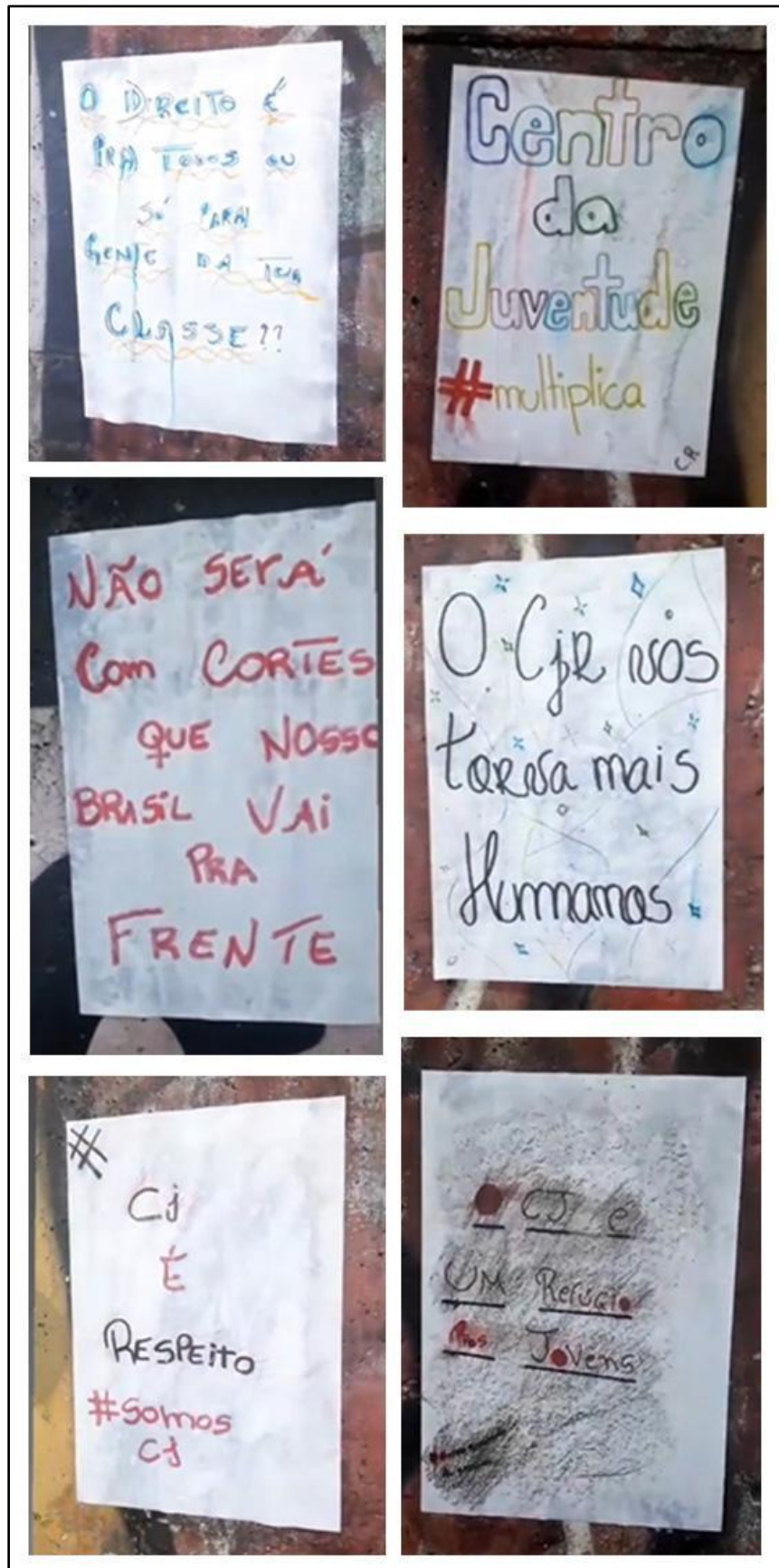
As imagens acima são de cartazes confeccionados pelos próprios jovens, nas oficinas de Direitos Humanos e Culturas Juvenis. A ideia de criar os cartazes nas oficinas e mesmo o conteúdo dos cartazes foi definida pelos próprios jovens em assembleia, apenas contando com a ajuda das e dos educadores do CJ.

Figura 7 – Carta-convite para a assembleia, confeccionado em oficina junto com as e os jovens



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 8 – Lambes afixados em muros do território da Resinga



Fonte: Arquivo pessoal

As imagens da figura 8 são de outra oficina proposta pelas e pelos jovens, uma atividade na qual elas e eles confeccionaram cartazes, afixados em forme de lambes em muros espalhados pelo território da Restinga, a fim de mobilizar a comunidade pela luta para manter o CJ aberto.

Esses são alguns exemplos de movimentos de resistência iniciados pelas e pelos jovens dentro do CJ. Esses movimentos incentivaram a criação de assembleias mensais das e dos jovens e reforçou os debates críticos feitos nas oficinas e cursos.

3.3 Juventude negra e periférica

Quero estudar, me formar, ter um lar pra viver,
e apagar essa má impressão que em mim você vê ⁴⁴

Ser negro e pobre no Brasil são marcadores que traçam uma dura realidade para a juventude. Como no trecho do samba Menor Abandonado colocado na epígrafe deste subcapítulo (ou ítem), essas marcas são estigmatizadas nos corpos negros desde muito pequenos e essas marcas são diferenças construídas pela sociedade, mas tidas como naturais. Conforme afirma a professora Heloisa Buarque de Almeida (2010)⁴⁵, os marcadores sociais das diferenças também incluem outras categorias, como uma das noções básicas da sociologia, que é a classe social.

Nas andanças pela assistência, como educadora no Projovem e agora no Centro da Juventude/POD do bairro Restinga, mas também como trabalhadora da assistência, participando de atividades conjuntas com jovens dos programas Ação Rua, Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, me deparei com uma realidade que salta aos olhos, a grande maioria das e dos jovens atendidos por esses programas da assistência social são negras e negros.

No texto Estudos, Políticas e Lutas de Gênero, Etnia e Sexualidade no subtítulo “13 de Maio traição, liberdade sem asas, fome sem pão”, Karen Santos (2017) nos ajuda com um resgate histórico das condições da população negra no

⁴⁴Trecho do samba Menor Abandonado (Zeca Pagodinho, Mauro Diniz, Pedrinho da Flor; GONZAGUINHA, 1980)

⁴⁵<http://www.usp.br/agen/?p=15350#:~:text=Integrante%20do%20Numas%2C%20a%20professora,que%20%C3%A9%20a%20classe%20social>

país, o Brasil foi um dos países que mais se beneficiou com a exploração de mão de obra de africanos escravizados e do tráfico negreiro. Foram quase 4 séculos de escravidão e cerca de 40 milhões de mulheres e homens africanos que foram traficados de África, e submetidos a diversas formas de coerção física e psicológica, dentro de um projeto de desenvolvimento de país onde o africano escravizado foi utilizado como força de trabalho, e tratado juridicamente, politicamente e socialmente como meio de produção. Essas pessoas passaram por um processo de desumanização, uma prática comum adotada pela elite branca europeia, onde se utilizavam de fundamentações jurídicas e científicas, que afirmava a inferioridade de todos os povos frente às populações caucasianas/ brancas.

Juntamente com o reforço ideológico de teorias eugênicas que se utilizavam do fenótipo para argumentar a propensão de determinados povos a violência e a criminalidade. Teorias que no âmbito jurídico serviram de embasamento de leis que criminalizaram a aglutinação de negro em locais públicos, tendo como exemplo a prática da capoeira inserida no código penal em 1890. (SANTOS, 2017,p.171)

Trago esses dados para tentarmos compreender alguns porquês da realidade desses jovens, que são os que mais sofrem com o peso da opressão, por sua classe e sua cor.

Percebo em minhas andanças pelo território um sentimento forte de resistência, diante de tantos ataques e espoliação de direitos. A cidade desigual, inserida em um contexto de periferia do capitalismo, presencia a emergência de cotidianos de resistência, na medida em que os pobres urbanos existem, pois resistem, ou seja, porque circulam, improvisam, ocupam, constroem, reconstroem e inventam suas rotinas. É esse trabalho contínuo de fazer e refazer o cotidiano que aqui se chama de resistência (DAS, 2007).

Há frequentemente uma guerra infraestrutural, com sabotagens sistemáticas e rotineiras, as reconfigurações do espaço urbano não permitem um bem viver no território e há o sentimento de constante luta pela garantia de sua própria casa. Esse embate faz-se tanto com o tráfico, como com o próprio Estado.

Segundo Silvio de Almeida (2019, p. 63), as forças simbólicas orquestradas pela estrutura racista fazem com que, dia após dia, nós sejamos envolvidos num processo “de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão, de algum modo, conectados às práticas sociais”.

Uma vontade de poder(MBEMBE, 2019, p. 92) acaba tornando a narrativa do colonizador como a principal força sobre os corpos negros e como eles se

relacionam. É um projeto de poder que só é possível por causa de uma narrativa tendenciosa, que traz o corpo negro como algo errado e de natureza imprópria. A racialização se constitui com a vontade de podercolonizador, que subjuga a população negra. Políticas da morte como uma macroestrutura operante em países colonizados. Soberania que garante a morte.

A vulnerabilidade das condições sociais e a precariedade da vida são frutos do papel que a violência cumpre nesse processo, violência essa que desarticula a existência. Butler (2015) aponta que a vulnerabilidade em si e a perda (aqui eu destacaria a perda de direitos), são processos que constituem a violência, essa perda traz o desejo à guerra e à destruição.

As condições de vida tornam uns mais vulneráveis que outros, e a questão é que algumas vidas são mais protegidas que outras. E consigo trazer aqui a experiência de trabalhar na assistência social em meio a pandemia do coronavírus. As famílias pobres, as famílias negras e as famílias periféricas estão sendo as mais atingidas por diversas formas de violência. Uma violência desrealizadora, que destrói as formas de existência.

E não percebo que há uma preocupação com essas pessoas. Podemos, atualmente, ver isso pela naturalização das mortes pela pandemia, pois não há perda, quando não se considera as suas vidas. Nesse sentido perverso, a vida, instituída por uma normatividade sobre o corpo, se torna “precária” pela instituição da exterioridade ao mundo, quer dizer, por uma aparência fragmentada ou total do contato com o mundo; é, por isso, então, que Butler expõe o corpo como um “fenômeno social: [que] está exposto aos outros, [e que é] vulnerável por definição” (BUTLER, 2015, p. 57-58).

E temos como exemplo o Rio de Janeiro, onde a polícia matou mais durante a pandemia do que no mesmo período em anos anteriores. E apesar de não termos esses números apurados aqui em Porto Alegre, acredito que pelos relatos dos territórios e periferias, não estaríamos longe desta mesma realidade.

No contexto da pandemia, governar os pobres pela biopolítica da precariedade significa também produzir “novos vulneráveis” (LEITE, 2020 p. 9). Os corpos negros e periféricos só acumularam mais violências. E estando no cotidiano do território da Restinga dialogando com os jovens e suas famílias, a situação é estarrecedora, desemprego, fome, jovens perdendo seus familiares e ficando em situação de rua, diversas formas de violências, em que o Estado não se coloca para

resolver e acaba deixando nas mãos das Organizações da Sociedade Civil (OSC), braços frágeis e precários do Estado, com profunda precarização do trabalho e da falta de garantia dos trabalhadores operadores de direitos.

Por diversas vezes circulando com meus educandos em espaços públicos, fomos abordados, seguidos e assediados; muitos fatores poderiam explicar essas abordagens, mas farei um relato de pelo menos quatro episódios que explicitam o racismo presente em nossa sociedade:

- Atividade externa, eu como única responsável de um coletivo com pelo menos 15 educandos, mais da metade de meninos negros, entramos na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança – ESEFID da UFRGS, espaço público frequentado diariamente por diversas pessoas, principalmente da comunidade do entorno, que utilizam o campus para a prática de atividades físicas. Entramos e nos dirigimos diretamente ao ginásio 2, onde são realizadas atividades de ginástica e lutas, já havia combinado previamente com os professores de ginástica que ministram aulas, para que pudessem ofertar uma oficina de ginástica para meus educandos. Fomos seguidos da porta de entrada principal até a porta do ginásio por um segurança, após entrarmos no ginásio o mesmo chamou um dos professores e perguntou se estava tudo bem, se aqueles ‘marginais’ estavam invadindo alguma aula e se precisavam ser retirados, após o professor informar que as e os jovens estavam participando de uma aula, o segurança se retirou. Fiz três reclamações sobre o ocorrido, uma à direção da ESEFID, outra ao chefe da segurança da UFRGS e outra a empresa que presta serviços de segurança, não obtive retorno de nenhuma das partes.
- Junto com o facilitador de esportes, levamos um coletivo com aproximadamente 10 educandos para uma prática esportiva no Parque Germânia, apesar de ser um parque aberto ao público, e com diversos frequentadores, nós fomos os únicos acompanhados por um segurança da entrada até a nossa saída do parque, diversos outros adolescentes estavam praticando atividades físicas no local, mas somente nós fomos monitorados de perto pelos seguranças, não houve abordagem direta, mas o constrangimento foi grande a ponto de nos retirarmos do local.
- Em uma atividade externa no Museu Júlio de Castilhos no centro histórico de Porto Alegre, na hora de retornar ao coletivo, na descida da escadaria da

Avenida Borges de Medeiros, dois policiais militares abordaram os jovens do coletivo, especificamente os meninos e deram o já conhecido 'paredão', mão na parede de costas para a rua, sendo revistados, sem nenhuma prévia conversa e explicação, 04 meninos, 02 brancos e 02 negros, somente os meninos negros foram colocados na parede e revistados, a revolta dos demais colegas e da educadora responsável quase causou prisões por desacato, após um número significativo de pessoas cercarem os jovens questionando o que estava acontecendo, os policiais liberaram os dois jovens e saíram sem dar nenhuma explicação sobre o ocorrido.

- Na volta de uma atividade externa em uma praça no bairro Partenon, os jovens pediram para ir ao banheiro, como não havia nenhum banheiro público, entramos em um grande e conhecido mercado que possui banheiro para seus frequentadores, logo na entrada os seguranças tentaram impedir que os jovens acessassem os banheiros, mesmo com diversas outras pessoas passando direto, eles liberaram pra que eu, branca, entrasse, mas não os jovens, todos negros, só consegui que os jovens acessassem o banheiro quando solicitei a vinda do gerente do mercado.

Os relatos de racismo foram rotineiros no cotidiano dos coletivos com os quais trabalhei e trabalho. Por diversas vezes os jovens, principalmente os meninos, chegavam e já relatavam situações de abuso policial (o mais frequente) que passavam na rua, nas proximidades das suas casas e na saída da escola. Como educadora é dilacerante ouvir e vivenciar essas situações e me pergunto sempre, o que fica de perspectiva de vida na cabeça desses jovens diante de tantas violências, sejam simbólicas ou concretas.

Trago aqui um trecho da música Mágico de Oz do grupo Racionais MC's, que dialoga com as linhas acima.

Comecei usar pra esquecer dos problemas Fugir de Casa.
 Meu pai chegava bêbado e me batia muito. Eu queria sair desta vida.
 O meu sonho?
 Estudar, ter uma casa, uma família. Se eu fosse mágico?
 Não existia droga, nem fome e nem polícia." Aquele moleque sobrevive
 como manda o dia a dia, tá na correria, como vive a maioria,
 Preto desde nascença, escuro de sol, eu tô pra ver ali igual no futebol.
 Sair um dia das ruas é a meta final Viver decente, sem ter na mente o mal.
 Tem o instinto que a liberdade deu, Tem a malícia, que cada esquina deu,
 Conhece puta, traficante, ladrão,
 toda raça, uma pá de alucinado e nunca embaçou, confia nele mais do que
 na polícia.

Quem confia em polícia? Eu não sou louco! A noite chega, e o frio também,
sem demora e a pedra o consumo a cada hora, pra aquecer ou pra
esquecer, viciar,
Deve ser pra se adormecer, pra sonhar,
Viajar na paranoia, na escuridão, um poço fundo de lama, mais um irmão,
não quer crescer, ser fugitivo do passado, envergonhar-se aos 25 ter
chegado.
Queria que Deus ouvisse a minha voz
e transformasse aqui no Mundo Mágico de OZ
(Música Mágico de Oz – Racionais MC's;)

Um importante instrumento que nos ajuda a entender a realidade brasileira em termos de violência é o Atlas da Violência⁴⁶, uma produção científica pública, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que traz todo o ano a situação da segurança pública no Brasil, ele retrata os dados de dois anos atrás, ou seja, o atlas de 2019 traz os dados do ano de 2017.

Sem dúvidas, a análise dos dados reafirma o debate de que historicamente, a violência continua recaindo sobre a população negra e pobre. Enquanto a violência letal (morte) contra pessoas brancas diminuiu, contra negros aumentou. Outros dados também apontam o que os movimentos de luta antiracistas vêm reafirmando durante seus debates: a desigualdade econômica é causa direta da ascensão da violência, sobretudo aquela dirigida às populações majoritárias tratadas como minorias, como mulheres e negros. Já em 1997 Mano Brown trazia na música Capítulo 4, versículo 3 do grupo Racionais MC's:

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram
violência policial
A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras
Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros
A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo

Conforme dados apresentados no Atlas da Violência (2019), a violência continua recaindo sobre os corpos negros em um processo iniciado com a escravização e que chega, sem interrupção, a 2017, onde 75,5% das vítimas de homicídios foram pessoas negras. Ou seja, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. Nos últimos dez anos, o número de homicídios de negros cresceu 30% a mais do que o de não negros. Em 2017, houve uma redução de 0,3% no homicídio de não negros enquanto o de negros cresceu 7,2%. Nos bairros e estados periféricos esse número também aumentou.

⁴⁶<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>

E sobre o genocídio da juventude negra, ele é reafirmado com base nos dados do Atlas da Violência, onde 75,5% das vítimas de homicídios são indivíduos negros, 91,8% das vítimas é homem e, dentre os homens, 55,0% dos homicídios acontece no período da juventude, entre 15 e 29 anos. Também não há dúvida sobre o componente de classe destes jovens negros: são pobres, de baixa escolaridade que cursaram até o segundo ciclo do ensino fundamental incompleto; 74,6% dos homens vitimados possuíam até sete anos de estudo enquanto esse indicador era de 66,8% para as mulheres.

Figura 9 – Infográfico IPEA | Especificação dados da violência de pessoas negras



Fonte: Atlas da Violência (2019)

A violência é constante na vida desses jovens, e se faz cada vez mais urgente o enfrentamento das relações existentes entre o afastamento de um Estado Social e o crescimento de um Estado Penal. Trago isso a partir dos relatos dos meus educandos, que diariamente passam por revistas – os paredões –, assédios e violências por parte da polícia. São vários os exemplos, como o de um jovem educando de 14 anos de idade, que foi pego furtando uma bolacha recheada em um mercado, a justiça o encaminhou ao Serviço de Medidas Socioeducativas, mas por ser muito jovem, o encaminharam ao Projovem para que pagasse pelo que fez, exemplos de punições físicas relatados diariamente a mim pelos jovens “um braço quebrado porque estava parado na esquina fumando um baseado”, “voltas de camburão levando chutes e socos porque estava de madrugada na rua”, “ficar detido dentro de um camburão uma tarde inteira porque estava caminhando por um bairro que não te pertence”, “engolir até vomitar pedaços de maconha porque estava saindo de uma boca”, entre vários outros relatos diários.

Estamos condicionados a um projeto de sociedade conservador, onde o aumento do encarceramento de pessoas e a adoção de medidas mais duras de enfrentamento à violência, as pessoas passam a tolerar diversos autoritarismos e violações de direitos, espalhando ideias de que os direitos são seletivos e não se aplicam a todas as pessoas. O reflexo disso é a violência e a violação de direito sendo banalizadas e a sociedade passando a tolerar o que é intolerável numademocracia.

Marielle Franco trouxe muito bem em sua dissertação, uma análise das Unidades de Polícia Pacificadoras, as UPP's em ação no Rio de Janeiro, especificamente na favela da Maré, como o índice de violência com a população das favelas aumentou e, especificamente, a violência contra jovens e negros favelados, e dá o tom de como a polícia militarizada trata esses jovens em todo o Brasil e que conversa muito bem com os dados trazidos acima do Atlas da violência.

A forma como a polícia militarizada do Brasil trata jovens negros, pobres, como inimigos em potencial do Estado de Direito precisa produzir uma impressão, na população, de que está em jogo a defesa de todos. Ou seja, produz no imaginário social a diferenciação de classe e a diferenciação racial, uma vez que são justificadas as incursões que vitimam o público descrito acima. (FRANCO, 2014, p. 41)

O que normalmente se destaca quando falamos dessa juventude, que é envolvida em situações de criminalidade, é a exclusão de todo o contexto social desses sujeitos. Podemos destacar também o ascenso do conservadorismo, que corrobora com práticas e discursos de ódio e cada vez mais com a exclusão desse segmento social, o que por conseguinte marca esses jovens como indivíduos perigosos e, também, expõe uma criminalização da pobreza. A partir dessa exclusão e desse estigma plantado pelo conservadorismo há uma aceitação maior das práticas de violência e do encarceramento dessa juventude negra, pobre e periférica. Essas pessoas que já trazem uma bagagem histórica de exploração e violência e que tem seus direitos negados e acabam sendo cada vez mais esmagados “pelos de cima”, como os educandos costumam dizer “sora os lá de cima não tão nem ai pra gente, eles só querem o dinheiro deles e só querem que a gente aqui embaixo morra”.

Não vou conseguir aprofundar aqui o debate sobre encarceramento da juventude negra (essa seria, sem dúvida uma dissertação a parte), mas cabe trazer alguns dados que corroboram com a discussão posta nesse tópico. E aqui trago Angela Davis que se debruça no estudo do encarceramento da população negra, masculina e feminina e no crescimento do Complexo Industrial-Prisional, este que já tem raízes fortes no Brasil, através da privatização de prisões e no crescimento de políticas de segurança e no aumento de aparatos bélicos, como, por exemplo, a Lei nº 13.260/2016⁴⁷, conhecido como lei antiterrorismo, esta que prendeu apenas uma pessoa nas manifestações de junho de 2013, um jovem, negro, pobre e morador de favela, Rafael Braga.

A transformação dos corpos encarcerados – e eles são, em sua maioria, corpos de pessoas de cor – em fontes de lucro que consomem e, muitas vezes, produzem todo tipo de mercadoria devora recursos públicos que poderiam ser utilizados em programas sociais nas áreas de educação, habitação, assistência à infância, lazer e combate às drogas. (DAVIS, 2018, p.95)

Angela Davis também é certa quando indica as formas de dominação a partir da utilização dos próprios meios institucionais, como a escola “Quando crianças frequentam escolas que valorizam mais a disciplina e a segurança do que o conhecimento e o desenvolvimento intelectual estão frequentando instituições que as preparam para a prisão.” (DAVIS, 2018,p.41)

⁴⁷http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm

Para exemplificar essa parte trago dois poemas que dialogam com o tema e que foram utilizados para compor uma atividade com as e os jovens do CJ em uma oficina de Culturas Juvenis, um de Eduardo Galeano e outro dos Poetas Vivos, coletivo cultural de poetas de periferia de Porto Alegre:

Mas antes dos meninos ricos deixarem de ser meninos e descobrirem as drogas caras que mascaram a solidão e o medo, já estão os meninos pobres aspirando gasolina e cola de sapateiro. Enquanto os meninos ricos brincam de guerra com balas de raios laser, os meninos de rua são ameaçados pelas balas de chumbo. (Eduardo Galeano – De pernas pro ar)

Deixa os menor crescer, deixa os menor rima, da um livro pra ele ler, pra tu ver no que vai dar... Vai da, vai da, mais preto na facul, quem duvidou to aqui, tem preto no sul. (Poetas Vivos – Toma Rajada)

3.4 Políticas Públicas para a Juventude

*Esses dias tinha um moleque na quebrada com uma arma de quase 400 páginas na mão.
Uma minas cheirando prosa, uns acendendo poesia. Um cara sem nike no pé indo para o trampo com o zóio vermelho de tanto ler no ônibus.
Uns tiozinho e umas tiazinha no sarau enchendo a cara de poemas.
Depois saíram vomitando versos na calçada. O tráfico de informação não para,
uns estão saindo algemado aos diplomas depois de experimentarem umas pílulas de sabedoria. As famílias, coniventes, estão em êxtase.
Esses vidas mansas estão esvaziando as cadeias e desempregando os Datenas. A Vida não é mesmo loka?
Poeta Sergio Vaz (VAZ, 2013)*

A partir da trajetória de educadora-pesquisadora, não por acaso, identifico na juventude uma importante fonte de resistência, como coletivos que estão cada vez mais envolvidos e sedentos por essa coletividade, essa que muitas vezes não são as ofertadas pelas políticas públicas institucionais, mas sim construída pelos próprios jovens. Identifico no meu campo de pesquisa algumas delas, especialmente o movimento *Slam*, as batalhas de poesia auto-organizadas por território, com forte protagonismo das e dos jovens negros. Nessas batalhas as e os jovens trazem as suas realidades mais duras para as suas escritas poéticas.

A *poetry slam*, também chamada “batalha das letras”, tornou-se, além de um acontecimento poético, um movimento social, cultural e artístico no mundo todo. Reconhecido como um novo fenômeno de poesia oral em que poetas da periferia abordam criticamente temas como racismo, violência, drogas, entre outros,

despertando a plateia para a reflexão, tomada de consciência e atitude política em relação a esses temas. (JORNAL DA USP, 2017)⁴⁸

Inicialmente eu tinha a pretensão de explorar mais esse campo cultural, mas, novamente devido à pandemia do coronavírus e com os movimentos de batalhas e *slam* suspensas, não foi possível realizar as entrevistas que havia idealizado. Pode parecer fácil realizar tais entrevistas utilizando a internet, por exemplo, mas a realidade dos territórios nesse momento são de jovens e suas famílias sendo atingidos brutalmente pelas crises econômica, política e sanitária, ficando por muitas vezes incomunicáveis, sem telefone e qualquer tipo de internet. Então, alternativamente, trarei aqui um resgate das políticas públicas institucionais para as juventudes.

É por intermédio das políticas sociais, muitas vezes através de projetos, que os direitos sociais são garantidos, mas é importante analisar que as participações de jovens em projetos sociais atreladas a uma obrigatoriedade podem causar um estranhamento, esses normalmente são vinculados a outras políticas assistenciais, como no caso do Projovem Adolescente, que muitas vezes está relacionado ao Programa Bolsa Família, ao Programa Especializado em Medidas Socioeducativas – PEMSE, Programa Ação-Rua, etc. Ou também por necessidades objetivas da família, onde há a indispensabilidade de acolhida, para que os pais ou responsáveis possam trabalhar, ou até para que este jovem seja retirado da rua, por estar próximo a situações de risco, como tráfico de drogas e/ou violência.

Dentro de uma conjuntura que nos joga para as saídas individuais e fragmenta os espaços coletivos, se faz imprescindível a busca por coletividade, tão importante para a socialização, para o fortalecimento e ampliação das experiências juvenis, sobretudo na perspectiva da aprendizagem política em arenas públicas.

A troca de saberes que os espaços sócioeducativos proporcionam é muito importante, como um processo de interação e trocas entre as e os educandos e as e os educadores, pois retomando a pedagogia freiriana, quem educa é, ao mesmo tempo, educado, e isso amplia e contextualiza o âmbito das práticas educativas para além da escola, como uma profunda vivência sociológica e uma práxis política (FREIRE, 1999). Essa visão implica em promover também uma práxis educativa que objetive uma maior justiça social (anda que pouco ou quase nada se tenha dessa

⁴⁸<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/slam-e-voz-de-identidade-e-resistencia-dos-poetas-contemporaneos/>

justiça social tão almejada), proveniente das mudanças que proporcionem o bem-estar social das pessoas, ou seja, as possibilidades que se traduzem na inter-relação entre educação, sociabilidade e socialização.

Precisamos compreender e, sem juízo moral, o papel do tráfico de drogas como provedor de socialização e de condições financeiras, muitas vezes como única fonte de renda possível. Vivenciei por diversas vezes, educandos frequentes no espaço do Projovem, que tinham vínculo com o tráfico de drogas, que participavam das atividades do coletivo pela manhã, e que, segundo eles, trabalhavam para o tráfico a tarde e estudavam a noite. Justificavam suas escolhas por entenderem que o espaço do Projovem era importante para a aprendizagem e conhecimento, que o tráfico lhes rendia um bom dinheiro para ajudar com as contas de casa e que ainda proporcionava poder ficar na rua “de boa”, “sem preocupação”, “dava até pra jogar uma bola”, e a escola porque “até pra vender droga tem que ter estudo né sora, se não o cara fica de aviãozinho pra sempre”, como me relatou um dos educandos.

Certamente existem diversas situações para que um jovem acesse um projeto social e cada caso deve ser analisado com muita atenção, sendo necessário um cuidado com relação a comparações e necessária análise de um todo. A subjetividade deve ser levada em consideração. O que aprendi muito rapidamente nesse universo de trabalho da assistência social é que devemos priorizar encaminhamentos em que este jovem deva ser atendido juntamente com sua família, e não estou me referindo a família num sentido moralmente restrito, compreendendo que essa noção e forma de organização da vida é uma construção sociocultural, cuja heterogeneidade deve ser reconhecida e respeitada.

O trabalho e a falta dele, o ambiente escolar, os espaços socioeducativos, a violência policial e tantos outros fatores acendem uma luz vermelha nos alertando para a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente às juventudes. Com isso o Estado deve abandonar o caráter estritamente punitivo e repressivo e assumir um caráter investidor em políticas públicas, que potencialize a juventude e incentive a diversidade cultural existente.

O que ocorre é que o Estado, em uma tentativa de aliviar a realidade, busca alternativas na iniciativa privada, seja pela responsabilidade social, que propicia a isenção de impostos de empresários, para acariciar o ego da burguesia com suas caridades, ou pelas parcerias público privadas (as PPP's), onde o Estado financia

com recurso público, o setor privado, que executa o trabalho social, que cada vez mais se distancia de um Estado cada vez mais mínimo.

As políticas públicas para a juventude acabam assumindo a função de prevenção e eliminação da violência, não na perspectiva de proteção desses jovens, mas sim na proteção da sociedade contra esses jovens. E os programas de ressocialização ou preparação da juventude ficam centrados na ideia de profissionalização e não em uma perspectiva de promover um espaço para socializar e conviver.

[...] Em grande vulnerabilidade encontra-se a juventude: negada no exercício dos direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais; tendo uma educação pouco adequada a sua realidade, o acesso ao trabalho e aos meios legais de geração de emprego e renda lhe é vedada e pouco estimulada a produção infanto-juvenil.

De outro lado, há forte controle social sobre a conduta das crianças e adolescentes e as manifestações de resistência não raro são vistas como práticas ilícitas, mesmo violentas, de afirmação de identidade. (FONSECA, 2006, p. 164)

As políticas públicas para a juventude são recentes no Brasil. Aqui irei me deter ao período de redemocratização, após a Constituição Federal de 1988, quando os jovens (15 a 29 anos) representam $\frac{1}{4}$ (um quarto) da população brasileira⁴⁹, e com o estigma de que nas mãos dos jovens está o futuro da nação poderíamos esperar uma atenção maior para este setor da sociedade.

Em 2009 foi publicado pela Equipe da Pesquisa Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional, o Livro das Juventudes Sul-Americanas⁵⁰, em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE) e do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), uma Organização de Cidadania Ativa (OCA) e uma Organização não Governamental (ONG). Nessa pesquisa, trouxeram um levantamento sobre a preocupação com o setor da juventude na América Latina. A investigação é muito rica em trazer aspectos culturais distintos entre os países pesquisados (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), mas quero aqui me deter em um aspecto específico, a implementação de políticas públicas para a juventude em cada um desses países. Não se trata de é uma análise profunda, mas me ajuda a mostrar a diferença nas disposições e preocupações com essas políticas. Trago diretamente da pesquisa, o quadro 1 que sistematiza esses dados.

⁴⁹https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock

⁵⁰https://ibase.br/userimagens/livros%20das%20juventudes_FINAL1.pdf

Quadro 1 – Políticas Públicas para a Juventude em países da América Latina

País	Data de criação	Faixa etária	Institucionalidade / Atual	Mandato
ARGENTINA	1987	14 a 29 anos	Diretoria Nacional de Juventude subordinada ao Ministério de Desenvolvimento Social	Coordenar, articular e executar PPJs
BOLÍVIA	1997	15 a 24 anos	Vice-Ministério de Assuntos da Juventude, Infância e Terceira Idade subordinado ao Ministério de Desenvolvimento Sustentável e Planejamento	Desenvolver normas e PPJs
BRASIL	2005	15 a 29 anos	Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência	Integrar programas e ações do governo federal na área de PPJs
CHILE	1991	15 a 29 anos	Instituto Nacional da Juventude, subordinado ao Ministério do Planejamento e Cooperação	Gerar e sistematizar informações sobre juventude, colaborar com o Executivo no desenvolvimento, planejamento e coordenação de PPJs
PARAGUAI	1994	15 a 29 anos	Vice-Ministério da Juventude, instância dependente do Ministério da Educação e Cultura	Orientar e desenvolver PPJs
URUGUAI	1991	14 a 29 anos	Instituto Nacional da Juventude, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social	Planejar, desenvolver, assessorar, articular, supervisionar e executar PPJs

Fonte: Pesquisa Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional (IBASE; PÓLIS, 2009)

De maneira direta podemos ver que o Brasil foi o último, desse conjunto de países, que instituiu políticas para a juventude. Seria necessário uma análise mais

profunda para contextualizarmos a realidade de cada país nesses períodos, mas, de acordo com a referida pesquisa sobre Juventudes Sul-Americanas:

De maneira geral, pode-se dizer que as primeiras institucionalidades nacionais de juventude foram criadas em um clima de preocupação com o cumprimento de alguns acordos de reforma do Estado, provenientes do Consenso de Washington. Hoje, de maneira condizente com a chamada “onda democrática” presente na região e com acontecimentos internacionais que põem em destaque novamente questões acerca do “papel do Estado”, dissemina-se a perspectiva para pensar os problemas/necessidades e demandas juvenis pela ótica dos “direitos”. Como consta em documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), de 2008: o enfoque dos “direitos” é uma ferramenta jurídica que se instala na estrutura genética do Estado para assegurar que os direitos da juventude sirvam de bússola no desenho de políticas públicas. (IBASE; PÓLIS, 2009, p.85)

As políticas públicas para a juventude começaram a aparecer na década de 1990, fruto de indicações de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Tais vínculos indicam uma questão importante para prestarmos atenção: que essas políticas vêm sendo pautadas a partir de novas formas de atuação do Estado, através de ideias neoliberais, marcadas por traços autoritários, assistencialistas e clientelistas.

Com isso foi através de ações arquitetadas por igrejas e organizações não governamentais (ONGs), que se deram as primeiras iniciativas para o público juvenil, mas pautadas na ideia de um segmento que corria riscos e por isso requeria uma maior tutelado Estado. O que não se vê é um protagonismo da própria juventude em definir o que melhor lhes cabia para o futuro, ou seja, “não se pode mais imaginar políticas públicas suficientes e eficazes se elas não incorporam os atores diretamente interessados” (LÉON, 2003,p.114).

No final dos anos 1990 ocorrem mudanças acentuadas no padrão produtivo, intensificação da violência e flexibilização dos direitos trabalhistas. Mesmo após tantas promessas institucionalizadas na Constituição Federal de 1988, no Brasil, o Estado diminui sua participação na garantia desses direitos. Somente a partir de 2004 algumas mudanças começam a se efetivar, como a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, o início do que seria posteriormente o Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, em 2005 através da Lei 11.129⁵¹ é criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o

⁵¹http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm

Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), este que depois passa a ter uma lei própria a Lei 11.692/2008⁵².

A partir da criação dessas leis podemos entender que a juventude passa por uma mudança de perspectiva, a de alguém que deve ser tutelado e punido, para alguém que têm direitos, conforme documento que apresenta o Estatuto da Juventude:

reconhece o jovem como sujeito de direitos básicos e elementares como direito à cidadania, à participação social e à política de representação juvenil que garantem o protagonismo nas decisões sobre as políticas de educação, profissionalização ao trabalho e à renda, à igualdade, à diversidade, à cultura, à territorialidade e à saúde, entre outras (BRASIL, 2013).

No entanto, mesmo que na lei se apontem essas mudanças, na prática cotidiana (como descrevi anteriormente) é possível perceber outra abordagem. As reações ainda são truculentas, repressivas e de controle e isso fica evidente quando analisamos dados de violência, como já apresentado anteriormente.

Neste país, onde massacram presos, exterminam meninos de rua, chacinam favelados... a educação, mesmo não sendo a precursora das mazelas sociais - o que inviabiliza por si uma saída de erradicação das mesmas - precisa, quer através da escola formal, quer através de alternativas dirigidas aos excluídos, dar qualidade ao ensino como sustentáculo de um devir da cidadania. Acredito que é essa a resposta que os movimentos populares e os intelectuais devem dar às campanhas assistencialistas e à chantagem emocional veiculadas pela mídia, para combater a fome e a miséria: a definição e execução de uma política estatal para a juventude da rua precisa estar na ordem do dia nos governos populares. (FONSECA, 1995, p. 35)

A denúncia aqui vai ao encontro da não materialidade da lei, mesmo acreditando que novas formas de organização e luta são possíveis, mas aqui me atentando a mecanismos institucionais. Em vista daquilo que fui descrevendo ao longo deste capítulo, noto que, cada vez mais, ocorre a retirada do Estado de bem estar social em face de um Estado liberal, que investe menos em políticas sociais estruturais, mas por outro lado aumenta a repressão aos que demandam proteção.

No próximo capítulo aprofundo essa questão, com descrições e análises das políticas públicas dos governos do Partido dos Trabalhadores (2002 a 2016) a partir de dois documentos, o Guia de Políticas Públicas de Juventude produzido pela Secretaria Nacional da Juventude em 2006, e o livro Juventude e Políticas Públicas Sociais no Brasil produzido pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) em 2009; e também apontando o que restou dessas políticas.

⁵²http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm#art24

4 PARA ENTENDER DE ONDE FALO: DA ASSISTÊNCIA SOCIAL AO NÃO LUGAR

*Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia à troco de nada eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói **amanhã** desejada
Gonzaguinha (1980)*

Neste capítulo trago uma análise mais técnica dos conceitos, apresentando o Programa Projovem e a Assistência Social e o Programa Oportunidades e Direitos (POD), este colocado como não lugar, por ser um programa que não está inserido nem na assistência, nem na educação, mas sim à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul.

Muitas políticas já nascem destinadas a serem incorporadas pelos governos locais, seja estadual ou municipal, outras nascem através de uma lei, como é o caso do Projovem Adolescente, mas passa a ser municipalizada devido a acordos prévios entre os governantes, ou simplesmente somem, por falta de repasse de verba federal e não incorporação do estado e/ou município; trarei exemplos concretos de ambas as situações. O POD/Centros da Juventude também tem esse caráter, instituídos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o intuito de “seguir com suas próprias pernas” com a ajuda do Governo do Estado.

4.1 Experiência no Projovem Adolescente

Em maio de 2018 recebi a oportunidade de trabalhar no Programa Projovem Adolescente nas regiões da Lomba do Pinheiro (Vila Mapa e Vila Bonsucesso) e Partenon (Morro da Cruz, Alameda – Campo da Tuca e São José), com adolescentes de 14 a 17 anos, a grande maioria cursando o ensino fundamental e muitos cumprindo medidas socioeducativas⁵³.

O Projovem Adolescente⁵⁴ é um dos quatro eixos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, lançado em setembro de 2007 pela Presidência da República, através da Lei Nº 11.129/2005⁵⁵. Destinado à jovens de 15 a 17 anos pertencentes a

⁵³ <https://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/medidas-socioeducativas-1>

⁵⁴ http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/federais_projovem

⁵⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm

famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou por múltiplas e sucessivas violações de direitos.

O Projovem Adolescente é um redesenho/reformulação do Agente Jovem, tomando como referência os resultados da pesquisa realizada no ano de 2006, bem como as diretrizes das Políticas de Juventude e de Assistência Social. Foi o único programa voltado à juventude apresentado dentro do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), reformulado a partir de uma lei própria. Os objetivos são fortalecer a família, os vínculos familiares e sociais.

Figura 10 – Apresentação do Projovem Adolescente dentro da cartilha do SUAS



Fonte: Cartilha SUAS

O público do Projovem Adolescente são jovens de 14 a 17 anos selecionados dentre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (2/3), além de jovens em situação de risco, independentemente de renda, encaminhado pelo CREAS, Conselho Tutelar ou Ministério Público (egressos ou sob medida de proteção, sob medida socioeducativa em meio aberto ou egresso de medidas socioeducativas de internação ou semi-liberdade, egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI ou de Programa de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual). A seleção dos jovens deve prever a inclusão do jovem com deficiência.

É um serviço socioeducativo continuado de Proteção Básica de Assistência Social, entendido como direito. Tem como eixos estruturantes a convivência, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho. Procura afiançar a segurança de convívio e promove o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Busca favorecer o protagonismo dos jovens, tendo como pilares a matricialidade sócio-familiar e territorialidade da oferta.

O primeiro programa governamental voltado aos jovens foi o Agente Jovem (2007) que atendia em torno de 112.468 jovens de todo o Brasil. O Projovem passa a vigorar em 2008 atendendo 498.175 jovens em todo território nacional, esse número já chegava a 1.000.400 jovens em 2010. Inicialmente se dividia em Projovem Adolescente (15 a 17 anos), Projovem Urbano (15 a 29 anos), Projovem Campo (18 a 29 anos) e Projovem Trabalhador (18 a 29 anos). Atualmente somente o Projovem Adolescente se mantém ativo.

O Projovem surge para alinhar a PNAS à Política Nacional da Juventude e visava promover a intersetorialidade entre o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação e da Secretaria dos Direitos Humanos.

4.2 A Assistência Social Como Política Pública de Garantia de Direitos

Após a Constituição Federal de 1988 a Assistência Social passa a vigorar a todas e todos que necessitam. Isso significou (ou deveria significar) um processo de substituição das Políticas Assistencialistas, para uma política pública de Estado. A Assistência foi incluída na Seguridade Social, conjuntamente com a Saúde e a Previdência. Isso causou uma ruptura na forma de enxergar as estratégias de ação frente às vulnerabilidades sociais.

Figura 11 – A lógica da Seguridade social



Fonte: Website POD (<https://pod.rs.gov.br/>)

A Assistência é garantida na referida Constituição através dos artigos 194, 195 e 203.

Art.194:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (EC no 20/98).

Art. 203:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

1. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
2. o amparo às crianças e adolescentes carentes;
3. a promoção da integração ao mercado de trabalho;
4. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
5. a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Além da Constituição Federal, a Assistência Social é garantida através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL,1993)

Em 15 de outubro de 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com a resolução nº 145/2004, buscando incorporar as demandas vindas da sociedade por uma Política de Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Os seus objetivos se pautaram no:

oferecimento de serviços, programas, projetos e benefícios na proteção básica e especial, para todos que necessitem da Política de Assistência Social, além de contribuir para a inclusão e a equidade do usuário e assegurar a centralidade na família das ações na assistência social (BRASIL, 2005, p.33).

Já o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, regula e organiza os serviços, programas, projetos e benefícios, ou seja, as ações socioassistenciais em todo Brasil. Em todo Brasil a execução da Política de Assistência Social deverá ter os mesmos princípios e diretrizes como fundamento, mas também deve se constituir levando em conta suas especificidades regionais e locais. O SUAS traduz a Assistência Social efetivamente como uma Política de Estado e não de governo, consolidando:

- Modo de gestão compartilhada, o co-financiamento e a cooperação entre os três entes federativos;
- Fundamenta-se no compromisso da PNAS;
- Respeita a diversidade das regiões;
- Financia as ações;
- Constrói metodologia,
- Controla os resultados.

O SUAS se organiza em Serviços, programas, projetos e Benefícios - BPC (idoso e PCD) e Benefícios Eventuais (auxílio por morte, natalidade, vulnerabilidades temporárias) e transferência de renda.

Se estrutura em Proteção Social Básica (CRAS, PAIF e SCFV); Proteção Social Especial; Proteção Social Especial de Média Complexidade (PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (CREAS); Abordagem Social de Rua - Ação Rua; Serviço Especializado para Pessoas em

Situação de Rua; Medidas Socioeducativas; Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Proteção Social Especial de Alta Complexidade (abrigo institucional; casa-Lar; casa de Passagem; residência Inclusiva).

Através da Proteção Básica objetiva-se prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Essa proteção social básica tem por referência o serviço de acompanhamento de grupos de famílias sob a situação de vulnerabilidade social. Ela se operacionaliza através de:

- Centros de referência de assistência social – CRAS e PAIF
- Redes de serviços socioeducativos - SCFV
- Benefícios eventuais;
- Benefícios de prestação continuada;
- Serviços e projetos de capacitação e inserção produtiva.

Já a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL-PNAS, 2005, p.37). Tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direitos. Inclui atenção a:

- Crianças e adolescentes em situação de trabalho;
- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- Adolescentes em medida socioeducativa;
- Crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Sujeitos em situação de abandono;
- Famílias com presença de formas de negligência, maus tratos, etc.

Apesar do Projovem estar dentro de uma política que vem sendo desmontada há muitos governos, ainda assim é uma política concreta, institucionalizada e aplicada através de uma lei. Ela vem se sustentando com a

municipalização do programa em diversos municípios brasileiros e apesar do desmonte avassalador do governo federal, ainda se agarra à luta das e dos trabalhadores da assistência.

Diversos são os fatores que tornam esse programa frágil, como o vínculo precário das e dos trabalhadores da assistência, terceirizados e parceirizados, e aqui faço uma escolha em não aprofundar esse tema, por entender que não daria conta, diante de tantos debates, reflexões e análises necessárias, a fim de não deixar uma escrita rasa. Outro fator é o já mencionado desmonte do SUAS.

A Portaria Nº 2362⁵⁶ publicada no Diário Oficial em 23 de dezembro sem nenhum alarde, no apagar das luzes de 2019 pelo Ministério da Cidadania, reduziu em até 40% os recursos destinados aos órgãos de assistência social do país. A portaria assinada pelo então ministro Osmar Terra, estabelece que os procedimentos adotados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deverão ser adequados à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.

O Governo Federal vem agindo para desmontar o Sistema Único da Assistência Social, reduzindo drasticamente recursos repassados aos municípios. Os municípios tiveram até 40% de recursos da assistência social cortados, afetando fortemente e comprometendo atendimentos essenciais à população mais pobre do país.

No início de 2020, o Ministério da Cidadania promoveu uma reunião na qual tentou estabelecer critérios para o repasse de recursos. Sendo que o recurso não tem alteração desde 2005, sem qualquer reajuste.

Esse projeto de desmonte do SUAS vem avançando, em outubro de 2019, foi vetado integralmente um projeto de lei⁵⁷ que garantia atendimento por profissionais de psicologia e serviço social aos alunos das escolas públicas de educação básica aprovado pelo Congresso alegando inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. No mês seguinte, a partir da Medida Provisória 905⁵⁸, extinguiu o Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que garantia à

⁵⁶<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.362-de-20-de-dezembro-de-2019-234966986>

⁵⁷<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/09/bolsonaro-veta-atendimento-de-psicologo-e-assistente-social-nas-escolas-publicas>

⁵⁸http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv905.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20905%2C%20DE%2011%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202019&text=Institui%20o%20Contrato%20de%20Trabalho,trabalhista%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs .

população tirar dúvidas sobre seus direitos, o que e como fazer para exercê-los no momento da aposentadoria ou de requerer benefícios pagos.

Em crise desde a aprovação da reforma da previdência, pedidos de benefícios também têm se acumulado e a fila de espera chega a meses no INSS. Como reflexo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, registrou a primeira queda no atendimento desde a sua criação, em 1996⁵⁹. Em uma matéria publicada no dia 8 de março, a BBC Brasil revelou que até 31 de janeiro, 2 milhões de benefícios da Previdência ainda aguardavam análise de pedidos feitos ao INSS. Destes, 1,3 milhão estavam na fila há mais de 45 dias, o prazo da lei para a concessão do benefícios⁶⁰.

Um dos serviços atingidos pela portaria nº 2362 são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Estes são responsáveis justamente por encaminhar as pessoas que têm direito a benefícios como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). No Brasil, o financiamento da assistência social é dividido entre a União, os Estados e os municípios — e o dinheiro do governo federal chega aos gestores dos municípios por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Os recursos são usados pelos municípios para manter os vários tipos de serviços que compõem o SUAS e que vão desde albergues para a população de rua até equipes de assistentes sociais que acompanham famílias vulneráveis, passando pelos CRAS e Centros de Referência Especializados (CREAS).

O Ministério da Cidadania dispunha de R\$ 1,8 bilhão para transferir a estados e municípios por meio do FNAS no Orçamento deste ano – valor cerca de 35% menor que os R\$ 2,8 bilhões empenhados com essa finalidade ao longo de 2019. À BBC, o Ministério não contradisse os dados nem apresentou números diferentes – a reportagem perguntou especificamente sobre o valor disponível para este tipo de transferência.

Dados do Cadastro Único apontam que a pobreza extrema no País atingiu 13,2 milhões de pessoas. Cerca de 500 mil pessoas entraram em situação de miséria nos últimos anos, o que impacta na capacidade de atendimento e

⁵⁹<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/assistencia-a-idoso-carente-tem-o-primeiro-recuo-da-historia.shtml#:~:text=%C3%89%20a%20primeira%20vez%20na,e%20a%20idosos%20mais%20pobres.>

⁶⁰<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48186756>

acompanhamento da rede pública da assistência social instalada. Isso antes da pandemia do coronavírus.

Em nota conjunta⁶¹, membros do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social (FONSEAS) denunciaram a redução de recursos para a Assistência Social. No texto, as instituições reivindicam medidas urgentes de parlamentares e do executivo federal, para a garantia da manutenção da atual rede de serviços prestados à população mais pobre e com direitos violados no Brasil.

Todo esse impacto dos cortes orçamentários e da negligência dos governos municipal, estadual e federal é presenciado no dia a dia do território, mas especificamente durante a pandemia teve uma face ainda mais perversa revelada. A assistência social foi (e é) linha de frente no enfrentamento desta pandemia⁶², trabalhando no atendimento básico da população, auxiliando com as informações sobre o Auxílio Emergencial e na distribuição de alimentos e cestas básicas, essas que demoraram para chegar aos territórios. O protagonismo na entrega de cestas básicas acabou sendo de Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil (OSC), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Organizações Social (OS) e do voluntariado.

Conceituando para dar mais nitidez conforme Cazumbá (2019):

ONG - Após o estabelecimento da pessoa jurídica (associação ou fundação), com aquisição de registro no CNPJ, a entidade passa a desenvolver a sua missão. E, pelo fato de, na sua grande maioria, desempenhar atividades complementares às do Poder Público, buscando atender necessidades sociais, essas organizações passaram a ser denominadas de Não Governamentais, surgindo assim a sigla ONG.

OSC- Denominação, não configurando uma natureza jurídica, como as associações e as fundações. O MROSC amplia o conceito de OSC, para fins de celebração de parcerias com o poder público, incluindo neste grupo as organizações religiosas que realizam também atividades sociais, e alguns tipos de cooperativas, como as sociais previstas na Lei nº 9.867/99, e as que tenham cunho social.

OSCIP –Organização da Sociedade Civil de Interesse Público diz respeito a uma qualificação outorgada pelo Ministério da Justiça – MJ às entidades que atendam aos requisitos previstos na Lei Federal nº 9.790/99, e no Decreto Federal nº 3.100/99. Desta forma, para obter o título, a entidade necessita primeiro ser constituída sob a forma de associação ou fundação, e realizar o requerimento a ser avaliado pelo MJ.

OS – Organização Social – refere-se também a uma qualificação concedida a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento

⁶¹<http://www.congemas.org.br/posicionamento-do-congemas---portaria-n%C2%BA-2362-noticias>

⁶²<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/instituicoes-de-assistencia-social-pedem-fortalecimento-do-sus-e-suas-para-aco-es-durante-a-pandemia>

tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, conforme previsto na Lei Federal nº 9.637/98.

O período de pandemia foi (e está sendo) uma experiência profissional dura e, ao mesmo tempo, revoltante, diariamente recebíamos diversas famílias em busca de auxílio e principalmente alimentos. Diversas ações na Restinga, como o ônibus do Projeto Fome de Aprender do jogador de futebol Tinga⁶³, que distribui almoço gratuitamente na Esplanada da Restinga, foram fundamentais. Vários jovens e famílias atendidas pelo Centro da Juventude acessaram esse recurso para ter como se alimentar. Também ações de solidariedade dentro do próprio programa, o POD Pela Vida, onde arrecadamos doações de alimentos, confecção de máscaras de tecido e de sabão líquido, distribuídos nos territórios atendidos pelo programa⁶⁴. Ações de solidariedade que em muitos momentos foram mais efetivas que ações dos governos, pois a fome tem pressa e repudia a burocracia.

4.3 O Não lugar: Programa de Oportunidades e Direitos

O Programa Oportunidades e Direitos (POD) é um programa criado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante o Governo de José Ivo Sartori, [marcado pelo desmonte da educação pública estadual e precarização do trabalho docente] através da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, atual Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH). Esse projeto foi apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a fim de captação de recurso para implementação do programa.

O POD foi instaurado conforme Decreto Nº 52.010, de 17 de Novembro de 2014. Interessante destacar que o decreto apenas indica como se dará a estrutura burocrática e cargos do projeto. Abaixo indico o caráter técnico do projeto na apresentação institucional de exposição do programa conforme documento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul⁶⁵

O Programa de Oportunidades e Direitos (POD) visa reduzir a violência e combater a evasão escolar entre jovens de 15 a 24 anos. Regulamentado

⁶³<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/12/onibus-vai-distribuir-100-refeicoes-por-dia-para-moradores-da-restinga-em-porto-alegre.ghtml>

⁶⁴<https://sjcdh.rs.gov.br/campanha-podpela vida-e-destaque-e-concorre-a-premio-internacional-do-bid>

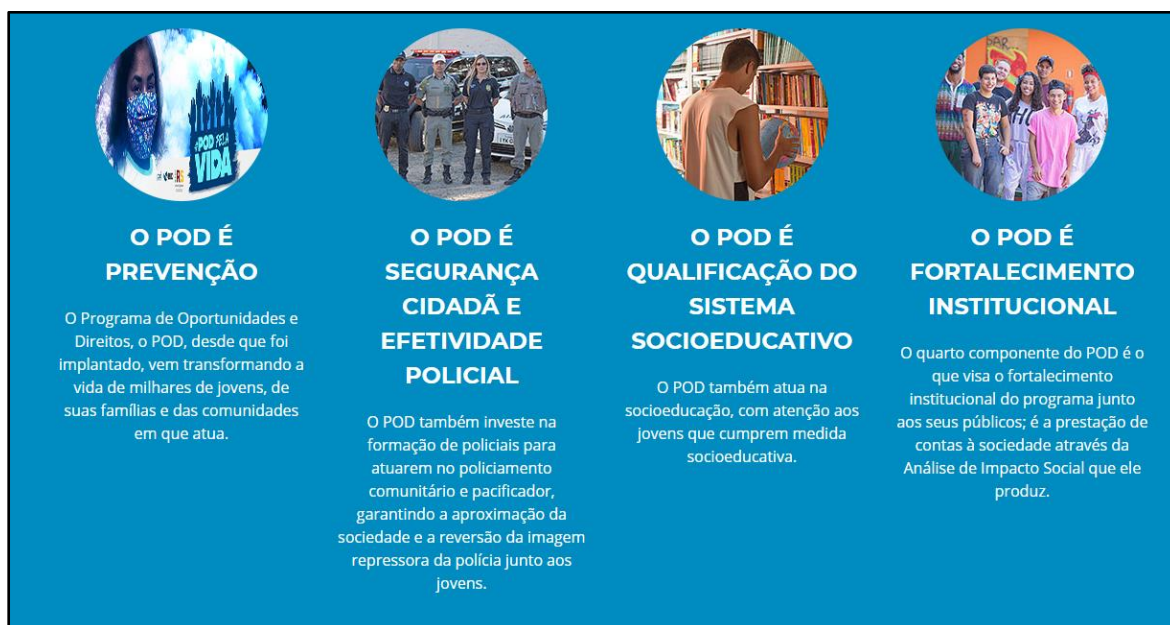
⁶⁵<https://sjcdh.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/17142111-apresentacao-instit-do-pod-centros-juventude-2017-ver-junho-2017-1.pdf>

pelo DECRETO nº 52.010/2014, o projeto conta com o investimento de US\$ 56 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A contra partida do Estado é de US\$ 6 milhões. O POD possui como diretrizes a prevenção da violência, a efetividade policial, na redução da violência e do reingresso na FASE, e na articulação do governo com as comunidades envolvidas. Para isso, o projeto irá construir seis Centros da Juventude, sendo 4 deles em Porto Alegre. Os outros dois vão ser instalados em Viamão e Alvorada, ambos municípios da região metropolitana da Capital. Nestes Centros também serão colocadas delegacias de Polícia Cidadã e Bases Comunitárias. A meta do governo é formar 1,8 mil servidores nos cursos de Multiplicador de Polícia Comunitária e Polícia Cidadã e Mediações até 2018. Só em 2016, 17 turmas compostas por policiais civis, militares e guardas municipais serão formadas. A Segurança Pública atua na execução do componente “efetividade policial” do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2014, celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. A Portaria SSP nº 174/2015 instituiu no âmbito desta Secretaria, a Unidade da Execução Técnica, designando os servidores responsáveis pela Coordenação e Gerência de Produto.

O programa desde sua criação apresentou um aspecto na contramão dos programas de assistência e educação, ao invés de atuar por um viés educativo, o programa se dispõe a formação de jovens pela redução da violência em conjunto com a polícia militar.

Utilizo as imagens abaixo para descrever os interesses e funcionamento do programa, como representado no *website* institucional.

Figura 12 – Pilares do Programa



Fonte: Site POD (<https://pod.rs.gov.br/>)

Figura 13 – Eixos de trabalho dos Centros da Juventude



Fonte: Site POD (<https://pod.rs.gov.br/>)

Figura 14 – Resultados



Fonte: Site POD

Efetivamente o programa se concretiza através de seis (06) Centros da Juventude, que se dividem da seguinte forma:

1. Centro da Juventude Cruzeiro;
2. Centro da Juventude Rubem Berta;
3. Centro da Juventude Lomba do Pinheiro;
4. Centro da Juventude Restinga;
5. Centro da Juventude Viamão;
6. Centro da Juventude Alvorada.

Figura 15 – Identidade visual dos Centros da Juventude



Fonte: Site POD (<https://pod.rs.gov.br/>)

Uma confusão comum se refere ao nome do Programa – Programa de Oportunidades e Direitos (POD), ao longo do processo de implementação, principalmente durante o ano de 2019, a SJCDH modificou o nome dos Centros da Juventude (CJ), chamando-os de POD (POD Cruzeiro, POD Lomba do Pinheiro, POD Rubem Berta, POD Restinga, POD Alvorada e POD Viamão), no entanto esses nomes ‘não pegaram’ para as e os jovens, que seguem chamando-os de CJ.

Cada CJ é administrado por uma entidade/Organização da Sociedade Civil, a escolha se dá através de uma licitação pública que dá o direito de cada entidade gerir o Centro durante um (01) ano. As unidades trabalham a partir de três (03) eixos norteadores, conforme informações contidas no *website* (<https://pod.rs.gov.br/>):

- Eixo Socioafirmativo: Promover atividades voltadas à construção da cultura cidadã, através de oficinas de Direitos Humanos (gênero, sexualidade, raça, etnia e território), Promoção da Saúde, Mundo do Trabalho, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Cultura Juvenil e Círculos da Paz (Justiça Restaurativa);
- Eixo Socioprofissional: Promover o aumento da escolarização e formação para o trabalho, através dos cursos de Informática, Rede e Manutenção de Computadores, Assistente Administrativo, Fotografia, Culinária Saudável, Empreendedorismo;
- Eixo Jovem Multiplicador: Preparação de jovens lideranças que serão multiplicadores de uma cultura de paz.

A equipe de trabalho conta com coordenadores, um para cada eixo citado acima, educadores sociais de diversas áreas de formação, equipe técnica que conta com psicólogas e assistente social e equipe de apoio (portaria, recepção, limpeza e cozinha).

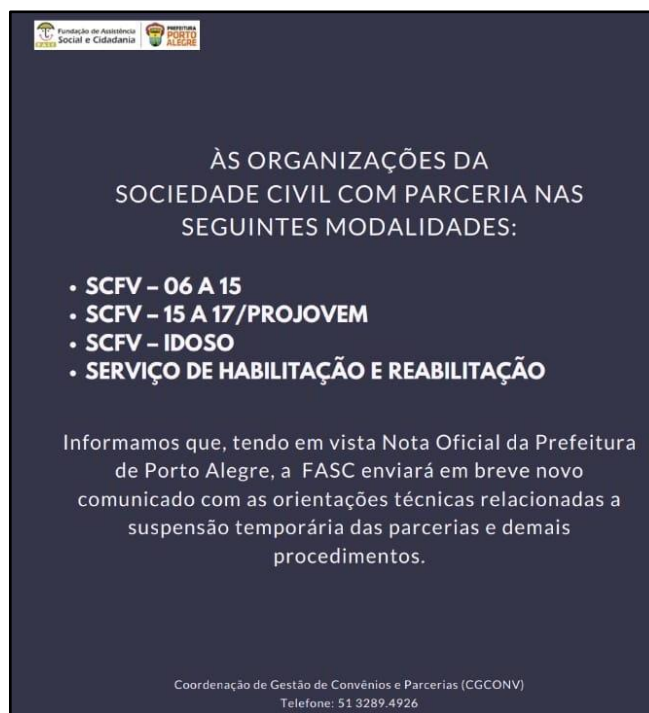
Os CJ são vinculados ao Departamento de Políticas da Juventude, que contempla a SJCDH do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Por se tratar de um projeto vinculado ao governo do estado, o POD não está inserido dentro da Assistência Social ou da Educação, mas articula-se com esses serviços, pois está presente nos fóruns e instâncias do território, como REDE, Redinha, articulações com CREAS, CRAS, CAPS, escolas municipais e estaduais, Projovem Adolescente e participação nas pré-conferências e conferências da Criança e Adolescência e da Assistência Social.

Isso acabou gerando muito estranhamento quando cheguei ao CJ, mesmo não estando em nenhum desses lugares vinculados às políticas públicas, o programa articula com vários serviços e participa de diversas instâncias deliberativas tanto da assistência, quanto da educação dentro território. Esse não lugar acaba colocando vários entraves nos momentos de encaminhamentos para alguns tipos de serviços, principalmente vinculados à saúde.

Para exemplificar retomo um momento que passamos em 2019 na Conferência Municipal da Assistência Social na qual participamos e inclusive tivemos jovens como delegados, onde o CJ foi apontado como competidor direto do Programa Projovem Adolescente e por isso o Projovem poderia deixar de existir, fala esta feita pela Diretora da FASC Vera Ponzio. Nesse momento a FASC estava travando uma disputa com o Governo Federal para redução drástica do Projovem em Porto Alegre e a FASC acabou utilizando os Centros da Juventude como argumento para contrapor a existência de ambos no mesmo território. Esta fala foi amplamente rebatida por diversos setores e entidades, inclusive por mim, com fala à plenária e perguntas direcionadas diretamente à Vera Ponzio, visto os serviços tem nitidamente público (faixa etária) e objetivos distintos. Mostrando mais uma manobra para o desmonte das políticas públicas para a juventude.

Durante a pandemia de Covid-19 a Assistência Social foi duramente atacada, tendo um drástico corte orçamentário e diversos serviços foram suspensos, entre eles o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, Educação Integral e Projovem Adolescente, políticas voltadas a crianças e adolescentes.

Figura 16 – Mensagem enviada às entidades informando a suspensão dos serviços da assistência em Porto Alegre.



Fonte: Website da FASC (<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/>)

4.4 Uma nova experiência

A partir de agosto de 2019 passei a integrar a equipe do Centro da Juventude Restinga, após 1 (um) anos e meio atuando no Projovem Adolescente, a mudança de serviço e de território foi muito significativa. Passei a exercer o cargo de Educadora Referência, responsável por organizar a rotina dos jovens, confecção de grade horária, planejamentos e organização interna junto ao educadores dos eixos socioeducativo e socioprofissionalizante, fazendo a interlocução entre educadores e coordenação, além de efetivamente promover oficinas de Direitos Humanos, Meio Ambiente, Mundo do Trabalho, Promoção da Saúde, Empreendedorismo, Culturas Juvenis, Yoga e Meditação e Práticas Restaurativas.

Com uma carga horária superior, uma carga de trabalho muito maior e a distância Restinga-Canoas enfrentei um grande desafio, pessoal e profissional. Criar novos vínculos, estabelecer um novo ritmo e sobretudo encontrar um novo campo de pesquisa para esta dissertação foi sem dúvida um grande desafio.

Recorro aqui a Paulo Freire, no livro *Pedagogia da Autonomia* onde o escritor afirma que ensinar exige convicção de que a mudança é possível (2019 p.74). Ainda:

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. (FREIRE, 2019 p. 74)

Após um tempo de adaptação ao território e ao campo percebi algumas coisas que me incentivaram a seguir a linha de pesquisa já estabelecida inicialmente para esta pesquisa. Somando a isso uma efervescência radical dos jovens desse território. São jovens que têm um grande ímpeto de luta e resistência, que se colocam nas lutas institucionais, mas também buscam afirmar sua cultura no território através de manifestações artísticas com uma característica particular. Para além do acesso às **políticas** públicas institucionais, buscam uma auto-organização, política sim, mas política-cultural, colocando suas **angústias** e reivindicações nas palavras e no canto, por exemplo.

Diversos foram e são os estranhamentos sobre este programa. Vou descrever dois que identifico como os principais que mais se destacam no dia a dia do CJ Restinga: a ligação direta com a polícia militar e o forte apelo ao empreendedorismo. Anteriormente, coloquei as figuras 11, 12 e 13 precisamente para destacar essa representação do programa (pilares e resultados), com a finalidade de sublinhar o forte apelo salvacionista do programa. Conforme o site do POD⁶⁶:

O POD tem como objetivo essencial gerar novas oportunidades e conhecimento para a juventude dos territórios em que atua. Como resultado esperado está a diminuição dos índices de criminalidade e morte entre os jovens.

O fato de que o resultado esperado é a diminuição dos índices de criminalidade e morte dos jovens, culpabiliza-os diretamente por tais índices. Vale aqui, portanto, lembrar os dados já apresentados no anterior do Atlas da Violência (2019): na última década o número de homicídios de negros cresceu 30% a mais do que de não negros; no ano de 2017 foi registrada a redução de 0,3% de homicídios de não negros, mas os de negros cresceram 7,2%; e, o mais alarmante, que 75,% das vítimas de homicídios são negros, 91,8% das vítimas são homens e, entre eles, 55% ocorrem entre 15 e 29 anos.

⁶⁶<https://pod.rs.gov.br/>

Ser negro e jovem, portanto, são marcadores de discriminações sociais históricas e concretas, sendo um absurdo imputar a culpa sobre esses jovens individualmente considerados (como números de atendimentos, beneficiados, inserções, etc.). É uma atitude muito cômoda para o setor público, sem atacar, de fato, as diferenças que estruturam historicamente as discriminações.

Outro ponto alto do programa é a chamada Ação Integrada de Policiamento Comunitário, conforme o próprio site do programa:

O POD também investe na formação de policiais para atuarem no policiamento comunitário e pacificador, garantindo a aproximação da sociedade e a reversão da imagem repressora da polícia junto aos jovens. Mais de mil policiais militares, civis e guardas municipais já participaram dos treinamentos.

Em 2019, três bases comunitárias foram entregues aos bairros Cruzeiro e Restinga, na Capital, além de Alvorada. Os veículos, que custaram cerca de R\$ 2 milhões, foram adquiridos pelo POD. Eles são equipados para atender qualquer tipo de ocorrência com agilidade.

Os recursos do Programa de Oportunidades e Direitos também permitiram a implantação de um sistema de análise criminológica no Observatório Estadual de Segurança Pública, que está agilizando e facilitando a visualização das estatísticas de criminalidade em todos os municípios do Estado.

No planejamento institucional as e os jovens do CJ deveriam compor junto ao poder público ações em conjunto com a polícia militar. Efetivamente o contato entre eles se dá apenas via Fórum de Segurança do Território, onde as e os jovens não são ouvidos. Diversas foram as reuniões do fórum em que as e os jovens se sentiram coagidos e foram silenciados, as reuniões foram inúmeras vezes frustrantes e geraram debates nas oficinas, onde as e os jovens colocavam o desconforto de participar de tais reuniões e que não se sentiam seguros em falar e colocar suas demandas. O que acabava acontecendo via oficinas, principalmente do Eixo Socioafirmativo. Diversos relatos de abordagens policiais violentas (verbal e física), principalmente de meninos negros. Esses relatos instigaram diversos educadores a comporem oficinas e debates sobre racismo estrutural e violências.

Situações como essas me levaram a perceber como contraditório o fato de que o programa destine verba para o policiamento no território, instituindo bases, viaturas, etc., mas que efetivamente não atue junto ao programa, construindo um senso comunitário com a juventude e suas famílias. E, para exemplificar esse distanciamento, trago o relato de uma pesquisa que a SJCDH enviou aos CJs para

que as e os jovens respondessem, vindo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime⁶⁷ e conforme enunciado:

As respostas servirão para promover melhorias e aperfeiçoamentos das políticas públicas desenvolvidas nos territórios do referido Programa, em especial na relação dos Centros da Juventude com os demais serviços públicos estaduais.

Tais perguntas deixam bem nítido o objetivo da pesquisa e corroboram com a total falta de vínculo existente entre o programa e as forças de segurança pública. Mesmo a pesquisa sendo confidencial, na hora de responder alguns jovens se manifestaram, como eles mesmos falam, “tirando onda”, ou seja, achando engraçado o teor das perguntas, tais quais:

Você costuma sair/passear na sua comunidade?
 O quanto que você diria que está satisfeito com a maneira e a frequência que as questões sobre o crime e as drogas são debatidas no seu Centro da Juventude?
 Quem faz a segurança pública na sua comunidade?
 Como é a relação da polícia com a sua comunidade em geral?
 Você já sofreu abordagem policial na comunidade?
 Como foi a abordagem policial que você sofreu?
 A Brigada Militar aborda jovens e velhos da mesma forma
 -- Selecionar -- [Opções de respostas: discordo totalmente, discordo um pouco, não discordo nem concordo, concordo um pouco, concordo totalmente, não sei responder]
 A Brigada Militar costuma ser mais violenta quando aborda pessoas mais jovens
 -- Selecionar -- [Opções de respostas: discordo totalmente, discordo um pouco, não discordo nem concordo, concordo um pouco, concordo totalmente, não sei responder]
 A Brigada Militar costuma ser mais violenta quando aborda pessoas pretas
 -- Selecionar -- [Opções de respostas: discordo totalmente, discordo um pouco, não discordo nem concordo, concordo um pouco, concordo totalmente, não sei responder]
 A Brigada Militar costuma ser mais violenta quando aborda pessoas que se vestem de forma mais alternativa (boné, calça larga, correntes, tranças, tatuagens, etc.)
 -- Selecionar -- [Opções de respostas: discordo totalmente, discordo um pouco, não discordo nem concordo, concordo um pouco, concordo totalmente, não sei responder]
 A Brigada Militar está presente, mas não circula nos locais mais perigosos (becos, vielas, etc.)
 -- Selecionar -- [Opções de respostas: discordo totalmente, discordo um pouco, não discordo nem concordo, concordo um pouco, concordo totalmente, não sei responder]
 A Brigada Militar não aparece quando é solicitada ou demora para aparecer
 -- Selecionar -- [Opções de respostas: discordo totalmente, discordo um pouco, não discordo nem concordo, concordo um pouco, concordo totalmente, não sei responder]
 A Brigada Militar acoberta o crime, é corrupta, negocia com o tráfico de drogas no lugar de efetivar prisões.

⁶⁷ <https://podbids2020.questionpro.com/>

Destaco essas questões e essa pesquisa, pois compreendi que o intuito das Organizações das Nações Unidas (ONU) era entender os altos índices de violência contra a juventude, principalmente negra e periférica, através de um programa que deveria ter ações conjuntas entre esses dois segmentos.

Outro ponto que é importante destacar é o discurso do empreendedorismo. Conforme indica o site do POD:

O POD oferece mais de 30 cursos diferentes nos Centros da Juventude e mais de 50 atividades. Além dos cursos profissionalizantes e dos cursos rápidos de qualificação profissional, tem EJA e também artes, cultura, esportes e cidadania. São oficinas de música, dança, teatro, grafite, tatuagem, serigrafia, futebol, vôlei, ginástica, academia, artes marciais, etc. Além disso, tem reforço escolar, idiomas e muito mais. Nos CJs ninguém fica parado!!! Hoje, 60 estão se tornando empreendedores!

Esse é um discurso muito recorrente, colocando os cursos e oficinas sob uma lógica empreendedora, mais uma vez colocando a responsabilidade sobre o sujeito individual, destituindo-o da coletividade, onde o jovem se forma em algum curso e já pode empreender, ser empresário de si mesmo.

Retomo aqui dados sobre desemprego que trouxe no capítulo 3, onde segundo o IBGE⁶⁸, entre os trabalhadores entre 18 e 24 anos, a taxa de desemprego é mais que o dobro da taxa da população em geral. Enquanto a taxa geral ficou em 12,4% no segundo trimestre, entre os jovens esse percentual salta para 26,6%. Dois em cada cinco jovens encontrava-se em situação de desemprego. Em países como o Brasil, 19 de 20 jovens trabalhavam em condições de informalidade, 39,9% dos 160,8 milhões de jovens trabalhadores no mundo viviam em condições de extrema pobreza, sobrevivendo com pouco mais de 3 dólares por dia⁶⁹. Diante desses números, questiono essa lógica empreendedora onde o Estado não garante empregos para a juventude, mas deixa nas mãos das e dos jovens a responsabilidade de “correr atrás” e “se virar”, jargões comumente utilizados pelas e pelos jovens do CJ.

Segundo o sociólogo Ricardo Antunes, o empreendedorismo é um mito, que se fortalece em meio ao alto desemprego, ao enfraquecimento das políticas sociais do Estado e às novas tecnologias⁷⁰. Nas palavras desse sociólogo:

⁶⁸Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

⁶⁹<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-11/oit-diz-que-ha-mais-de-70-milhoes-de-jovens-desempregados-no-mundo>

⁷⁰<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empreendedorismo.htm?cmpid=copiaecola>

O empreendedorismo é uma forma mistificadora que imagina poder eliminar o desemprego, em uma sociedade que é incapaz de preservar trabalho digno com direitos. E, como essas novas modalidades de trabalho são deprimentes, a mistificação torna-se o remédio que só fará alimentar a doença. (ANTUNES, 2019)

Conforme Antunes (2019) o empresariamento das nossas vidas só ocorre pela junção de alguns fatores, como o desemprego estrutural que no Brasil chega a 28 milhões de trabalhadores, mais o fator informalidade; o fortalecimento do ideal neoliberal, onde há uma grande desregulamentação do trabalho e perda dos direitos sociais; e a desobrigação do Estado, como a Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência, que deixam as e os trabalhadores sem perspectiva. A junção desses fatores é campo fértil para o empreendedorismo. Em uma sociedade onde o desemprego, o subemprego, a retirada de direitos e a precarização da vida cresce, o empreendedorismo se fortalece.

É por isso que o empreendedorismo é poderoso ideologicamente, porque é isso ou nada. Ao mesmo tempo, a maioria expressiva dos empreendedores vive aos solavancos. Quando a [ex-premiê britânica] Margaret Thatcher ganha o poder na Inglaterra, em 1979, ela diz claramente que o capitalismo inglês tem que converter cada cidadão em um investidor. Essa não é uma ideia nova, só que, agora, com a corrosão muito maior dos direitos sociais, são poucos os países que conseguem diminuir esse nível de ataque. (ANTUNES, 2019)

A perversidade se dá no momento em que o empreendedorismo garante eliminar o desemprego, nos casos dos aplicativos de viagens e entrega de alimentos. Temos alguns jovens que se inseriram nesse mercado e em uma ânsia desesperada por garantir seu sustento, sobretudo neste período de pandemia, acabaram largando os cursos do CJ e até mesmo a escola.

E nós estamos em um mundo muito difícil. Muita gente me diz: "Mas, professor, toda vez que eu entro em um Uber ou converso com esses trabalhadores de iFood, da Rappi, eles estão contentes com o trabalho". Se você estivesse há dois anos desempregado, sem nenhuma chance de trabalho, diria que é pior que o desemprego ou melhor? Eu diria: é melhor. O desemprego é o flagelo pior de todos. (ANTUNES, 2019)

E, novamente concordando com Ricardo Antunes (2019), junto com o autor e levando em consideração minha trajetória de educadora-pesquisadora, faz muito sentido compreender que "o ponto de partida é esse. A primeira chance que os trabalhadores jovens têm hoje é o desemprego. A segunda é o trabalho precarizado" (ANTUNES, 2019).

O que está imposto para essa juventude é que precisamos discutir e lutar, é se vamos aceitar o caminho da dignidade mínima ou se queremos o caminho, aqui

utilizando um termo de Ricardo Antunes, do privilégio da servidão, sendo gratos por ter o mínimo possível ao desemprego, sendo gratos pela tal oportunidade de ganhar um curso gratuito para empreender e ser meu próprio patrão. Uma saída falsa e manipuladora.

Trago um exemplo de como a lógica do empreendedorismo é perversa desde o início, o fato ocorreu durante a pandemia em 2020. Foi ofertado um curso Intitulado Jornada Empreendedora POD RS juntamente com o Sebrae/RS⁷¹ com a permissão de “desenvolver e qualificar nossos jovens e permitir que novas oportunidades sejam disponibilizadas aos que mais precisam”⁷², cada CJ deveria encaminhar um certo número de jovens para participar. O que ocorre é que o curso foi realizado de forma *online*. Fizemos uma pré-lista de jovens que poderiam se interessar pelo tema, entramos em contato via telefone e o retorno que tivemos foi a total falta de acesso à internet. Simplesmente nenhum dos 10 jovens que entramos em contato poderia participar por não ter acesso à internet. Em uma pandemia onde suas famílias recorriam aos serviços da Rede⁷³ para adquirir cestas básicas, o que foi ofertado aos jovens foi um curso de empreendedorismo online. O que não foi surpresa foi o total envaziamento do curso por todos os CJs, por mais que as periferias não sejam homogêneas e cada território tem sua especificidade, a precarização da vida é generalizada.

Certamente não haveria outra forma de realizar o curso devido a pandemia, mas o que está posto é a total falta de noção das reais necessidades momentâneas das e dos jovens e suas famílias em meio à uma crise global, econômica, social e sanitária.

Para enriquecer mais o debate sobre o tema, compartilho a essa escrita um trecho do livro “Os Supridores” do escritor José Faleiro, o qual utilizei alguns trechos em atividades da oficina de Direitos Humanos e fomentou muitos debates com as e os jovens, refletindo em um projeto sobre trabalho precário. O livro relata a vida de dois jovens Porto-alegrenses, moradores de duas vilas uma na região central e outra na zona leste. A história de Pedro e Marques, supridores de uma rede de

⁷¹Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte.

⁷²<https://www.instagram.com/p/CG2UvpVHHrI/?igshid=wro2n2cexj4>

⁷³**Rede Socioassistencial** é uma política social constituída por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são prestados diretamente ao cidadão ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos

supermercados, me tocaram de forma a enxergar neles a vida de muitos jovens educandos do CJ. A vida dos jovens consumida pelo capitalismo e a espoliação de seus direitos e de suas vidas. Esmagados por uma lógica dada de que são filhos e netos de pessoas pobres e que assim seguirão suas vidas, sendo explorados e sem perspectivas.

Numa das passagens do livro o autor é bastante provocativo a respeito dessa lógica esmagadora:

O problema, mano, é que entre o certo e a lei, tem um abismo. Pela lei, existe o tal do salário mínimo. E tá aí como nasce um grande filho da puta: tu vai pagar um salário mínimo pra cada padeiro, mas quem foi que disse que esse salário mínimo é justo, levando em conta o quanto o trabalho dos padeiro tem influência no dinheiro que tá entrando? Quem é que calcula essa porra? Qualquer idiota logo percebe que tem coisa errada aí. O salário é sempre muito, muito, muito abaixo do que vale o trabalho de fato. E tu, como tu fica nessa história? Tu vai dar esse salário de merda pros padeiro? [...] Isso é o que os nego chama de “empreendedorismo”. Só que eu, sabe como é que eu chamo isso? Eu prefiro chamar de “roubo legal”. É, “roubo legal”. Eu chamo isso assim porque a *lei* permite isso, mas, quando tu age assim, tu tá pegando pra ti um dinheiro que, por direito lógico de produção, simplesmente não te pertence, ou seja, tu tá roubando sob a proteção da lei. (FALEIRO, 2020, p. 52 e 53.)

Exemplos de uma obra fictícia que se aplicam tão bem ao cotidiano das e dos jovens, que durante o projeto os mesmos até trocaram os nomes de Pedro e Marques pelos nomes deles mesmos, adaptando as histórias do livro a situações reais de exploração em trabalhos precários, informais e estágios.

5 A ILHOTA VIVE: A RESTINGA E A INSERÇÃO DO POD

Eu sou restinga, amor do meu povo
Quem gosta de nós somos nós
Vem coroar a verdadeira majestade
A nossa força é comunidade
Estado Maior da Restinga - Samba-Enredo 2019 (RESTINGA, ESTADO
MAIOR, 2019)

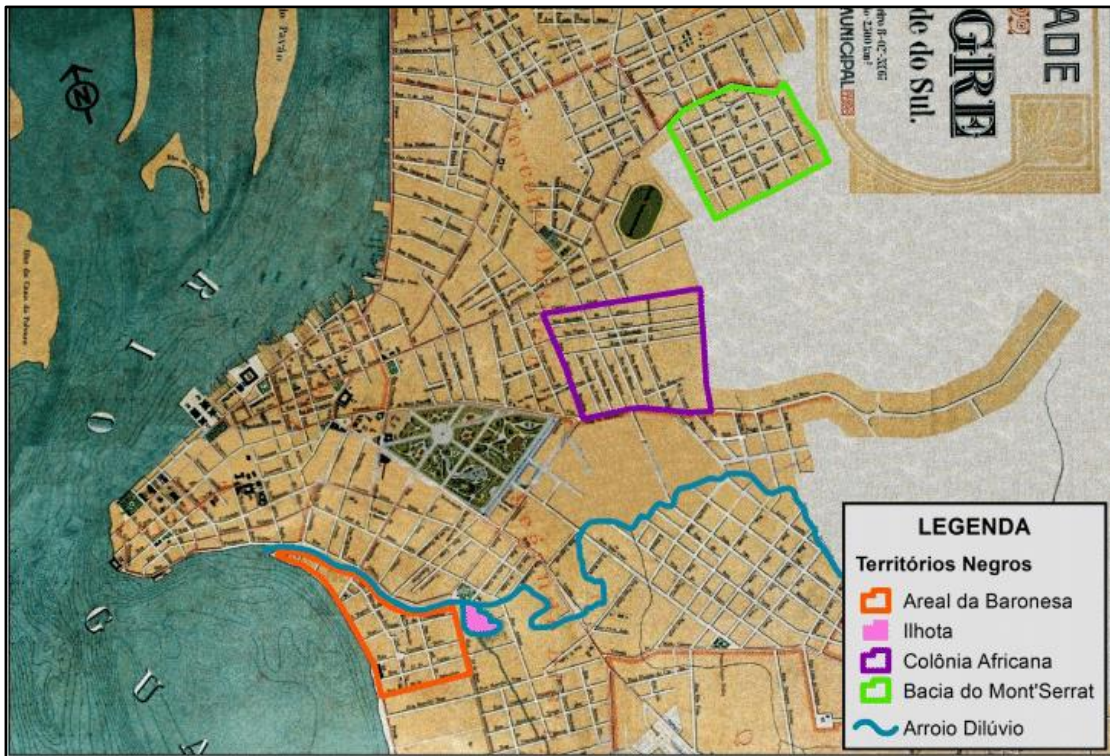
Neste capítulo desenvolvo uma análise da Restinga como território urbano periférico e, a partir disso, sobretudo dos discursos produzidos nas instâncias institucionais de produção das Políticas Públicas, a inserção de programas de governos, como o POD. Junto com isso, analiso alguns elementos sobre a tomada de consciência das/os jovens da Restinga a respeito das contradições do POD e de sua própria condição de juventude de periferia que enfrenta cotidianamente violências de direitos.

5.1 Conhecendo a Restinga

Todo território tem sua especificidade, não sendo adequado tratar todas as periferias homogeneamente, pois cada local tem sua história e, no caso da Restinga, uma história de luta e resistência, que começa na região central da cidade de Porto Alegre/RS, em um lugar chamado de Ilhota.

A Restinga é comumente chamada de Quilombo de Porto Alegre. Apesar de não ser um quilombo urbano tem a maior concentração de população negra da cidade. Junto com Bom Jesus, Mario Quintana, Coronel Aparicio Borges e Cascata, tem 37,6% de seus habitantes autodeclarados negros (IBGE 2010).

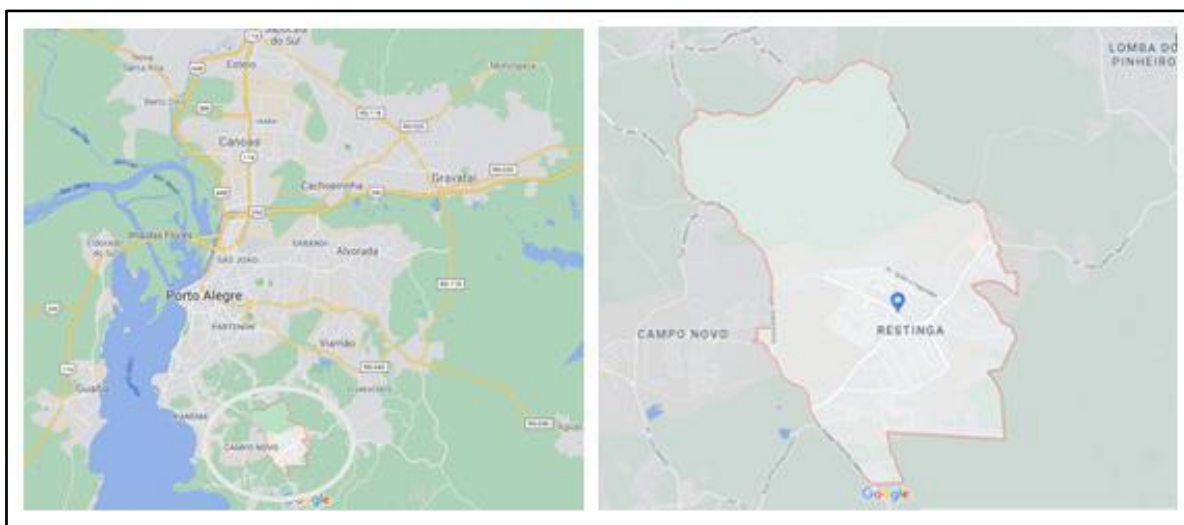
Figura 17 – Territórios Negros/Ilhota



Fonte: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/11/pesquisadora-da-ufrgs-e-premiada-por-cartografia-de-territorios-negros-nos-mapas-historicos-de-porto-alegre/>

A constituição do bairro Restinga da cidade de Porto Alegre tem, na sua base, uma perversidade higienista e racista. O início do povoamento ocorreu em 1965, quando os moradores do antigo bairro da Ilhota, localizado em parte do território onde atualmente encontra-se o bairro Menino Deus, foram removidos de suas moradias e transferidos para uma área a cerca de 22 quilômetros do centro da cidade. Portanto, 'a Restinga', como é chamada e conhecida, foi criada com o objetivo de abrigar uma população que o poder público não queria que estivesse no centro da cidade e só foi considerado oficialmente um bairro a partir de 1990, a partir da luta de seus moradores. (GAMALHO, 2010)

Figura 18 – Mapa e localização da Restinga em relação ao centro



Fonte: Google Maps

A justificativa para a remoção dos bairros foi a infraestrutura, no entanto o local para onde foram alocados também não contava com tal organização habitacional, conforme consta no documento “História dos bairros de Porto Alegre” do Centro de Pesquisa Histórica vinculada a Coordenação de Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura:

Nos anos 60, Porto Alegre, ao mesmo tempo em que mostrava um rápido processo de urbanização, através da abertura de avenidas e construção de prédios modernos, tinha graves problemas de infra-estrutura na área habitacional. Para reorganizar o espaço, foi criado o DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação, em 1965, cuja prioridade era buscar alternativas para regiões alagadiças da cidade, de grande insalubridade para as populações ali residentes. Assim, moradores das Vilas Theodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia foram removidos, a partir de 1966, para a Vila Restinga Velha. Mas em função da inexistência de infra-estrutura - esgotos a céu aberto, falta de calçamento, moradias precárias -, o que se verificou foi a reprodução de um espaço em um novo lugar: falta de condições mínimas, bem como ocupação de áreas de risco junto à encosta do morro São Pedro. (PORTO ALEGRE, s/ ano)

Com características urbanas, ‘a Restinga’ é reconhecida como um bairro pobre, circundado por morros, sendo considerado o mais populoso do município. Segundo dados do ObservaPoA/IBGE, baseados no censo de 2010. Segundo documento intitulado “Mapas e Indicadores das Vulnerabilidades Sociais”, lançado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 2007, o bairro naquele ano era considerado o décimo quarto bairro mais vulnerável do município⁷⁴. A região tem uma população de 60.729 habitantes, apesar de ser um número duvidoso frente às

⁷⁴PMPA. Mapas e Indicadores das Vulnerabilidades Sociais. Porto Alegre, 2007. Disponível em:

http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/mapas_e_indicadores_vulnerab_social_fasc_suas.pdf

inúmeras ocupações não regulamentadas, das distintas vilas e violas presentes. Contudo, mesmo com esse número subnotificado, ela representa 4,31% da população do município, isso numa área de 38,56 km², representa 8,10% da área do município (IBGE, 2010). Atualmente a Restinga agrupa 27 vilas, entre elas Pitinga, Restinga Nova, Restinga Velha, Mariana, Barro Vermelho, Chácara do Banco, Flor da Restinga, Monte Castelo e Santa Rita. (PORTO ALEGRE, 2013)

Conforme dados do Censo do IBGE, em 2010, a taxa de analfabetismo era de 4,03% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio, de 2,10 salários mínimos. A média municipal de rendimento era de 5,29 e, a da Restinga, era uma das mais baixas da Capital.

A saúde é um ponto crítico do bairro, a população excede a capacidade de atendimento dos três Postos de Saúde da Família e das duas Unidades de Saúde. Há um hospital administrado, atualmente, pelo grupo Moinhos de Vento. Outra grande reclamação é o transporte público, mesmo com um número relativamente alto de linhas (8 delas), contudo, essas não dão conta do grande volume de passageiros.

Quanto à situação de rua de crianças e adolescentes, conforme o serviço Ação Rua, quase a totalidade segue sendo relativa à sobrevivência e não moradia. A mendicância e o trabalho com materiais recicláveis (coleta e venda) são as principais situações de trabalho infantil na região.

A rede de educação da Restinga conta com 12 escolas municipais, entre ensino fundamental e infantil, e cinco colégios estaduais. E, em relação a evasão escolar da juventude moradora do bairro, texto produzido por Gadea *et al.* (2017) nos é trazido o dado de que 41,2% da população jovem da Restinga estudou somente até o sétimo ano do ensino fundamental.

Conforme a FASC, em levantamento feito em 2013, a rede socioassistencial de serviços próprios e conveniados da região é formada por 01 CRAS Ampliado Restinga e pelo CRAS Básico 5ª Unidade, 03 núcleos conveniados com o Serviço de Atendimento Familiar – SAF, 05 núcleos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV – 6 a 15 anos, 8 coletivos de ProJovem Adolescente, 06 núcleos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV – Trabalho Educativo/ - 15 a 17 anos, 01 CREAS e 02 núcleos com 05 convênios de Acolhimento Institucional na modalidade Casa Lar. Esses números foram drasticamente

modificados durante a pandemia de COVID-19, mas não há divulgação oficial dos novos números.

5.2 Os Programas e suas contradições e as/os jovens da Restinga

A combinação de distância do centro, baixas taxas de escolaridade e renda, altos níveis de desemprego e uma grande quantidade de população têm relações com os índices de violência, a presença e atuação de organizações vinculadas ao tráfico de drogas, com brigas declaradas entre facções entre a Restinga Velha e a Restinga Nova, questão essa que inclusive limitou algumas atividades do CJ dentro do território.

Nesse contexto, é possível notar recorrentes discursos a respeito das demandas de ações voltadas para jovens adultos, envolvendo, sobretudo, segurança, qualificação profissional e preparação para o mundo do trabalho. Alguns deles se transformaram em programas prometendo 'a paz', como o Programa Território da Paz lançado em Porto Alegre no final de 2011, nos bairros Lomba do Pinheiro, Santa Tereza, Restinga e Rubem Berta.

Conforme Teixeira (2016, p.67):

A política dos Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi implementada em áreas conflagradas do Estado, onde o índice de casos de homicídios é elevado. Esse programa tem o intuito de promover ações sociais de prevenção à violência, por meio de um projeto de inclusão social, proteção aos vulneráveis e aplicação de uma polícia comunitária que atue em parceria com as lideranças locais, entre outras medidas, para a redução da violência e da criminalidade urbana. Apesar dos esforços e do impacto que o programa revelou inicialmente, com as trocas de governos e com algumas decisões político-administrativas, o Pronasci perdeu eficácia no âmbito nacional. Além disso, teve, paulatinamente, os recursos e investimentos reduzidos, até que, por contenção de despesas, o governo estadual optou por retirar o policiamento dos territórios de paz. Dessa forma, as sedes e postos de vigilância foram abandonados.

Essa ineficácia também se observou em Porto Alegre, pois em aproximadamente 3 anos e 395 homicídios depois, os territórios da paz lançados em setembro de 2011 nos bairros Lomba do Pinheiro, Santa Tereza, Restinga e Rubem Berta continuam respondendo por um terço dos assassinatos na Capital. Continuam sendo mortas, em média, até 12 pessoas por mês nessas regiões da cidade. E o silêncio da vizinhança também segue sendo a rotina no momento de tentar

solucionar esses crimes. Esses dados foram publicados pelo Jornal Diário Gaúcho, da seguinte forma:⁷⁵

Nos primeiros meses de 2011, antes da criação dos territórios, os bairros somavam 107 homicídios. Equivalente a 35,6% da Capital.

Depois de mil dias, foram registrados 395 homicídios entre os quatro territórios. São 31,4% do total de 1.256 assassinatos registrados na Capital neste período.

Restinga:

Foram 118 assassinatos em mil dias. Média de uma morte a cada oito dias.

2011 (até 13/09) - 35 homicídios (3,8/mês)

2011 (após 13/09) - 15 homicídios (3,7/mês)

2012 - 34 homicídios (2,8/mês)

2013 - 44 homicídios (3,6/mês)

2014 - 25 homicídios (4,1/mês)

Ao encontro desse programa vieram os Centros da Juventude (CJs). O projeto-piloto foi implantado em 2012 no bairro Lomba do Pinheiro e, posteriormente, levado a outros territórios. As ações nos CJs estão diretamente relacionadas às atividades do Programa dos Territórios da Paz. No âmbito dos Centros, elas foram ampliadas, dando origem ao Programa Oportunidades e Direitos (POD).

O CJ Restinga foi inaugurado oficialmente em dezembro de 2017 e localiza-se em uma das principais avenidas do bairro. Configura-se como um acesso público de uso da comunidade, não havendo uma pré-seleção em quem pode desenvolver uma trajetória formativa nos cursos ou não, apenas a idade (15 a 24 anos). Basta fazer a inscrição, acolhimento e já está inserido. O CJ faz um trabalho voltado para adequar suas atividades ao perfil de cada jovem. O primeiro momento de acolhimento é o estabelecimento de um Plano Individual de Realização (PIR), em que é traçado, junto com o jovem, um caminho a percorrer que seja adequado às necessidades e à personalidade dele.

Nesse sentido, o Centro estabelece uma relação com os diversos serviços das redes públicas de saúde, educação e assistência social, participando dos conselhos e fóruns do território. Para operacionalizar e garantir isso, conta com uma equipe é formada por coordenadores, educadores referências, educadores específicos, educadores sociais, equipe de apoio (limpeza, cozinha e portaria) e equipe técnica (assistente social e psicóloga).

Cerca de 100 jovens estão inseridas/os e circulam pelo CJ Restinga diariamente. Até final de 2019 em torno de 1.200 jovens já haviam participado e/ou concluído algum dos cursos ofertados no Centro, e cerca de 400 jovens foram

⁷⁵<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2014/06/territorios-da-paz-em-porto-alegre-completam-mil-dias-continuam-violentos-mas-projetos-sociais-comecam-a-surgir-4522160.html>

encaminhados para postos de aprendizagem, estágio e trabalho formal. As/os jovens que acessam o CJ Restinga são residentes dos bairros Restinga, Pitinga, Hípica, Belém Novo e Campo Novo. Tem entre 15 e 24 anos, sendo a maioria entre 16 e 18 anos. Suas famílias são atendidas pelos aparelhos da assistência social, entre eles o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Serviço de Assistência Familiar (SAF) e o Programa Ação Rua. Algumas/uns são institucionalizados em abrigos da região. Todas/os são estudantes de escola pública, a grande maioria em defasagem escolar, muitos na Educação para Jovens e Adultos (EJA). Mesmo não sendo um pré-requisito estar estudando para acessar o CJ, este é um dos compromissos da equipe, que conta com uma Articuladora de Inserção Profissional e Educacional, que procura manter vínculos com as escolas do território.

São jovens em grande maioria negras e negros com uma situação familiar de direitos violados. Por exemplo, muitas/os acessam o Centro por uma situação de insegurança alimentar, sendo frequentemente o único espaço de alimentação dessas/es jovens.

O acesso das/os jovens se dá basicamente por duas formas. A primeira através dos aparelhos da assistência que, identificando a necessidade, fazem um encaminhamento diretamente ao Centro, sendo que essas/es em grande maioria se encaixam nas definições colocadas acima, insegurança alimentar e direitos violados. Outra forma de acesso é a ida da/o jovem e/ou sua família diretamente ao Centro, em busca de qualificação profissional, essa diretamente ligada à procura de emprego e renda, seja por estágio, aprendizagem (Jovem Aprendiz) ou trabalho formal. Tanto o perfil dos encaminhamentos ou o da procura direta são envoltos de questões de violação de direitos, seja por parte da família ou por parte do Estado.

O CJ é colocado em um lugar de relações liminares, pois não é um aparelho da assistência e não é um ambiente escolar. Isso faz com que os encaminhamentos sejam os mais diversos possíveis e, visto a necessidade de um local de socialização desses jovens no território, o Centro acaba sendo visto como um espaço de lazer, onde os as/os jovens podem exercer suas formas de ser, se expressar e se comunicar. Muitas/os inclusive permanecem frequentando e participando mesmo após concluírem seus cursos profissionalizantes, pois identificam o espaço como um lugar seguro.

Essa juventude que apesar dos inúmeros problemas sociais que enfrenta no

seu cotidiano, apontava/aponta seus desejos de ter um tempo, espaço, local, oportunidade, para se divertir. Mas que espaços e condições estão reservados para esse público? Há algum? Nos questionamos sobre isso porque, observando e convivendo com essas/esses jovens foi possível notar que existem barreiras – como o racismo e de distâncias históricas e concretas – que fazem com que elas/es não se sintam pertencentes a certos espaços da cidade. Contudo, ao contrário disso, foi possível notar e anotar diversas iniciativas culturais de ocupação de espaços públicos por parte dessa juventude – por iniciativa dela própria – que tem um potencial criativo imenso.

Ao longo do processo de pesquisa (com destaque para a observação participante) foi possível discutir as experiências dessas/es jovens nas situações de ocupação dos espaços públicos e que acabaram de formas repressivas e truculentas pela segurança do Poder Público. Nesse sentido, elas/es descreveram diversos exemplos de cerceamento da possibilidade de vivências de lazer, como o caso do Viaduto do *Brooklin*, da escadaria da Borges, do Largo Zumbi dos Palmares, da Cidade Baixa, do Largo Glênio Peres, da Orla do Guaíba e da Esquina Democrática. Esses exemplos na região central de Porto Alegre, mas também foram descritos e debatidos os casos do baile funk do Campo da Tuca, das festas na cruz do Morro da Cruz, da parada 10 da Lomba do Pinheiro, no Centro de Comunidade da Vila Restinga (CECORES) e Esplanada da Restinga.

Tais situações levaram as/os jovens a perceberem as próprias contradições do POD, na medida em que ele tem como um dos eixos a Ação Policial Local. Segundo dados do Atlas da Violência (2019), são as/os jovens negros periféricos que mais sofrem violência e destaque no número de mortes. Ainda, segundo dado do mesmo documento, jovens negros tem 2,7 mais chances de ser assassinados do que jovens brancos. Os dados evidenciados no Atlas sobre a violência no Brasil indicam que: nos últimos dez anos, o número de homicídios de negros cresceu 30% a mais do que o de não negros; em 2017, houve uma redução de 0,3% no homicídio de não negros enquanto o de negros cresceu 7,2%; e 75,5% das vítimas de homicídios são indivíduos negros, 91,8% das vítimas é homem e, dentre os homens, 55,0% dos homicídios acontece no período da juventude, entre 15 e 29 anos.

Um relato nos ajuda a mostrar essa percepção das/os jovens. Tratou-se de uma ação realizada no Centro da juventude Restinga, em novembro de 2019. Foi realizado um evento chamado 'Social do POD', reunindo todos os 6 CJs para um dia

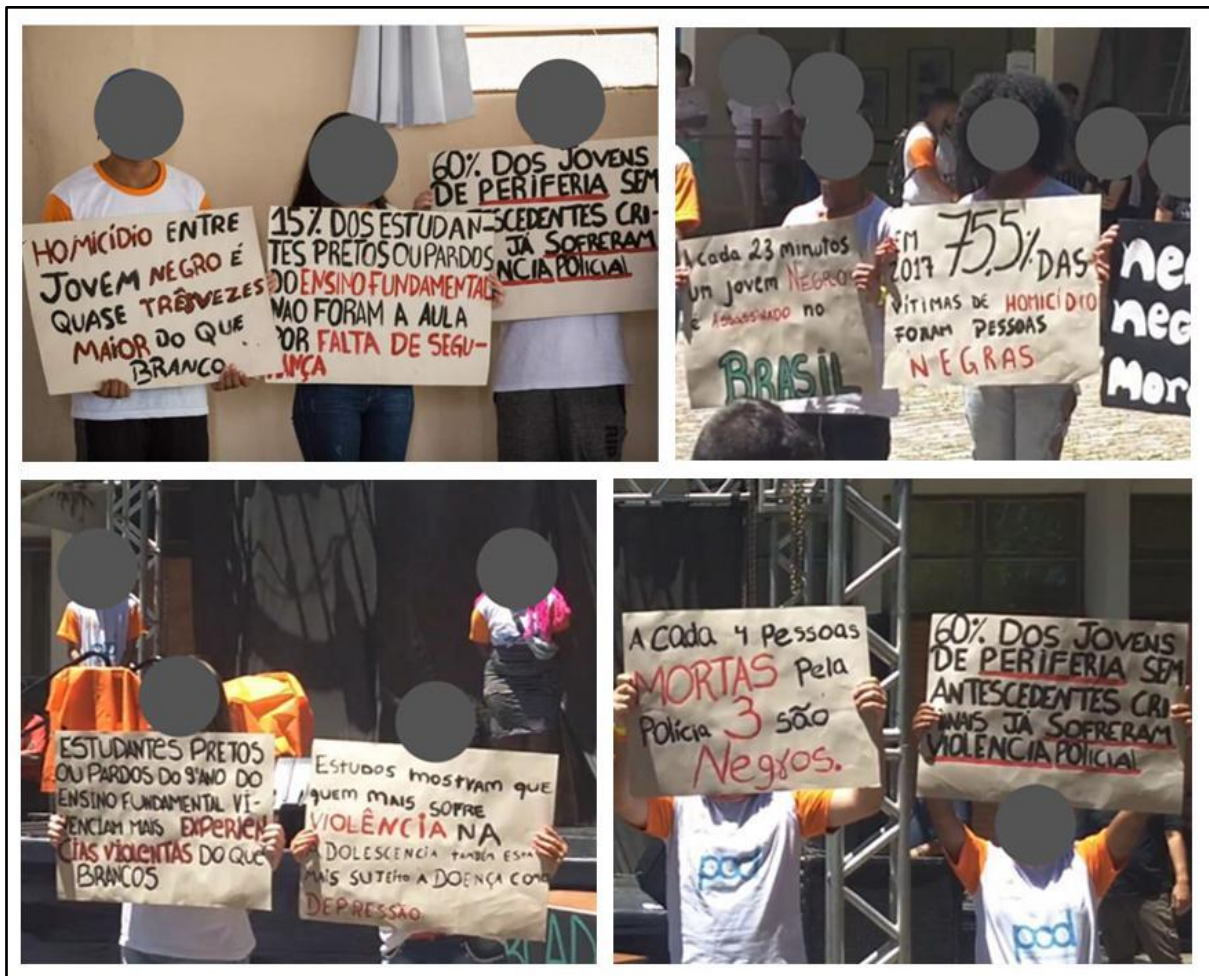
de festividades e outras ações. Nesse ano, a temática do encontro foi o racismo e cada CJ deveria apresentar um teatro sobre o tema. Em meio a apresentações artísticas de dança, *rap*, *hip hop* e *slam*, um dos grupos com os quais era realizada a observação participante apresentou um teatro voltado a um tema gritante para aqueles/esses jovens: a violência policial. Durante 20 minutos foram apresentadas cenas que as/os jovens vivenciam em suas realidades, tendo como pauta norteadora uma poesia declamada por uma das jovens:

Em um dia belo
 Um simples menino correndo
 Com os punhos fechados
 Ele segurava o dinheiro na mão
 No caminho ao mercado ele avistou uma confusão
 Então ele aperta o passo
 Ele corria tão ligeiro
 Pra comprar apenas uma bala de sete belo
 E de repente ele diminui a velocidade
 Em suas costas dois homens fardados
 O menino sente medo
 Somente dois homens e uma criança crioula naquele beco
 Ele não pode explicar o porque estava correndo
 Quando foi abrir a boca já não havia mais tempo
 A favela ouve cinco disparos
 pahpahpahpahpah
 As notícias se espalham
 O menino foi acusado morto
 Por tentativa de roubo
 Todos na quebrada não concordaram
 E gritaram jamais
 O que na mão achavam que eram drogas
 Era apenas 2 reais
 Essas situações são reais
 Favela chora
 Por mais um menor detido
 Aqui nada vai passar batido
 Mas um dos nossos foi abatido
 Muitos vão dizer que isso não faz sentido
 Não adianta ter olho grande
 E não enxergar o que tá nítido
 Vocês não sabem diferenciar
 O mal revestido com o bem embutido
 O que vocês gostam de julgar é o menor pobre e "mal vestido"
 No dia seguinte
 A mãe do menino foi gritar em frente à delegacia por justiça
 Ela incomodava por ser mulher negra e insubmissa
 Ela seguia afrontando os racistas
 os blindados falaram de segurança
 segurança do próprio umbigo
 quem mora no gueto, neguin
 é quem realmente corre perigo
 A noite a mãe dorme com esperança
 E acorda sem a vida do filho
 Ajoelhada em poça de sangue
 Gritando o meu filho não era bandido
 Moral da história, morreu mais um dos ppp

Preto, pobre, periférico que foi confundido
(Slam da jovem Ana Luiza)

Finalizamos a apresentação com cartazes contendo dados de violência e racismo e distribuindo imagens de jovens negros periféricos que foram assassinados por policiais.

Figura 19 – Apresentação teatral dos jovens do CJ Restinga no evento Social do POD



Fonte: Arquivo pessoal outubro/2019

Com esses dados queremos afirmar que as condições concretas e históricas de vida dessas/es jovens – também orientadas/os e provocadas/os pelos orientadores – as/os fazem perceber e manifestar, como coletivos jovens, negros e da periferia, as contradições do próprio programa. O POD se constitui institucionalmente numa perspectiva salvacionista baseada – das/os jovens de serem vítimas ou adentrarem no ‘mundo do crime’ –, através de discursos de empreendedorismo, de ações de profissionalização oferecidas, mas não há um olhar

para a vida concreta nas quais elas/es estão produzindo suas experiências.

Na convivência com os jovens, como educadora-pesquisadora e, para além dos interesses salvacionistas intensamente presentes nos universos da assistência social, aprendi que uma educação antirracista seja de extrema importante nos mais diversos tipos de ambientes educacionais. Falar de empoderamento é sim muito importante, mas não é o suficiente; é necessário rebater e lutar contra o racismo estrutural, institucional, que está enraizado em nosso país. Falar de racismo não se resume em citar o dia 13 de maio e não envolve somente no novembro negro, em alusão à luta de Zumbi e Dandara dos Palmares; é uma prática cotidiana, em uma troca diária com quem vive essa realidade na pele. É utilizar elementos culturais e ferramentas ancestrais para retomar uma luta que deve ser constante. Como bem diz Angela Davis, “Não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. Para professoras/es e educadoras/es essa tarefa é primordial.

Essa construção de uma noção de uma consciência coletiva negra e periférica no contexto do POD tem uma outra ressonância relevante. Se o Programa em si não perspectiva em seus objetivos e/ou planos de trabalho o CJ como um espaço de lazer, ao longo das observações, junto com as experiências compartilhadas, foi possível apreender que há algo mais do que um esforço pedagógico direcionado e protagonizado pelos dirigentes e educadores para a profissionalização, empreendedorismo. É isso que procuro explorar no próximo capítulo.

6 O LAZER NO CJ RESTINGA: QUANDO A DIVERSÃO É AÇÃO POLÍTICA

Tão bom fingir que a vida é assim só lazer, paz e amor pode crer
Um dia você vai descobrir que o esquema é só pra te roubar
Só Lazer – Charlie Brown Júnior (2001)

O presente capítulo traz um olhar analítico sobre um território da periferia da cidade de Porto Alegre – a Restinga –, no qual uma parte significativa da população convive com violações de direitos, no que diz respeito à moradia/saneamento básico, alimentação, trabalho, renda, segurança e lazer. Essa história o faz suscetível a programas de governos mobilizados por discursos salvacionistas sobretudo em relação à pacificação e à educação das/os jovens para o trabalho. Entre esses programas está o POD.

No Centro, as/os jovens entram em contato com diferentes ações que buscam a incorporação dos discursos oficiais e institucionais como forma de enfrentar os riscos do território e vencer na vida pelos seus esforços. Contudo, apesar desses discursos e interesses, não foi difícil observar as/os jovens que se inserem no CJ desenvolvem seus coletivos e permanecem naquele universo não apenas para obter seus certificados e diplomas. Elas/as chamam a atenção das/os educadoras/es do Centro para suas demandas de lazer e, com elas, criam oportunidades de se compreenderem como juventude periférica da cidade.

Diante disso, numa perspectiva materialista histórica, me propus a analisar alguns elementos que faziam do POD/CJ Restinga um espaço de lazer, como cultura de diversões implicadas por dinâmicas de educação popular capaz de emergir condições para a juventude periférica perceber as contradições sociais e criar possibilidades de questionamentos. Eu estava diante de um conjunto de práticas de diversões que não se desvinculava da prática política (já trouxe uma situação como essa anteriormente, no capítulo anterior, quanto descrevi as ações-transformações das/os jovens no *slam*).

Isso me fez olhar para uma literatura que procura compreender o lazer como um fenômeno político. Entre as obras, acessei o manifesto sobre o direito à preguiça de Lafargue (2000) e a perspectiva utópica da lazerania sustentada por Mascarenhas (2005). Nessa linha crítica emancipatória, significa olhar para o lazer como lutas de classes, nas quais os esforços das/os jovens para se divertirem no CJ

colocam em questão mais do que a conquista de tempos, de espaços e de práticas, estando aí um processo de emancipação ou, pelo menos, de questionamento da cultura hegemônica (de classe).

Além disso, a situação vivenciada e aqui analisada da juventude no CJ Restinga, me possibilitou dialogar – pelas suas diferenças – com o trabalho desenvolvido por Costa, Mascarenhas e Wiggers (2011). Nesse estudo, as/os autoras/es analisaram a inserção e o significado do lazer no Programa Escola Aberta do Ministério da Educação, onde o lazer era um eixo de organização de trabalho pedagógico. Investigaram uma Escola de uma região administrativa do Distrito Federal caracterizada por baixas condições socioeconômicas, chegando à conclusão de que o lazer, naquele universo estaria eclipsado, no sentido de que as oficinas e ações vinculadas ao trabalho ganharam protagonismo no desenvolvimento do programa, se colocando como mais significativas em relação às ações e às práticas vinculadas ao lazer.

Segundo as/os autoras/es desse estudo sobre o lazer eclipsado uma inversão de lógicas. E, no caso das experiências e demandas das/os jovens no CJ Restinga, estivemos diante de um fenômeno distinto, não com a capacidade de inverter as lógicas do POD, mas com condições de provocar outras aprendizagens não oficiais e institucionais. É o que passo a descrever e, depois, analisar.

6.1 O POD, as/os jovens e o lazer

Considerando o posicionamento do POD passei a me questionar sobre qual seria o lugar do lazer nos documentos do Programa. Notei que essa questão entra apenas como uma temática dentro do eixo socioafirmativo, se referindo à “realização de atividades culturais, esportivas e de lazer” e “oferecendo qualificação profissional e atividades de lazer” (RIO GRANDE DO SUL, 2017 p. 12). Tanto nos documentos, quando no dia a dia do CJ o lazer é colocado como algo secundário, até mesmo em comparação com o esporte; não é nítido a qual lazer os documentos se referem e diariamente o lazer é apenas uma palavra colada ao esporte nas oficinas de Esporte e Lazer do Eixo socioafirmativo. Não há uma indicação de centralidade nessa questão, sendo possível afirmar, a partir das observações participantes, que o próprio eixo socioafirmativo opera de forma secundarizada, preenchendo as lacunas do eixo socioprofissionalizante.

Contudo, enquanto os dados mostram que em outros territórios a rotatividade de jovens é maior, no território da Restinga a relação das/os jovens com o serviço ofertado pelo CJ é marcadamente diferente. Relatos cotidianos circulavam de que nos demais as/os jovens acessavam o espaço, faziam sua inscrição, concluíam seu curso, se formavam e saíam dos espaços. Particularmente na Restinga esse processo é diferente. Já no quarto ano de execução do programa e ainda se percebe, naquele espaço, jovens que se inscreveram no primeiro ano, que já se formaram em todos os cursos oferecidos, mas que solicitam manter o vínculo porque, na linguagem deles mesmos, 'eu curto afu ficar aqui sora, me sinto em casa'. O fato de existir uma equipe com múltiplas formações e uma equipe técnica à disposição das e dos jovens e suas famílias é um diferencial. Desde a acolhida no espaço é estabelecida uma relação muito próxima às famílias, uma relação que muitas vezes não foi consolidada em outros serviços da Rede Socioassistencial do território, por diversos motivos.

Enquanto alguns CJs conferem mais ênfase ao eixo socioprofissionalizante, focando nos cursos e diplomas, no CJ da Restinga observei que essa divisão parece ser mais equilibrada entre os 3 eixos. Entendi que essa decisão organizacional faz com que as/os jovens participem mais das atividades do espaço, permaneçam por mais tempo e criem vínculos com a equipe e, sobretudo, com as/os demais jovens do espaço. Diante disso, não raramente eram acolhidas/os jovens que não tinham atividade naquele dia e horário, mas acessaram o espaço e pediram 'só para ficar por ali' para ver os amigos, conversar com a equipe, tentar se inserir em alguma atividade, etc. Os produtos da oficina fotografar realizada com as/os jovens me ajuda a demonstrar essa situação.

Figura 20 – Oficina de Fotografia “O que é o CJ?”



Fonte: Acervo próprio

Muitas/os jovens que inclusive já finalizaram seus cursos profissionalizantes permanecem frequentando o Centro, pois identificam ali um espaço onde podem se expressar livremente, e que são inclusive instigados a isso. E, foi diante dessa provocação e demanda da juventude, que foram abertas novas oficinas, como a de Culturas Juvenis e o CJ Resistência. Essas ações envolviam grupos de jovens formados para debater políticas públicas para a juventude, porém um grupo auto-organizado. As/Os próprias/os jovens criaram e debatiam, inclusive a realização de uma assembleia mensal somente com as/os jovens para colocar suas demandas.

A relação das/os jovens com o espaço se expressa em momentos, principalmente quando não estão em atividades, e escolhem permanecer, mesmo quando não há a possibilidade de encaixá-los em alguma atividade que esteja acontecendo, devido a lotação da turma, eles permanecem na recepção, no refeitório e até mesmo na frente do prédio, sentados na calçada, conversando, cantando, dançando, interagindo entre si. Certa vez, por exemplo, um grupo de jovens, que não tinha atividade, pediu para que uma das educadoras os

acompanhassem até o Pampa, campo de futebol do território, para “dar uma aula”, porque eles queriam “fazer uma atividade do CJ”.

Nesses momentos fica claro que o mais significativo não era concluir o curso ou pegar o diploma, mas estar ali vivenciando uma forma de lazer, “curtindo” e ficando com os amigos, prática essa que poderia ocorrer em algum espaço público sem a intervenção do CJ, mas eles optaram por manter esse vínculo. E, além dessa perspectiva de apropriação desse coletivo jovem periférico, fazia parte da atuação e intervenção com as/os jovens o acesso a espaços e equipamentos públicos de lazer existentes no território da Restinga. Várias oficinas foram realizadas nesses espaços e equipamentos, como o CECORES, PAMPA, Esplanada, *Benx* e diversas praças, tendo como perspectiva a construção da consciência das condições sociais e históricas também para se divertirem e, dessa forma, atuarem e lutarem por melhores condições e oportunidades nos seus tempos livres.

Isso nos mostra que o POD acaba tendo um objetivo diferente do que as/os jovens realmente querem, não que eles não queiram cursos profissionalizantes, certificados e diplomas; eles querem, mas querem mais que isso. Percebemos que estão ávidos por espaços de lazer, nos quais possam ser acolhidos, ouvidos e que possam simplesmente estar presentes, seja para conversar, seja para só ter um local para ficar, lancha e se sentir pertencentes a um lugar. Essa é uma referência ao CJ Restinga bastante presente nas manifestações das/os jovens desse território que tem suas marcas históricas atreladas a violações de direitos e discursos salvacionistas que não procuram incidir sobre a mudança de vida da população.

6.2 A diversão como uma ação política

As descrições apontadas acima nos levaram a duas análises sobre a educação política no lazer. A primeira coloca as conquistas da juventude no CJ Restinga (buscando permanência, conversas, atividades, ocupando as oficinas, etc.), tomando-o como um lugar permeável de interesses (não é uma instituição escolar, nem aparelho assistencial, tampouco militar, contudo, dialoga com elas) e, no sentido de se abrir para demandas desse coletivo. Entre essas demandas estavam as de lazer, não no sentido de ter o CJ como um oásis ou uma esfera que distancia as/os jovens da realidade concreta, que os faz esquecer dos problemas ou aliviar a pressão do cotidiano, muito pelo contrário, como um conjunto de práticas coletivas-

culturais de diversão – que também são ações-transformações no/do mundo – que possibilitam compreender as contradições do próprio POD e, ao fazer isso, abre possibilidades de disputa das hegemonias de classes.

Esse tipo de compreensão do lugar do lazer como fenômeno social e político, está colocado no trabalho de Marcellino (1987), quando o autor sustenta que esse fenômeno, como cultura vivenciada e fruída, é materializa tempo, espaço e atitudes privilegiadas para a mudança ou, pelo menos, questionamento da ordem social, moral, intelectual e cultural. Nas palavras Marcellino (1987, p. 84), “o lazer tem um papel preponderante e fundamental, como mediadora entre a cultura popular e a dominante”. Notei nos engajamentos das/os jovens no CJ Restinga uma possibilidade de ocorrência dessa mediação na perspectiva de questionamento da ordem dominante, aquela oficial, institucional, impregnada pela lógica salvacionista.

Não não estou tratando de uma revolução, mas de que a conquista dos jovens para suas permanências e atividades com sentidos de lazeres, se oferecem como lugares de organização da cultura, como tempo e espaço de educação, de compreensão das contradições e de disputa da hegemonia institucionalizada. É nesse sentido que a conquista, não necessariamente atravessada por enfrentamentos, mas muito mais por diálogos, dos jovens para a diversão no CJ é uma conquista política da classe da juventude e tal ação no mundo produz efeitos naqueles que transformaram, ainda que de maneira pontual, algumas dinâmicas de ocupação e de ação do POD.

Estou tratando aqui daquilo que Mascarenhas (2005) denominou de lazerania, isto é, ações concretas através das quais os sujeitos (as/os jovens no presente caso), ao se divertirem, constituem e experimentam outra sociedade, baseada em dinâmicas que reconhecem a autodeterminação e o protagonismo popular. Isso nos leva a pensar o lazer como uma pedagogia crítica, orientada pela educação popular.

E está aí a segunda reflexão analítica sobre o lazer e a educação, colocando destaque sobre a atuação da/o educador/a que trabalha com as/os jovens. As práticas pedagógicas que envolvem diversão ou que são divertidas, aquelas consideradas de lazer, não se esgotavam na oferta de um conjunto de atividades para passar o tempo, para afastar da realidade, para repor as energias. Os tempos, os espaços, as práticas e até mesmo as atitudes de diversão são de classe, são construções atravessadas por relações (e dominações) de classes, pelo capital e o trabalho. É, portanto, pensar que atuar pedagogicamente de maneira crítica a partir

do que Marcellino (1992) denominou de especificidade concreta e histórica do lazer, o que exige um exercício de reflexão significativo dos trabalhadores da educação.

Entender a relevância das conquistas das/os jovens no CJ Restinga para ocupá-lo como espaço-tempo de lazer, envolve a orientação dos trabalhadores do programa como o que Isayama (2002, 2003) denominou de intelectual orgânico. Segundo o autor, diferente do intelectual tradicional (que trabalha a serviço da visão de mundo das classes dominantes, escamoteando as diferenças de classe social e de poder, supondo que os indivíduos sejam os principais responsáveis pela posição que ocupam na estrutura social), o intelectual orgânico está engajado com o povo que se diverte (as/os jovens no nosso caso), na tentativa de criar oportunidades para o desenvolvimento de autonomia e emancipação, o que perpassa a compreensão das contradições sociais e históricas, das relações entre capital e trabalho, de si mesmo como sujeito coletivo marcado por elas. No POD/CJ Restinga as ações protagonizadas e provadas pelas/os próprias/os jovens criaram condições para isso, várias delas articuladas com os/as educadoras do programa.

Com essas reflexões não pretendo afirmar dizer que as ocupações de lazeres conquistadas pelas/os jovens no CJ eclipsaram e transformaram completamente e frontalmente os interesses institucionais e oficiais. Elas não tiveram essa possibilidade de inversão de prioridades como ocorreu no programa Escola Aberta analisado por Costa, Mascarenhas e Wiggers (2011). Mas chamaram a atenção para o fato de que a juventude e o seu lazer devem ser levados à sério como direito social a ser garantido.

6.3 O lazer como direito social

O lazer está fortemente vinculado ao tempo de não trabalho. Mas o que se faz nesse tempo? Certamente essa resposta é diferente dependendo da classe social e das condições reais de vida de cada sujeito. Enquanto, pela lógica do mercado, pela organização capitalista da sociedade, o lazer é propagandeado como o ato do consumo, tendo os *shopping centers* como seus locais de maior expressão, considerando que “as formas culturais de sociabilidade são também objetos de transformações constantes e atualmente aparecem como formas sociais demasiadamente orientadas por critérios de mercado.” (PACHECO, 2006, p. 178); é preciso considerá-lo também enquanto direito social, como uma reivindicação da

população pelo direito ao uso do tempo e do espaço de uma forma em que se tenha possibilidade de escolha e que não esteja predeterminada pela classe social. (PELLEGRIN, 2006). No sentido de enxergar o lazer sob uma outra perspectiva, que não a imposta pelo sistema social econômico em que vivemos, Pellegrin (2006) nos traz que:

Um grande desafio, trabalhando com essas questões do ponto de vista de uma concepção dialética da história, é a possibilidade de visualizar o lazer de uma outra perspectiva, de um outro mirante, como campo de políticas sociais e como tempo e espaço de vivência da cultura, mas com outros objetivos, que não os mantenedores de uma ordem econômica perversa, e com outros valores, que não os de uma moral conservadora e reacionária. Se reconhecemos que a realidade é contraditória, é preciso recuperar o sentido de que os homens e mulheres atuam no mundo em que vivem. PELLEGRIN, 2006, p. 118

Ainda sobre a relação trabalho-lazer, Pacheco (2006) nos traz que:

Pensar a transformação do trabalho nesta sociedade é, portanto, pensar nas possibilidades de mudança de valores na educação e no lazer, tal como se apresenta hoje - com suas contradições, ora como direito e necessidade humana, ora como mercadoria e estratégia de controle social - como espaços privilegiados para o exercício e a construção de novos valores que possam transformar o próprio trabalho e a sociedade. É preciso questionar se o lazer institucionalizado, usado como forma de controle social, pode também ele, contraditoriamente, servir à transformação social à revelia do que o Estado quer e mantém. (PACHECO, 2006, p. 183)

Nesse sentido, precisamos refletir sobre uma concepção de lazer que se pretende emancipatório, sob uma análise dos conflitos entre capital e trabalho. Para tal é necessária que essa concepção de lazer esteja articulada historicamente com as transformações sociais e os movimentos sociais (PELLEGRIN, 2006). Percebo que minha experiência de educadora-pesquisadora passou por essa articulação que não pretende separar as práticas de diversão da formação política. Pelo contrário, pude aprender – convivendo com as/os jovens – que o lazer é um espaço-tempo privilegiado de compreensão de si como sujeito coletivo, das contradições e das condições históricas e concretas da vida de um jovem na periferia de Porto Alegre. Por isso é que tratar das diversões no CJ tornou-se uma questão central.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério*⁷⁶
Charlie Brown Jr. e Negra Li

Desde o início dessa escrita os objetivos foram se desenrolando e amadurecendo. Muitos percalços traçaram as curvas dessa dissertação, até finalmente encontrar a linha de chegada, que na verdade não foi finalizada, mas está em constante mudança e reagindo à realidade imposta.

Finalizo este trabalho pelo início, pela escolha do título, quando fui oferecendo indicativos para esta escolha ao longo da escrita, mas acho importante finalizar com essa demarcação. Muitas são as formas em que um jovem é retratado, mas especialmente os jovens periféricos, sobretudo as e os negros são comumente taxados de marginais, sem perspectivas ou que precisam ser salvos, em uma lógica assistencialista⁷⁷. O que ocorre, e o que vim mostrando ao longo desta escrita é que não são os jovens que são vulneráveis, e sim as condições de vida a que são submetidos, sendo privados de seus direitos.

Não é sério que as e os jovens não querem um futuro digno. Não é sério que as e os jovens não sonham. Não é sério que as e os jovens queiram seguir um caminho “mais fácil”, como se, ser privados de seus direitos fosse “fácil”. Como as e os próprios jovens costumam falar aqui no CJ “ninguém leva a gente a sério”, “acham que a gente tá aqui a passeio”, “poxa sora eu sonho com um futuro bom e eu me esforço pra isso”, “já perdi muito cupincha pros cara sora, não quero ser mais um” esse último em alusão ao tráfico de drogas, que infelizmente não consegui dar conta de aprofundar aqui nesta dissertação.

As oportunidades e direitos ofertadas para esses jovens residentes do território da Restinga não são suficientes, como vim apresentando ao longo dos capítulos. Projetos como o Programa Oportunidades e Direitos acabam tendo um objetivo diferente do que as e os jovens realmente querem, não que os mesmos não queiram cursos profissionalizantes, certificados e diplomas, eles querem, mas

⁷⁶Não é sério - Canção de Charlie Brown Jr. e Negra Li

⁷⁷“O assistencialismo é, portanto, uma prática de dominação e, quando se torna vitorioso, produz a manipulação. Pelo valor da, entre aspas, gratidão, os assistidos se vinculam ao titular das ações de caráter assistencialista. Trata-se de uma prática que estimula a subserviência e a troca de favores.”
<https://www.gesuas.com.br/blog/assistencia-social-x-assistencialismo/>

querem mais que isso. Querem espaços de socialização, querem um espaço para se sentirem acolhidos, ouvidos e que possam simplesmente estar presentes, seja para conversar, seja para só ter um local para ficar, lancha e se sentir pertencentes a um lugar. Essa com certeza é a referência ao CJ que mais ouço das e dos jovens, indicando o CJ como um local acolhedor, que se sentem pertencentes, que tenham liberdade para ser quem são, sem julgamentos.

Por mais que o objetivo do programa não seja esse, o CJ acaba se transformando pelo anseio e necessidade das e dos jovens deste território. Posso, a partir disso, concluir que a juventude com a qual pude conviver carece de políticas públicas garantidoras de direitos sociais que de fato se efetivem nos territórios. Que não cheguem “do nada” impondo suas ideias e discursos sem dialogar com quem ali mora, não levando em consideração as especificidades e características do local e sobretudo o que realmente almejam.

Busquei, através deste trabalho, debater de forma crítica a dualidade contida no Programa de Oportunidades e Direitos do governo do estado do Rio Grande do Sul, apresentando os objetivos do programa e dialogando com a realidade dos jovens do território da Restinga. Com isso, observei no plano de trabalho do programa que a própria categoria de juventude é apresentada de forma muito genérica, sem levar em consideração a interseccionalidade e aspectos como oportunidades de trabalho, formação e educação, sua situação econômica, de moradia, contexto familiar, etc.

Pude compreender que as e os jovens desse território necessitam de um espaço social para exercer seu lazer e que dê atenção às suas necessidades, sem deixar de considerar suas subjetividades e objetividades de vida. As ações propostas para as trajetórias das/dos jovens no POD têm como questão a incorporação de uma dominação de classe, um potente instrumento pedagógico, que sob o argumento de combate à violência, proteção e oportunidades para as e os jovens, procura cristalizar valores da classe hegemônica. Essa pedagogia é objetivamente operacionalizada por meio de políticas voltadas a capacitações técnicas, vislumbrando um ideal de jovem que quer estudar, trabalhar, se qualificar com cursos, em uma lógica de produção e do consumo, podendo indicar uma dimensão utilitarista da vida. Sem considerar seus gostos, anseios e vontades. Sem levar em consideração suas vidas e sonhos.

Em contraponto a isso, faz-se necessário que o discurso de combate à violência que culpabiliza a juventude periférica pela violência que sofre, dê lugar a uma análise séria da questão social e da realidade particular dos territórios. A violência da qual a juventude periférica é vítima, é resultado da profunda desigualdade social fundante do sistema capitalista. O sistema causa a violência, não as e os jovens que precisam "se virar" para sobreviver. **É urgente que a juventude seja levada a sério, que seus direitos sejam garantidos e que possam, inclusive, ter o direito de sonhar.**

8 REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Eduardo. Desigualdades mórbidas: Reconhecer e ampliar a potência da Juventude. *In*: STEFANO, Daniela e MENDONÇA, Maria Luiza (Orgs.). **Direitos Humanos no Brasil 2014**: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, São Paulo: Outras expressões, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Entrevista realizada pelo canal Uol**: Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho digno, diz sociólogo. Setembro de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empresendedorismo.htm?cmpid=copia> Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal. *In*: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **A Cidadania Negada**: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

AQUINO, L. A juventude como foco das políticas públicas. *In*: CASTRO, Jorge Abrahão de.; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 25-39

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAGA, Ruy. **Os sentidos de Junho**. 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/os-sentidos-de-junho/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. 05 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 13.260, de 16 de março de 2013.** Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004.** Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF.

BROW JÚNIOR, CHARLIE. **100% Charlie Brown Jr. – Abalando a sua fábrica.** VEMI. 2001. disco sonoro (32:86 min), Só lazer – faixa 07.

BROW JÚNIOR, CHARLIE. **Nadando com os tubarões.** Virgin. 2000. disco sonoro (53:24 min), Não é sério (part Negra Li) – faixa 03.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, Jonatas Maia da; MASCARENHAS, Fernando; WIGGERS, Ingrid Dittrich. O lazer eclipsado: registros sobre o programa “Escola Aberta”. **Motriz: Revista de Educação Física**, [S.L.], v. 17, n. 4, p. 572, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1980-65742011000400001>.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; CUNHA, Suzana Ezequiel da. **Os caminhos da pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte: Puc Minas, 2004. 188 p.

DAS, Veena. Life and Words: Violence MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. **Arte & Ensaios** – Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, p. 123-151, 2016.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DEMIER, Felipe. **Nas ruas por direitos: uma análise das jornadas de junho de 2013.** 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/nas-ruas-por-direitos-uma-analise-das-jornadas-de-junho-de-2013>. Acesso em: 28 jul. 2019.

EMICIDA. **Sobre crianças, quadris, pesadelos e lições de casa...** Laboratório Fantasma sob licença da Sony Music. 2015. disco sonoro (51 min), Mandume – faixa 12

ESCOLA ABERTA. **Abrir uma ONG, OSCIP ou Instituto?** Julho de 2019. Disponível em: https://www.escolaaberta3setor.org.br/post/abrir-uma-ong-oscip-ou-instituto?qclid=Cj0KCQiA0rSABhDIARIsAJtifCe0c_3sTxviRA_KGoHoPhUUekaHRXqLDxq9bSFvH6-YOWKVi6GF3wgaAiRdEALw_wcB. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012. v. 1, p. 52-71.

FASC. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Caderno OP na Comunidade**, 2011. Quadro de entidades e metas conveniadas. CTAC/FASC/PMPA, maio 2013 História dos Bairros de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Cultura.

FASC. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Diagnóstico territorial realizado pelas equipes de CRAS e CREAS**. Porto Alegre, 2011.

FASC. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Observa POA, Prefeitura Municipal de Porto Alegre**. Banco de Dados da Coordenação de Monitoramento e Avaliação - CMA, 2012.

FASC Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Jornal OP na cidade**, 2011.

FERNANDES, Fernando Manuel Bessa. MOREIRA, Marcelo Rasga. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 511-529, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin**: a história em processo. Expressão Popular. São Paulo, 2012.

FONSECA, Laura Souza *et al.* Os impactos das obras para a Copa do Mundo na região da Grande Cruzeiro e o direito à moradia. **Revista da Extensão**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 13, p. 78-83, 2016.

FONSECA, Laura Souza. **Trabalho infante-juvenil**: concepções, contradições e práticas políticas. 2006. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

FONSECA, Laura Souza. **Trabalho, conhecimento e fome**: um olhar sobre um grupo de adolescentes, que faz de sua atividade na CEASAIRS, uma estratégia de sobrevivência.. 1995. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

FRANCO, Marielle. **UPP – A Redução da Favela A Três Letras**: Uma Análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio De Janeiro. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GAMALHO, Nola Patrícia. Malocas e periferia: a produção do bairro restinga. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 2, p. 122-141, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GONZAGUINHA. **De volta ao começo**. EMI. 1980. E vamos à luta – faixa 05.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Programa de Oportunidades e Direitos**. Disponível em: <https://sicdh.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/17142111-apresentacao-instit-do-pod-centros-juventude-2017-ver-junho-2017-1.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **PNAD Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 27 jul. 2019.

IBGE. **População**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock. Acesso em: 27 jul. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: http://www.observapoa.com.br/default.php?p_secao=43. Acesso em: 20 jan. 2021.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Equipe da Pesquisa Juventudes Sul-americanas: Diálogos Para A Construção da Democracia Regional. Rio de Janeiro, 2010. 165 p.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2019**. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 25 jul. 2019.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. O profissional da Educação Física como intelectual: atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Formação e desenvolvimento pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Recreação e lazer como integrantes de currículos dos cursos de graduação em Educação Física**. 2002. 205 fl. Tese (doutoramento) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

LAFARGUE, Paul. Um dogma desastroso. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 59-67.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio. Direitos Sociais, Trabalho e Crise Social no Brasil / Social Rights, Work and Social Crisis in Brazil. **Textos & Contextos**, Porto

Alegre, [s.l.], v. 17, n. 1, p.40-51, 22 ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2018.1.25782>. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

LEHER, Roberto. A Sociedade Civil Contra a Esfera Pública. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 9, n. 1, p.129-156, dez. 2005. Semestral.

LEHER, Roberto. Crise do Capital e Questão Social. **Rede de Estudos do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p.1-18, maio 2010. Semestral.

LENIN, Vladimir Ilyich. **Materialismo e Empiro-Criticismo**: Notas e Críticas Sobre uma Filosofia Reacionária. 2015. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/12.htm#topp>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LÉON, Oscar Dávila. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso *et al.* A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6, p. 93-104, 2007.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. Experiências de Pesquisa: entre escolhas metodológicas e percursos individuais. **Saúde e Sociedade**, v.20, n.2, p.314-324. São Paulo, 2011.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 12, n. 1, 2, 3, p. 313-317, 1992.

MARINA MOTOMURA. Quantos adolescentes sofrem de depressão no Brasil? **Revista Super Interessante**, 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quantos-adolescentes-sofrem-de-depressao-no-brasil/>. Acesso em: 26 jul. 2019.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 571 p. V.1

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista 1848**. Porto Alegre: L&pm Pocket, 2001.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 155-182, set./dez. 2005.

MORAIS, Karen; ALEXANDRE, Pedro. Brasil: Uma história de criminalização e extermínio. **NÓS: Revista da Nova Organização Socialista**, [s.i.], v. 01, n. 01, p.28-31, 20 nov. 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Expressão Popular. São Paulo, 2011.

ONU. Organização das Nações Unidas Brasil. **OMS: 1 em cada 5 adolescentes enfrenta problemas de saúde mental**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-1-em-cada-5-adolescentes-enfrenta-problemas-de-saude-mental/>. Acesso em: 26 jul. 2019.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. A escola pública e o lazer: impasses e perspectivas. *In*: PADILHA, Valquíria (org). **Dialética do Lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

PELLEGRIN, Ana de. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. *In*: PADILHA, Valquíria (org). **Dialética do Lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

PORTO ALEGRE. Assessoria de Planejamento/ Área de Vigilância Socioassistencial - Avs. Prefeitura Municipal de Porto Alegre - Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Leitura dos territórios da assistência social**. 2013. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/restinga.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

PORTO ALEGRE. Centro de Pesquisa Histórica. Secretaria Municipal de Cultura. **História dos bairros de Porto Alegre**. s/ ano. Coordenação de Memória Cultural/PROCEMPA. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

RESTINGA, ESTADO MAIOR. **Em Terras Tinguerreiras Prevalece a Verdade, Quem Foi Rei Nunca Perde a Majestade!** Samba Enredo 2019. Composição: Diego Nicolau / Gabriel Simões / Gustavinho Oliveira / Jonatan / Marcelo Pujol / Marcus Vinícius / Raphael Mestre Sala / Wanderson Sodré.

RIO GRANDE DO SUL. Programa de Oportunidades e Direitos. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **POD RS**. 2017. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://pod.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Programa de Oportunidades e Direitos. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **POD RS**. 2017. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://sjcdh.rs.gov.br/upload/arquivos/201707/17142111-apresentacao-instit-do-pod-centros-juventude-2017-ver-junho-2017-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Soares de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

SANTOS, Karen Moraes dos; SILVA, Janaina Barbosa da. Estudos, Políticas e Lutas de Gênero, Etnia e Sexualidade: 13 de Maio traição, liberdades sem asas, fome sem pão. *In*: GRUPO TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA (Porto Alegre). Trabalho,

formação de trabalhadores e lutas sociais: no campo da garantia de direitos à criança e ao adolescente. Porto Alegre: Grupo Trabalho e Formação Humana, 2017. p. 170-174.

SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Rio Grande do Sul. **Programa de Oportunidades e Direitos**. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/programa-de-oportunidades-e-direitos-do-bid>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

SLAM DA TINGA. Página no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/Slamdatinga>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

TEIXEIRA, Janaina Costa. **Territórios da paz, do crime e da violência no bairro Santa Tereza do município de Porto Alegre-RS**. 2016. p.67. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

TORRES, Eduardo. **Territórios da Paz em Porto Alegre completam mil dias, continuam violentos, mas projetos sociais começam a surgir**. 2014. Publicado em Diário Gaúcho. Disponível em: <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2014/06/territorios-da-paz-em-porto-alegre-completam-mil-dias-continuam-violentos-mas-projetos-sociais-comecam-a-surgir-4522160.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

TROTSKY, Leon. **Sobre los estudiantes y los intelectuales**, 1932. Link: <http://www.ceip.org.ar/Sobre-los-estudiantes-y-los-intelectuales>

VAZ, S. (2013). **O Colecionador de Pedras**. São Paulo: Global. 2^o edição.